



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

"Ver com os pés" o rastro da pólvora

Paulo Renato Vieira Moura

Mestrado Integrado em Arquitectura

Orientadores:

Doutora Mafalda Gambutas Teixeira de Sampaio, Professora Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Paula Cristina André dos Ramos Pinto, Professora Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2020



TECNOLOGIAS
E ARQUITETURA

Departamento de Arquitectura e Urbanismo

"Ver com os pés" o rastro da pólvora

Paulo Renato Vieira Moura

Mestrado Integrado em Arquitectura

Orientadores:

Doutora Mafalda Gambutas Teixeira de Sampaio, Professora Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Paula Cristina André dos Ramos Pinto, Professora Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Quero agradecer a todos os que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para a concretização deste trabalho.

Às minhas caríssimas orientadoras, Prof.^a Dr.^a Paula André e a Prof.^a Dr.^a Arq.^a Mafalda Sampaio pela simpatia, paciência e disponibilidade com que me ajudaram a construir este trabalho.

A todos os meus colegas do MIA em especial ao António Alves por ser um grande amigo, sempre inalcançável e pronto a ajudar.

Ao Município de Oeiras pela sua colaboração, em especial ao Arq.^o Francisco Zambujo, Dr. João Luis Cardoso, Dr.^a Maria da Conceição André e a Sra. Isabel Maria Salvaterra.

Ao Município de Sintra em especial à Sra. Natália Alemão.

À minha família, à minha mãe Edeltrudes Vieira e à minha irmã Paula Moura por acreditarem em mim e oferecerem sempre o seu apoio incondicional.

E por fim à minha noiva Ana Costa por toda a ajuda e paciência que teve comigo ao longo destes 5 anos de curso.

A todos um muito obrigado, sem vós este trabalho não teria sido possível.

O trabalho segue o novo acordo ortográfico da língua portuguesa, respeitando as “Normas de apresentação e harmonização gráfica para dissertação ou trabalho de projeto de mestrado e tese de doutoramento”, estabelecidas pelo ISCTE-IUL. As referências bibliográficas foram feitas segundo a Norma Portuguesa 405.

Abreviaturas	9
“Ver com os pés”	11
Resumo	13
Abstract	15
Apresentação	17
Introdução	27
Tema	27
Objetivos	27
Metodologia	30
Estado da Arte	31
Estrutura do trabalho	41
Contributos	43
Capítulo I- Do inquérito ao território à lição do sítio	47
Metodologias de Abordagem	47
Civics e Regional surveys	50
Transurbâncias	54
Olhar no sítio	56
Estudo do território de Oeiras	60
Capítulo II – Memória descritiva do Projeto	79
Considerações Finais	169
Referências bibliográficas	174
Anexo A	181
Anexo B	187
Anexo C	195
Anexo D	198
Anexo E	200
Anexo F	201
Anexo G	203
Anexo H	204
Anexo I	205

Anexo J	207
Anexo K	210
Anexo L	211

AMO - Arquivo Municipal de Oeiras
AML - Área Metropolitana de Lisboa
BIM - *Building Information Modeling* (Modelagem de Informações da Construção)
CAD - Computer aided design (Desenho assistido por computador)
CML – Câmara Municipal de Lisboa
CMO – Câmara Municipal de Oeiras
CMS - Câmara Municipal de Sintra
FPB – Fábrica da Pólvora de Barcarena
FUC – Ficha da Unidade Curricular
PCT – Parque de Ciência e Tecnologia
PIPCT - Plano Integrado do Parque de Ciência e Tecnologia
PFA – Projeto Final de Arquitectura
PDMO – Plano Diretor Municipal de Oeiras
REN – Reserva Ecológica Nacional
UC – Unidade Curricular

“**Ver com os pés**” é uma expressão idiomática da língua portuguesa que significa conhecer com propriedade, mover-se até saber ou aprender pela prática. Aprendendo sobretudo como dar materialidade ao que se deseja alcançar com o pensamento. Expressão que remete para o valor incontestável do conhecimento empírico na resolução de problemas.

A arquitetura não existe em abstrato e tem sempre um contexto, um domínio concreto que é o território. As leituras do território são fundamentais à conceção da Arquitetura, já que são estas análises e reflexões prévias que informam o projeto. Por vezes quando a complexidade é maior torna-se difícil a interpretação deste fenómeno, não só pela quantidade de fatores em causa, mas também pelo fato de estes estarem em constante mutação e nem sempre serem imediatamente visíveis. Face à complexidade do objeto de estudo, o concelho de Oeiras, e ao desafio da sua interpretação, o presente trabalho analisou algumas abordagens e técnicas de autores como Patrick Geddes, Francesco Careri, Manuel da Maia e Álvaro Siza Vieira por forma a entendermos como se pode apresentar uma proposta consequente e integrada nas dinâmicas deste território. Do estudo dos trabalhos desses autores percebe-se a imprescindibilidade da experiência empírica, o que motivou a realização de várias visitas de estudo a pé e de bicicleta pelo concelho que conduziram ao local de intervenção na localidade de Tercena. A proposta de intervenção nasce como uma resposta aos problemas evidenciados em Tercena e consiste num percurso pedonal que se estabelece entre a Estação de Massamá/ Barcarena e a Fábrica da pólvora de Barcarena. Este percurso oferece um *bypass* aos acessos precários que se desenvolvem atualmente junto às faixas de rodagem, criando uma alternativa mais direta, confortável e segura para vencer o desnível entre esses dois pontos. O itinerário proposto atua como um atlas ao reunir e reconectar, alguns dos espaços mais característicos de Tercena, como são as hortas comunitárias, os lavadouros ou o regueiro, criando uma ligação entre a memória coletiva e o passado desta localidade. Através do desenho deste percurso revela-se o que existe para além do caos suburbano em Tercena, guiando as pessoas a conhecer a beleza, diversidade e riqueza deste território, enaltecendo o seu património rural e fabril.

PALAVRAS CHAVE: OEIRAS, TERCENA, FÁBRICA DA PÓLVORA, CAMINHAR, PERCURSO.

Architecture doesn't exist in the abstract and always has a context, a concrete domain that is the territory. Territory readings are then fundamental to the conception of architecture, since these previous analysis and reflections shape the project. Sometimes when complexity is greater it becomes harder to interpret this phenomenon, not only because of the number of factors in question, but also because they are in constant mutation and aren't always immediately visible. Given the complexity of the object of study, the municipality of Oeiras, and the challenge of its interpretation, this work analyzed some approaches and techniques of authors such as Patrick Geddes, Francesco Careri, Manuel da Maia and Álvaro Siza Vieira in order to understand how can we present a proposal consequent and integrated in the dynamics of this territory. From the study of the works of these authors, we perceive the imprescindibility of the empirical experience, which motivated the realization of several study visits on foot and bicycle by the municipality that led to the place of intervention in the locality of Tercena. The proposal is born as an answer to the problems observed in Tercena and consists of a pedestrian route that is established between the Massamá/Barcarena Station and the Barcarena Gunpowder Factory. This route offers a bypass to the precarious accesses that are currently developing next to the lanes, creating a more direct, comfortable and safe alternative to overcome the gap between these two points. The proposed itinerary acts as an atlas by gathering and reconnecting, some of Tercena's most characteristic spaces, such as the community gardens, the lavators or the creek, creating a connection between the collective memory and the past of this locality. Through this path's drawing its revealed what exists beyond the suburban chaos in Tercena, guiding people to know the beauty, diversity and richness of this territory, reagenting its rural and industrial heritage.

KEYWORDS: OEIRAS, TERCENA, GUNPOWDER FACTORY, WALK, PATH.



Fotografia das torres da Quinta do Morgado da autoria de Arq^o. João Carmo Simões. Cedida pelo autor para o *workshop* realizado com Atelier Extrastudio.

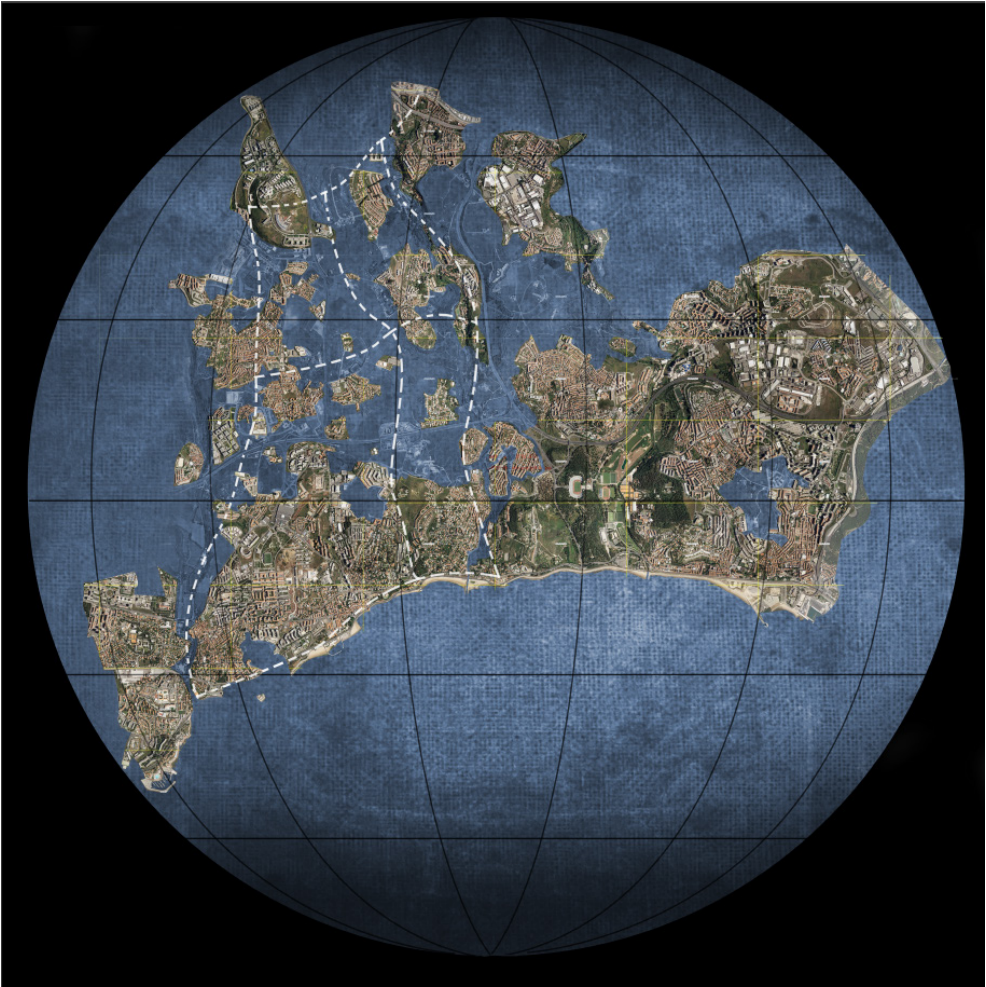
[PFA, WORKSHOP, Trabalho Anual de Investigação, A escolha do sítio, Projeto Individual]

Este trabalho surge no âmbito da unidade curricular de Projeto Final de Arquitetura (PFA), que corresponde ao momento de conclusão do Mestrado Integrado em Arquitetura, no ISCTE-IUL, (Instituto Superior das Ciências do Trabalho e Empresas- Instituto Universitário de Lisboa). Nesta unidade curricular de Projeto Final de Arquitetura os alunos são solicitados a explorar todas as competências e conhecimentos adquiridos ao longo dos dois ciclos de estudos do Mestrado Integrado em Arquitetura, assumindo uma posição crítica e de autonomia, perante a unidade curricular. Assim, os alunos podem e devem refletir sobre as metodologias, práticas e relações de projeto com a realidade. A unidade curricular organizou-se em dois momentos pedagógicos complementares: o *workshop* de projeto e o trabalho anual de Investigação (Anexo A).

O *workshop* de projeto decorreu entre 2 e 6 de março, numa parceria com os ateliês de Arquitetura Embaixada, Extrastudio e Rua. O contacto com os arquitetos dos ateliês convidados, permitiu esclarecer algumas questões práticas sobre o funcionamento do mercado de trabalho, possibilitando também um momento de reflexão crítica sobre o trabalho anual de projeto. O início do *workshop* deu-se com a criação de grupos de trabalho e o sorteio dos ateliers. O grupo integrado foi acompanhado pelo atelier Extrastudio, representado pelos Arquitetos João Ferrão e João Ribeiro. O trabalho desenvolvido incidiu numa reflexão sobre o potencial de adaptação da arquitetura residencial dos anos 70 à realidade atual de Lisboa, tendo como objeto de estudo o Bairro da Quinta do Morgado nos Olivais Norte em Lisboa.

A Quinta do Morgado, insere-se em antigos terrenos públicos adquiridos, através das desapropriações promovidas pelo Eng. Duarte Pacheco (1900-1943). Nos anos 70, com o acelerado crescimento populacional a Câmara Municipal de Lisboa decide lançar um concurso público para tentar resolver o problema da habitação. A proposta vencedora foi a da

Fotomontagem da proposta para as torres da Quinta do Morgado.



Mapa Mundi provocação criada para expressar a posição do grupo da Macroescala face ao estado atual do território de Oeiras.

empresa ICESA, que construiu uma obra de grande alcance social, realojando 4500 pessoas em 1140 fogos. Essa habitação coletiva foi inovadora, pois era concebida por pré-fabricação o que permitiu uma rápida execução, ao menor preço possível.¹ Como contrapartida de projeto, a companhia ficava encarregada de tratar também do espaço público. Esta imposição e a preocupação de promover a mobilidade suave, deixou marcas no Olivais Norte situações interessantes de espaço público, como na Zona I, em que existem vias de circulação pedonal agradáveis independentes da estrada. Foi possível com a análise deste projeto perceber algumas das vantagens da densidade habitacional, e revisitar os princípios da carta de Atenas na atualidade. Desse estudo concluiu-se que as soluções apresentadas para os Olivais podem ajudar a encontrar respostas para os problemas da periferia da AML.

O trabalho anual de investigação realizou-se em cinco turmas de dez alunos tuteladas por dois a três docentes com valências científicas distintas, que orientaram o trabalho dos alunos, em grupo e individualmente, ao longo do ano em redor das problemáticas e dos programas estabelecidos em turma, tendo como objetivo desenvolver as capacidades associadas à investigação e à prática da Arquitetura.

O exercício lançado pelas docentes da nossa turma foi apresentado como Espaço natural, infraestruturas e espaço público: o caso do Taguspark/Fábrica da Pólvora (Anexo B) e teve como território de intervenção o concelho de Oeiras mais propriamente a área definida no Plano Integrado do Parque de Ciência e Tecnologia (Taguspark 1995)(Anexo C).

O enunciado evidencia que “o crescimento acelerado da área metropolitana de Lisboa deu lugar a uma variedade espacial, funcional e social muito grande. Este crescimento e o desenvolvimento das novas infraestruturas tem implicações nas periferias, nomeadamente, com a fragmentação do espaço.” O lançamento desta problemática motivou o desenvolvimento do

1 COUTO, Andreia et all – Optimistic suburbia? The students' perspective 2 : Lisboa e a Área Metropolitana. Urbanismo Português no pós-guerra (1938-1998) Lisboa: ISCTE-IUL, 2015 , pp 68-79.

trabalho que, deveria dentro de uma estratégia de (re)qualificação urbana, evidenciar a importância das infraestruturas na estruturação dos núcleos urbanos metropolitanos.

O exercício desenvolveu-se faseadamente, com várias entregas intermédias, realizadas em trabalho de grupo e em trabalho individual. Na componente de grupo desenvolveu-se uma análise à macroescala do concelho de Oeiras, que incidiu sobre o período de [1896 a 2020], contextualizando algumas das maiores transformações da história deste território, desde a introdução das linhas de ferro no séc. XIX até à atualidade. Esta análise permitiu concluir que Oeiras ainda é um produto residual destas ligações, encontrando-se dividida por vários aglomerados urbanos, que estão isolados e sem qualquer articulação. Estes aglomerados dispersos correspondem, metaforicamente, a “Ilhas” separadas por um imenso “oceano” de prédios agrícolas e matas, perdidas, entre um passado rústico e um presente suburbano ao qual o planeamento não assistiu, e em que prevalece apesar das inúmeras vias de comunicação existentes, um sentido de insularidade. Este enorme “oceano” repleto de vazios tem sido compulsivamente preenchido por planos de zoneamento municipais e iniciativas privadas, que se aproveitam da localização privilegiada destes terrenos, e da facilidade de execução dos projetos para ocupar e descaracterizar todo o espaço disponível. Dando lugar a um território hostil, impermeável e inapropriável. Assim, com o tempo Oeiras é preenchida e compartimentada com construções, que se impõe não só sobre o sítio, mas também sobre as pessoas. Desta forma, perdem-se oportunidades de vivência intrínsecas às qualidades territoriais deste sítio, como a magnífica biodiversidade e paisagem desenhadas pelos vales que correm de norte a sul do concelho, até que de forma irreversível e até perversa a cidade, se torne num deserto hostil, impermeável e inapropriável. Com base nesta análise de macroescala entendeu-se que, seria necessário olhar atentamente para estas situações e em especial para os vazios, equacionando como poderíamos projetar algo que os considerasse. A propos-

ta conjunta culminou numa reinterpretação do plano de expansão do Taguspark, em que se propôs a reestruturação do território não pela adição de construções, mas antes pelo desenho urbano dos vazios.

A proposta de grupo (trabalho da macro escala) pondera o plano de expansão do Taguspark e equaciona a extensão deste, no sentido de Tercena, criando uma ligação entre as várias freguesias de Barcarena, Leceia, Vila fria, Porto Salvo e São Marcos. Esta proposta pretende dar resposta às necessidades urgentes de intervenção neste território, essencialmente criando microcirculações e novos espaços públicos, valorizando também aquele que é o património reconhecido da Fábrica da Pólvora de Barcarena.

O trabalho individual, surge no seguimento desta proposta, partindo de duas das hipóteses de projeto presentes no enunciado: a melhoria dos acessos à Fábrica da Pólvora e a valorização do seu património.

A Fábrica da Pólvora é um complexo industrial único em Portugal, que se encontra a norte da freguesia de Barcarena entre a estrada do Cacém e a ribeira de Barcarena. É um equipamento que esteve desativado desde 1988, até à sua aquisição em 1995 por parte da Camara Municipal de Oeiras. A sua aquisição permitiu ao município realizar uma intervenção ainda que parcial sobre a fábrica de baixo², abrindo-a em 1998 pela primeira vez ao público, enquanto museu e espaço recreativo. Esta intervenção parcial descorou a fábrica de cima e a importância de Tercena para a contextualização desse todo. Este equipamento de produção de armento bélico remota ao século XVI, e está completamente integrado na topografia. A fábrica, implanta-se no seio do vale acompanhando as margens da ribeira de Barcarena. Os seus sistemas hidráulicos ligados à produção e ao transporte do armamento tiravam partido da existência da ribeira. Assim, a fábrica é parte integrante da história e da cultura deste lugar, de tal forma que a sua presença dá nome ao sítio, como é o caso da localidade de Tercena, topónimo de origem árabe que quer dizer armamento.

² A FPB está dividida em duas zonas: a parte sul é denominada “Fábrica de baixo” tendo sido intervençionada em 1995, a parte norte é a “Fábrica de cima”, e aguarda à data por uma intervenção.



Fotografia da Fábrica de cima (1980?). Reprodução autorizada por José Leite (Responsável pelo Blog restos de colecção) Fonte https://lh6.ggpht.com/-PkZUUx-IEIew/Uo8hd8C_1_I/AAAAAABFZo/Bwf5xbuwLeY/s1600/Fbrica-da-PlvoraBarcarena.95.jpg

Fotografia da Fábrica de baixo (1986) cedida pelo Município de Oeiras, Serviço de Arquivo Municipal, referência: PT MOER MO NF 008 000079

Apesar da íntima relação histórica de Tercena com a fábrica, hoje este aglomerado não estabelece conexão com a mesma. Imersa num caos induzido pelas múltiplas transformações associadas às infraestruturas de comunicação, Tercena tornou-se num dos dormitórios dos subúrbios da AML, em que reina a especulação imobiliária. Este motor de desenvolvimento descontrolado promete extinguir todas e quaisquer relações com um passado fabril e rural, que apesar de tudo ainda persistem neste território. Por isso, no sentido de valorizar a fábrica enquanto todo, e de facilitar o seu acesso surge a proposta de criação de um percurso de ligação entre a estação de Massamá/Barcarena e a Fábrica da Pólvora de Barcarena. Esta ligação funcionaria como uma *promenade* pelas vertentes do vale, conduzindo-nos até à fábrica, num acesso independente à via automóvel. O percurso proposto revela progressivamente a paisagem, clarificando aqueles que são os seus acessos e espaço informais através de numa experiência transformadora da nossa percepção do lugar. Esta proposta por se inserir num território de difícil interpretação obrigou à análise de trabalhos semelhantes para a compreensão de outras metodologias de intervenção. As leituras do território usadas por outros investigadores (Patrick Geddes, André Corboz, Nuno Portas, Francesco Careri) apontam para a necessidade de observação direta numa tomada de posição que informe o projeto arquitectura.





Fotografia aérea da Fábrica da Pólvora de Barcarena, frame [1:07] extraído do vídeo https://www.youtube.com/watch?v=oMQNsIO_mvQ da autoria de Sérgio Magno, consulta realizada a 18/11/2019. Reprodução autorizada pelo autor. No primeiro plano observa-se a Fábrica de baixo, no segundo a localidade de Tercena e ao fundo a freguesia de Massamá.

[Tema, Objetivos, Metodologia, Estado da Arte, Estrutura do Trabalho e Contributos]

Tema

O tema escolhido para esta investigação são as leituras do território, o olhar atento sobre o sítio enquanto ferramenta indispensável à conceção de projeto. O território é o domínio da Arquitetura, um fenómeno abrangente e de enorme complexidade, que existe em constante estado de metamorfose. Pensar sobre este espaço é ser capaz de interpretá-lo, atendendo às múltiplas camadas e relações que o definem. Esta capacidade de interpretar e projetar para um contexto faz parte do ofício do arquiteto e implica ser capaz de simultaneamente ver para além daquilo que o corpo consegue perceber, analisando dados e representações, mas também ser capaz de olhar e sentir através da experiência as singularidades próprias de cada lugar usando o corpo como instrumento mediador do espaço. O arquiteto consciente consegue conceber um projeto que se adequa e integra à realidade em que está a intervir, transformando-a sem perturbar aquelas que são as suas dinâmicas.

A desvinculação da experiência empírica nos processos cognitivos em Arquitetura motivada pelo advento tecnológico que vivemos, produz projetos inconsequentes e alienados à realidade, que contribuem para uma anomia e descaraterização do território com consequências nefastas para a vida das pessoas. As leituras do território surgem assim como um tema importante a refletir numa tentativa de combater esta tendência, que objetifica e reduz a Arquitectura à imposição de um objeto sobre um sítio, quando na realidade o seu princípio é o de propor relações com o espaço, que apropriado se torna em lugar.



Fotografia captada a 16/02/2020 por António Alves durante uma visita por convite a Tercena. Veja-se o contraste que existe entre o primeiro plano onde passa a ribeira de Barcarena (junto ao Lugar do bico) e o plano de fundo onde se encontram os blocos residenciais de S.Marcos.

Objetivos

A investigação assume assim 4 objetivos: O objetivo geral é intervir no território a partir de uma leitura que tem por base a experiência e contacto com o mesmo. Os objetivos específicos: são identificar autores cujo trabalho se tenha debruçado sobre a questão da leitura do território e quais as abordagens utilizadas; procurar uma metodologia operativa de interpretação do território; e por último, como é que se pode metodologicamente organizar o material da análise de forma a expor com a investigação informou a proposta de projeto.

Metodologia

Para a realização dos objetivos anteriormente expostos, o presente trabalho adota os seguintes procedimentos metodológicos: i) Revisão de literatura – fontes secundárias, a qual compreende a recolha e análise de bibliografia diversa referente ao tema; ii) Recolha documental – fontes primárias (fotografias aéreas, fotografias antigas de Oeiras, desenhos técnicos, entre outros), através da pesquisa nos arquivos da Câmara Municipal de Oeiras, Instituto Geográfico Português, Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Oeiras e no Gabinete do Plano Diretor Municipal de Sintra, ; iii) Análise da cartografia – fontes primárias, tratamento da mesma através de vectorização em CAD e modelação em BIM; iv) Contacto com o território e realização de documentação gráfica e fotográfica para caracterizar o estado atual do local; v) Proposta de projeto, auxiliada de memória descritiva e justificativa, complementada com peças desenhadas a diferentes escalas, que se consideraram necessárias à correta compreensão da mesma.

Da metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho destaca-se o contacto com o território. Este contacto consistiu numa série de visitas de estudo realizadas a pé e de bicicleta no concelho de Oeiras. As visitas tiveram sempre início no Mosteiro de Santos-o-Novo em Santa

Apolónia, partindo inicialmente daí em direção ao concelho, umas vezes a pé outras de bicicleta, e quando necessário em transportes públicos, regressando no fim ao ponto de partida. Apesar de os trajetos serem pensados previamente estes foram apenas indicativos durante as várias visitas de estudo. A ideia destas deslocações era a de contrapor toda a experiência com a realidade do ponto de partida em Lisboa, percebendo quais os contrastes e as diferenças entre estes dois opostos: o da cidade cristalizada, sólida e imutável, e o da cidade “gasosa” e em constante transformação.

Estas visitas permitiram identificar a área de intervenção para projeto, a norte do Concelho em Tercena, que depois foi explorada em visitas mais específicas ao local.

Estado da Arte

As leituras do território são um tema amplamente abordado existindo várias monografias, artigos, exposições, catálogos e congressos relevantes, que contribuem para o estado da arte. Abaixo descritas e ordenadas cronologicamente estão algumas das obras de referência para a investigação.

A *Dissertação sobre a renovação da Cidade de Lisboa*³ do Eng.º Manuel da Maia evidencia as várias hipóteses possíveis para a reconstrução da cidade de Lisboa após o terramoto de 1755, e adverte para os princípios e cuidados que lhe haveriam de presidir. Na terceira parte desta dissertação o autor chama a atenção para a escolha das pessoas que haveriam de executar o plano, já que deveriam ser capazes de realizar uma leitura atenta no sítio, que permitisse adaptar o projeto à sua realidade, indicando para esta tarefa o Tenente Coronel Carlos Mardel e o Capitão Eugénio do Santos. Esta advertência para um olhar atento no terreno, vem de um modo de fazer Português, que reconhece as leituras do território como sendo algo

3 SEPÚLVEDA, Christovam Aires – *Manuel da Maia e os engenheiros militares portugueses no terramoto 1755*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1910.

essencial à concepção e adaptação do projeto de Arquitectura ao sítio.

O texto *The evolution of cities*⁴ de Elisée Reclus originalmente publicado em 1895, adverte sobre a necessidade de distinguir as causas que determinaram a origem e desenvolvimento das cidades, afim de conseguir responder a problemáticas que continuam contemporâneas apontando a necessidade de um estudo mais aprofundado do território e das realidades emergentes. Elisée Reclus descreve brevemente os fatores que no passado determinaram o nascimento espontâneo das cidades. Explica como a partir da revolução industrial, se dá uma enorme expansão dos núcleos urbanos, que crescem de forma descontrolada e inconsequente, do centro para a periferia acompanhando os novos meios de comunicação artificial: estradas, os caminhos de ferro ou os canais. Na ausência de planeamento a periferia torna-se numa zona insalubre e hostil. Reclus considerava na sua perspectiva regionalista que a chave para estes problemas passava pelo estudo e planeamento das cidades, que para o geógrafo eram um organismo vivo com características próprias e formas distintas, pelo que não se deveria descorar as suas individualidades. Num futuro idílico, para o autor a disposição e o aspeto das cidades deveria responder às suas necessidades, que deveriam de ser evidenciadas de forma a pôr fim aos espaços insalubres, contribuindo para uma maior qualidade de vida dos seus habitantes.

Inspirado no texto “*The evolution of cities*” de Elisée Reclus, o biólogo Sir Patrick Geddes, publica o livro *Cities in evolution*⁵ onde apresenta os *urban and regional surveys* como chave para o planeamento urbano. Esta obra dedica-se ao estudo das cidades de um ponto de vista evolucionista, e considera as várias transformações que decorreram da revolução industrial. O autor entende a cidade e o seu ambiente como um todo, uma *Biopolis*. Diz que cada cidade, representa um organismo vivo e único com características

4 RECLUS, Elisée – *The evolution of cities* Petersham : Jura Books, 1995.

5 GEDDES, Sir Patrick – *Cities in evolution. An Introduction To The Town Planning Movement And To The Study Of Civics*. Londres : Williams & Northgate, 1915.

próprias que a diferenciam, havendo assim a necessidade de um inquérito que exponha a condição de cada uma delas. Geddes, acreditava que concluído este inquérito o mesmo dever-se-ia, tornar acessível à população através de exposições locais. As pessoas que as visitassem estariam informadas e, portanto, capazes de tomar decisões conscientes sobre o desenvolvimento do seu território, participando ativamente para a sua transformação. Esta atitude gera o movimento *civics* que rompe com a distinção entre teoria e a prática no urbanismo, abrindo o debate do território e do planeamento ao público em geral.

Os *regional surveys*, a *Outlook tower*, o diagrama da secção de vale, e os conceitos de Eutopia e Conurbação são alguns dos contributos que levam a que se considere Geddes, como o pai do planeamento contemporâneo e uma das referências fundamenais para a temática em estudo. Sobre o trabalho deste autor existem vários trabalhos académicos, dos quais se destaca a tese *The concept of the outlook tower in the work of Patrick Geddes* ⁶ de Michael Cuthbert, por contextualizar a atitude regionalista e o percurso de Geddes com a tradição e resistência à cultura dominante de Londres a grande Metrópole.

Um dos precursores dos *regional surveys* é Lewis Mumford que publicou vários livros de interesse para o estudo do território destacando-se o livro *The culture of cities* ⁷ publicado em 1938. Este registo é importante para se perceber a partir duma perspetiva histórica o discurso sobre as cidades, já que a narrativa é criada a partir do método de observação direta proposto por Geddes. O autor viajou para conhecer algumas regiões da América do Norte e da Europa, para depois a partir dessa experiência, realizar uma análise retrospectiva sobre a sua evolução das cidades desde a idade media até à Segunda Guerra Mundial. Mumford procurou estabelecer relações entre os problemas da atualidade e as suas origens no passado das cidades, identificado potenciais

6 CUTHBERT, Michael – *The concept of the outlook tower in the work of Patrick Geddes* St.Andrews: University of Sr Andrews, 1987. Tese de Doutoramento

7 MUMFORD, Lewis – *The Culture of Cities*, New York: Harcourt, Brace and Company, 1938.

soluções para o seu tratamento no presente. Mumford acreditava que através de uma leitura cronológica da história das cidades poderíamos rastrear os problemas da atualidade até à sua origem e a partir daí orientar o planeamento no sentido de construir cidades e jardins integrados com as suas envolventes, reduzindo assim as pressões dos grandes centros metropolitanos.

É no século XIX com a industrialização que surge a deambulação urbana, registam-se neste período “(...) as primeiras teorias que incentivam e enaltecem a importância de caminhar em meio urbano e a certeza da importância de se “deixar perder na cidade”, deambulando pelas ruas e praças que se vão abrindo aos pés do Homem, como forma de observação e/ou integração urbana, expressão plástica, intervenção.”⁸

Destas teorias destaca-se o *flâneur* de Charles Baudelaire, as excursões do grupo Dadá em Paris, as deambulações dos surrealistas, as derivas dos situacionistas e o trabalho de Francesco Careri e do grupo *Stalker*.

No texto originalmente publicado em 1863, *O Pintor da vida Moderna*⁹ Charles Baudelaire introduz-nos o personagem do *flâneur*. O *flâneur* é um homem singular que vagueia pela multidão no anonimato, perdendo-se nas suas viagens pela vida da cidade. O seu amor cosmopolita faz dele um homem do mundo, movido pela curiosidade de compreender e apreciar tudo o que vê acontecer. Contempla ao longo dos seus passeios a paisagem em constante mutação da cidade de Paris, e fica fascinado pela sua modernidade. O *flâneur* viria a inspirar muitas investigações e intervenções artísticas que trabalhariam sobre esta ideia de caminhar sem rumo pela cidade.

Em 1921 os dadaístas, decidiram empreender uma série de excursões e visitas guiadas¹⁰ a alguns lugares considerados marginais e

8 Duarte, Carla e André, Paula. (2017). *Deixar-se perder na cidade: teorias urbanas a partir do século XIX*. In Paula André (Ed.), *Antologia de ensaios: Laboratório Colaborativo. Dinâmicas urbanas, património e artes. Investigação, ensino e difusão*. (pp. 8-27). Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL,2017

9 BAUDELAIRE, Charles [tradução Ivan Junqueira]. *Poesia e prosa*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

10 TZARA, Tristan *Excursions & visites DADA, 1 ère visite: Église Saint Julien le Pauvre 1921* [CONSULTA A 03/06/2020]. DISPONÍVEL EM WWW:< <https://www.moma.org/collection/works/184056>>

inconscientes da cidade de Paris. Sendo que, a primeira visita decorreu a 14 de Abril desse ano nas imediações de *Saint-julien-le-Pauvre*. Os artistas ao deslocarem-se a estes espaços tornavam-nos numa espécie de *ready-mades*, conferindo-lhes um valor estético que permitia uma nova interpretação da vida a partir daquilo que até então parecia banal.

Três anos depois destas excursões em 1924, dá-se uma cisão no grupo dadaísta e Aragon, Breton, Morise e Vitrac organizam uma deambulação em campo aberto. Partiram de Paris de comboio até Blois, e daí seguiram a pé até Romarantin. Ao regressar André Breton escreve o *Primeiro manifesto do surrealismo*¹¹. Diferente do que se passara com os dadaístas agora o palco de ação não era a cidade, mas sim o território vazio. A deambulação funciona como uma hipnose ao permitir o acesso ao inconsciente do território, revelando a realidade da cidade invisível.

Nos anos 50, forma-se a internacional situacionista que introduz o conceito de *dérive*, uma atividade lúdica coletiva que não visa apenas definir as zonas inconscientes da cidade, mas também investigar recorrendo à psicogeografia, à relação que o indivíduo tem com o contexto urbano que habita. Este conceito é descrito no texto a *Teoria da Deriva*¹² publicado em 1956 por Guy Debord em *Les Lèvres Nues*. O autor explica como na deriva uma ou mais pessoas se isolam, deixando-se arrastar “andar à deriva” pelas atrações do terreno e dos encontros que durante a experiência possam ocorrer. As lições extraídas destas derivas permitem traduzir através do desenho os resultados das pesquisas psicogeográficas evidenciando as articulações da cidade moderna. Estas lições tornam possível identificar novas unidades de ambiências, as suas componentes principais e a sua localização espacial, percebendo-se também aqueles que são os principais eixos de passagem, impercetíveis num mapa convencional. Esta experiência permite a criação de novos mapas que

11 BRETON, André - *Primeiro manifesto do surrealismo* [EM LINHA]. 1924. [CONSULTA A 03/06/2020]. DISPONÍVEL EM WWW:< <https://www.marxists.org/portugues/breton/1924/mes/surrealista.htm>>

12 DEBORD, GUY- “*Theory of the Dérive*”. Trans. Kenn Knabb. *Les Lèvres Nues* Nº 9 (1956). Reimpreso in *Internationale Situationniste*, Nº 2, 1958.

até agora não existiam, que nos permitem olhar para o território para além do seu aspeto formal. Por exemplo, permite desenhar um mapa em que se estuda a relação entre uma determinada distância percebida *versus* a distância real.

O livro *WALKSCAPES*¹³ de Francesco Careri é provavelmente uma das referências mais importantes para as abordagens contemporâneas ao território com base no caminhar. O andar é entendido pelo autor como um ato cognitivo e criativo capaz de transformar simbólica e fisicamente o espaço. Neste livro Careri narra uma história da percepção da paisagem através do ato de caminhar, percorrendo desde o nomadismo primitivo até às vanguardas artísticas do início do século XX, com o dadaísmo, a internacional letrista, os situacionistas ou a *land Art*. Francesco Careri revisita algumas das propostas que conceberam o ato de caminhar não só como uma ferramenta de configuração da paisagem, mas como uma forma de arte, um instrumento para a aquisição de conhecimento sobre o espaço atravessado. Este registo estabelece uma cronologia dos principais momentos da história em que este tema foi de alguma forma abordado, podendo-se extrair inúmeras referências bibliográficas relevantes. Careri propõe o caminhar como um recurso cognitivo e projetual que nos permite reconhecer uma geografia dentro do caos das periferias. O caminhar pode contribuir para que se encontrem novas modalidades de intervenção nos espaços públicos metropolitanos, permitindo pesquisá-los e torná-los visíveis. Através do método proposto por Careri entendemos como utilizar o caminhar como meio para indagar e desvelar as zonas inconscientes da cidade, aquelas partes que escapam do projeto e que constituem o que não é expresso e o que não é traduzível nas representações tradicionais.

O artigo *errâncias urbanas*¹⁴ de Paola Jacques é uma apologia às errâncias dentro da cidade como resposta à sua espetacularização. Para Jacques, partir da própria experiência física da cidade potencializa a experiência sensorial que temos desta: “ O simples ato de andar pela cidade

13 CARERI, Francesco - Walkscapes. São Paulo: Editorial Gustavo Gili, 2013

14 JACQUES, Paola, *Errâncias urbanas: a arte de andar pela cidade*. ARQTEXTO.Nº7 (2005). pp.16-25

pode assim se tornar uma crítica ao urbanismo enquanto disciplina prática de intervenção nas cidades.”¹⁵ A autora explica como as transformações das cidades são movidas pela especulação imobiliária, induzindo processos de gentrificação que expulsam os mais pobres das áreas de intervenção. A revitalização urbana não pode passar pela criação de cenários, mas sim de espaços vividos e isto, só será conseguido quando ocorrer uma apropriação popular e participativa do espaço público, quando a cidade começar a ser entendida a partir da própria experiência física do espaço. Jacques afirma que os urbanistas, face às preocupações funcionais e formais associadas aos programas negligenciaram a cidade. Esta deve ser analisada na relação inevitável entre o corpo físico e o que o rodeia. Esta experiência deve ser realizada através do caminhar, da relação física, corporal e sensorial do espaço.

O *Measuring with our memory, thinking with our feet: Patrick Geddes and Richard Serra, Two worldviews with walking in the centre*¹⁶ é um texto de João Soares que procura refletir sobre a importância do caminhar na Arquitectura, enquanto perspectiva de percepção e de construção do espaço. O autor utiliza para isso dois exemplos que ilustram a sua ideia: um deles é o trabalho de Patrick Geddes onde podemos perceber como há que ir para além do visível e do que o corpo consegue entender, realizando pesquisas regionais que permitem uma recolha de dados objetivos do território; o outro exemplo é o trabalho de Richard Serra que demonstra como é importante olhar no sítio e perceber através da experiência a singularidade própria de cada lugar.

*Walking through social research*¹⁷, trata-se de uma coleção de ensaios que exploram o caminhar como veículo de imersão na vida da cidade. Estes ensaios são relatos de várias caminhadas realizadas por diferentes cidades no mundo e são um contributo importante

15 JACQUES, Paola, *Errâncias urbanas: a arte de andar pela cidade*. ARQTEXTO.Nº7 (2005). p.20

16 SOARES, João - *Measuring with our memory, thinking with our feet: Patrick Geddes and Richard Serra, Two worldviews with walking in the centre*, In *Flaneur new urban narratives*, Lisboa: Procur.arte, 2017

17 BATES, Charlotte e RHYS-TAYLOR, Alex - *Walking Through Social Research in Routledge Advances in Research Methods* 22. New York: Routledge, 2017

para esta investigação na medida em que descrevem várias experiências de leituras do território *in situ* demonstrando como o caminhar pode ser uma ferramenta útil na compreensão das cidades contemporâneas.

No texto *El territorio como Palimpsesto*¹⁸, André Corboz propõem o território enquanto palimpsesto, uma entidade física e mental, resultado de um longo processo de estratificação. O Homem na sua ocupação da superfície terrestre foi progressivamente transformando este recurso, reescrevendo-o e rasurando-o em função das suas necessidades, atribuindo-lhe significados que se consumaram através de uma apropriação do terreno, construindo o que entendemos como “território”. Este fenómeno complexo não têm uma definição objetiva, nem pode ser objectificado, ou reduzido através de representações, já que estás descoram muitos dos fatores que lhe são implícitos. O território trata-se de um projeto que herdamos dos nossos antepassados e que temos o dever de gerir de forma a perpetua-lo às gerações vindouras. Com este artigo de Corboz somos capazes de compreender que o fundamento da Arquitetura e do Urbanismo não pode continuar a ser a cidade, mas sim o lugar territorial em que esta se insere. Para isso, é necessária uma leitura arqueologia que encontre dentro da espessura temporal do território vestígios que nos possam aproximar do seu entendimento, para que as ações que temos sobre ele possam ser cada vez mais conscientes e ponderadas, tendencialmente integradas e em continuidade com as suas dinâmicas.

O livro *Políticas urbanas II – transformações, regulações e projetos em especial o texto O fim do puzzle*¹⁹ é importante já que propõe como se pode procurar um entendimento dos territórios contemporâneos. Os autores referem que o processo de urbanização já não pode ser entendido como algo canónico que dá continuidade a uma estrutura definida. O espaço

18 CORBOZ, André – *El Territorio Como Palimpsesto*. Orden disperso. In *Ensayos sobre arte, método, ciudad y territorio 1*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2000.

19 PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João - *Políticas Urbanas II : transformações, regulação e projecto*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. pp. 167-186.

urbano é uma construção pessoal e subjetiva que resulta da leitura que se faz da realidade, e do modo como a interpretamos e apropriamos. Se entendermos que é possível ler o território como se fosse um texto, então segundo estes autores temos que entendê-lo dentro da lógica do hipertexto, pensando em unidades autónomas que se conectam através de uma alargada rede de ligações.

No livro *A invenção da paisagem*²⁰ de Anne Cauquelin, a autora relata através de uma reflexão filosófica e estética a construção e idealização da paisagem e destaca-a como uma realidade social, uma construção passada por filtros simbólicos e heranças. A paisagem é uma invenção humana que destaca e enquadra a natureza tornando-a excepcional o que acaba por influenciar a perceção do espaço. “A cultura permite apropriações distintas da natureza no curso da história e das especificidades locais, através de processos de designação, significação e manipulação da mesma, figurada na forma simbólica paisagem. Com a invenção da paisagem, as sociedades e os indivíduos passam a reconhecer-se enquanto pertencentes a uma localidade, a um território.”²¹ Este é um texto importante por expor a construção do conceito paisagem, um conceito fundamental às leituras do território.

Em *Le paysage dans l'action publique : du patrimoine au bien commun*²², Anne Sgard, interroga-se relativamente à evolução do discurso sobre a paisagem e sobre os termos correntemente associados ao património e bem comum. A paisagem é para esta autora definida com base na sua relação entre o espaço material e simbólico, físico e fenomenológico. Sgard considera que se banalizou o conceito de paisagem, após a lei da paisagem de 1993²³, congelando pedaços de território, cristalizando-os ou modificando-os para uma

20 CAUQUELIN, Anne- *A invenção da Paisagem*. São Paulo: Martins Fontes editora, 2007.

21 LIRA, Lenice – *Percorrer o espaço: A imagem do território na pintura de paisagens*. Revista Espaço e Cultura. Nº 29. Rio de Janeiro: UERJ,2011. pp. 55- 67.

22 SGARD, Anne- “Le Paysage dans L’Action publique: Du patrimoine au bien commun”, Développement durable et territoires [EM LINHA], Vol. 1, nº 2 Setembro 2010 JOURNALS OPENEDITION [CONSULTA A 03/003/2020]. DISPONÍVEL EM WWW :< <https://journals.openedition.org/developpementdurable/8565>>.

23 *Loi paysage* é uma lei francesa (Lei n ° 93-24 de 8 de janeiro de 1993) que visa a proteção das paisagens naturais e das cidades.

realidade ideal. Isto agravou-se ao passar o poder de identificar e classificar as “estruturas paisagistas” para as autarquias locais. A gestão da paisagem é algo que deve ser ponderado, pois estas representam construções sociais da memória coletiva da população. A paisagem patrimonializada dificilmente integra os padrões evolutivos e ordinários da paisagem, seja ela rural urbana ou natural. Ao patrimonializar a paisagem caímos no risco de cair em lógicas ilusórias de “fetichezação” nostálgica. Quando se propõe que um bem comum seja denominado de paisagem há que considerar o critério de exclusão (possibilidade de reduzir o acesso ao bem comum) e o critério de rivalidade (ou de subtrabilidade em que o uso do bem por alguns reduz a possibilidade de usufruto de outros), dadas as consequências que essa decisão pode ter para a população.

Sobre o conceito de suburbanismo a nível internacional, destacam-se as quatro reflexões presentes no *Manifesto Suburbanismo y el arte de la memoria*²⁴ de Sébastien Marot. A primeira reflexão, é um texto da Frances Yates intitulado *The Art of Memory* 1906 que explica como a mente armazena informação através de um sistema mnemónico. Esta ideia coloca o urbanismo enquanto arte da memória coletiva, ao introduzir ordem e referências no “teatro da memória” vivido, confuso e saturado dos assentamentos urbanos; a segunda é uma metáfora de Sigmund Freud que compara Roma a um palimpsesto, levantando a possibilidade das cidades serem analisadas como seres psíquicos, cujos estados anteriores são acessíveis e em que a espessura espaço/temporal, de transparências e opacidades está à disposição de uma viagem pela memória; a terceira relata a aventura artística de Robert Smithson na elaboração de instrumentos de reinvenção da paisagem como arte da representação e anamnésis que enfrenta a amnésia suburbana; e por último, o projeto do *Parc en Sauvvy Lancy* de Georges Descombes, que reinventa o sentido do lugar ao propor uma nova trajetória paisagística que restabelece uma ligação perdida tornando-se num veículo de reativação da memória, e do imaginário de quem ali vive.

Destacamos ainda o trabalho de Álvaro Domingues que no seu

24 MAROT, Sébastien - Suburbanismo y el arte de la memoria. Barcelona: Gustavo Gili, 2006.

livro *A rua da estrada* ²⁵ publicado em 2009, retrata a maneira como a infraestrutura hoje, percorre territórios imensos facilitando um processo de colonização urbana onde o edificado se conecta diretamente com a estrada. Ao contrário da cidade, o território urbano é um “exterior” uma nebulosa, uma mancha extensiva e diversa que tudo mistura em densidade e diversidade formal e funcional. Aqui fica exposta a condição das muitas periferias suburbanas que encontramos em Portugal.

Os trabalhos enunciados são um suporte para o desenvolvimento do presente trabalho por serem reflexões sobre o território e paisagem, que expõem as vanguardas mais representativas sobre a temática.

Estrutura do trabalho

Esta investigação está estruturada em dois capítulos, de modo, a alcançar os objetivos propostos.

O capítulo I- intitula-se do inquérito ao território à lição do sítio. Neste capítulo realiza-se uma breve apresentação do tema expondo a complexidade do “território” e propondo, depois, que se procure entendê-lo a partir da sua leitura. Para esclarecer como se poder “ler” este fenómeno são apresentados três exemplos de abordagens que atuam a diferentes escalas. Estes exemplos são representativos da abrangência de análises existem e que devem presidir as leituras do território, informando o desenvolvimento do projeto de Arquitectura. O capítulo é encerrado com uma análise histórica, geográfica e demográfica do concelho de Oeiras, que torna evidente as problemáticas associadas à ausência de planeamento num território que cresceu, sobretudo, em função das infraestruturas associadas à expansão da Área Metropolitana de Lisboa (AML)

O capítulo II - Memória descritiva do projeto – Este capítulo procura caracterizar o território de intervenção, nomeadamente o aglomerado de Tercena e a sua envolvente e ainda a proposta de intervenção. Tercena, insere-se

fora da grande cidade, numa área dita suburbana de Oeiras. Com a revolução industrial e a crescente expansão dos aglomerados urbanos em função das infraestruturas, como os caminhos de ferro ou as autoestradas, surge um novo domínio no paradoxo entre o campo e a cidade: os subúrbios. Estes são formações espontâneas às quais o planeamento em regra não assistiu, e onde não existem os típicos espaços públicos ou elementos de referência que associamos à cidade tradicional. Os subúrbios representam um novo desafio, um “palco de oportunidades” para os arquitetos e urbanistas, por se tratarem de território voláteis em constante mutação (ao contrário da cidade “histórica” cristalizada). Nos subúrbios configuram-se construções espontâneas, acrescentos constantes, demolições recorrentes, remanescências rurais ou fabris, transições bruscas de escala e, em suma, a ausência de ordem e planeamento.

Numa vontade de perceber como se pode dar resposta a estas problemáticas dos subúrbios surge a proposta de um percurso pedonal que liga a estação de Massamá/Barcarena à Fábrica da Pólvora. A proposta é caracterizada através de uma memória descritiva e ilustrada. Para além deste registo, são também apresentados os desenhos de apoio necessários à compreensão da intervenção, o quadro conceptual e algumas referências de projeto que influenciaram a proposta ao longo do processo de conceção.

O trabalho encerra-se com as considerações finais - reflexões a prolongar que são um conjunto de reflexões sobre os resultados obtidos no final trabalho, comprovando como a investigação e foi imprescindível para a elaboração do projeto e para o desenvolvimento pessoal, enquanto, arquiteto em formação.

A investigação é ainda fundamentada pela informação organizada através de anexos: Anexo A – Ficha da unidade curricular de Projeto Final de Arquitetura; Anexo B – Enunciado do exercício PFA (turma 4) descrevem com maior profundidade os contornos do enunciado do exercício e do funcionamento da disciplina; Anexo C – Plano Integrado da área do Parque de Ciência e Tecnologia 1995; Anexo D – Projeto de loteamento do Cabanas

Golf ; Anexo E – Projeto de Loteamento da Fábrica da Pólvora de Barcarena; Anexo F – Planta de loteamento para Tercena da Fundação Otília Pessoa e Marido; Anexo G – conjunto de 2 *renders* relativos ao projeto de um complexo desportivo e urbanização de terrenos entre Queluz de Baixo e Barcarena; Anexo H – recorte do jornal online “O público” de 13 de Maio de 2007; Anexo I – recorte do jornal online “O público” de 6 de junho de 2008; Anexo J – excerto do Fórum da Urbanização da Fábrica da Pólvora de 13 de agosto de 2009; Anexo K – recorte de jornal online “Destak” de 4 de junho de 2008; Anexo L – recorte do jornal online “Sintranoticias” de 29 de agosto de 2019.

Contributos

O principal contributo desta investigação reside na leitura do lugar de intervenção através do contacto direto, que permite aos projetistas tomar em consciência das muitas escalas do território onde se propõem a intervir. Este trabalho pretende explorar as leituras do território como ferramenta de projeto de arquitectura. Constitui um momento de reflexão e de análise sobre a revalorização do território e do seu espaço público. O investimento no espaço público permite a criação de novas leituras, formas e imagens da cidade. As criações de microcentralidades realizadas através da melhoria do espaço público ajudam a estruturar o território alargado.





Fotografia aérea de Tercena, frame [1:42] extraído do vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=IglHSHS-hsk> da autoria de Zé Vasconcelos (*Drone Everywhere*). Reprodução autorizada pelo autor. Em primeiro plano vemos Tercena, a linha de comboio que liga Lisboa a Sintra e o IC19, à esquerda em segundo plano vemos Queluz de baixo e o parque industrial e à direita no plano de fundo o vale da ribeira de Barcarena.



Fotografia do Moinho da Portela (1970) cedida pelo Arquivo Municipal de Oeiras: Referência PT/MOER/MO/NF/004/01/004351

Metodologias de Abordagem

O território é um assunto complexo sem uma “Definição objetiva”, e por isso, não devemos tentar criar noções genéricas mas sim estabelecer um horizonte de referência para as nossas abordagens.

O autor suíço, André Corboz (1928-2012) escritor, arquiteto e filósofo ficou conhecido pelo seus contributos para a história das cidades e da Arquitetura. No seu texto *El territorio como palimpsesto* fala-nos do território enquanto herança, como um projeto a perpetuar para as gerações vindouras. Este é um recurso limitado, que o Homem tem transformado ao longo da sua história, reescrevendo ou por vezes rasurando as suas lógicas, adaptando-as às suas necessidades. O autor entende que “O território, completamente sobrecarregado como está de vestígios e leituras passadas forçadas, assemelha-se mais a um palimpsesto.”²⁶ O território resulta por isso, de um longo e contínuo processo de estratificação, que deve ser exposto e reconhecido para que através de uma interpretação desta espessura temporal se possam encontrar pistas ou pontos de apoio que nos permitam intervir, dando continuidade à construção do espaço (não só físico, mas também mental) sem colocar em causa as suas dinâmicas fundamentais.

A metáfora do território como palimpsesto é uma forma interessante de pensar sobre o seu significado, já que o palimpsesto é um documento que não se encontra fechado, possuindo múltiplas leituras que dependem de um olhar cuidado para serem decifradas.

Encontramos uma ideia análoga no texto *O fim do Puzzle*²⁷ quando os autores convocam o conceito de “hipertexto” para definir os territórios contemporâneos. Nesta cidade do hipertexto muitas vezes as várias partes que se sobrepõem não se articulam:

26 CORBOZ, André – *El territorio como palimpsesto*. Orden disperso. In Ensayos sobre arte, método, ciudad y territorio 1. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2000. p. 20

27 PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João - *O fim do Puzzle*. In Políticas Urbanas II : transformações, regulação e projecto. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. pp. 167-186

“A imagem que fica de um primeiro olhar – ligeiro – pelo território é a de intervenções que se sucedem incapazes de construir uma qualquer coerência, porque parece não haver ali nenhuma ideia informadora de unidade, nenhuma identidade perceptível de conjunto. Peças soltas de múltiplos puzzles, amontoadas, simplesmente.”²⁸ Os autores do texto consideram que as novas estruturas urbanas não permitem uma leitura contínua e por isso, a lógica destes territórios emergentes é semelhante à do hipertexto. “Deixamos de entender a aglomeração urbana como uma estrutura contínua com uma forma própria e reconhecível e passamos a vê-la como um sistema de relações entre peças autónomas, uma cidade individual formada pela colecção pessoal de unidades sem relação entre si para além do modo como cada indivíduo as agrupa com base nas suas práticas quotidianas e no seu imaginário.”²⁹

Não existindo uma noção objetiva do território, este só pode ser compreendido a partir da sua leitura. Aqueles que procuraram ler o território, enfrentaram um enorme desafio já que só através da justaposição dos vários fragmentos ou *layers* que o compõem, se pode chegar a um entendimento do mesmo. Esse entendimento será sempre de um território imaginado, o resultado dos *layers* que escolhemos sobrepor, uma noção deduzida a partir de uma amostra que se procura representativa do todo, mas que nunca o será verdadeiramente. Isto, exige daqueles que se proponham a intervir, sobretudo, bom senso e consciência, já que qualquer intervenção por mais insignificante que pareça, poderá ter um “efeito de borboleta” sobre todos os outros fatores que não forem considerados.

Como é que podemos ler e interpretar o território dentro do enorme espectro de fatores intervenientes?

O território encontra-se em constante estado de metamorfose e os

28 ORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João - *Políticas Urbanas II : transformações, regulação e projecto*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. p. 167

29 PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João - *Políticas Urbanas II : transformações, regulação e projecto*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. pp. 167-168

fatores que lhe estão implícitos acontecem a múltiplas escalas, quer estejamos a falar em termos espaciais ou mesmo temporais, o que torna por vezes difícil a sua perceção, já que nem sempre é possível observar diretamente essas alterações. Veja-se por exemplo, a subida do nível médio das águas do mar, as alterações na topografia fruto da erosão, as novas construções, os modos de vida das pessoas, a rede hidrográfica, ou mesmo a relação que existem entre todos estes fatores, que nem sempre são perceptíveis. Por vezes, há factos que não se percebem no sítio e que só a partir de um mapa é que os conseguimos imaginar; outros há que observá-los caminhando pela rua; e por fim, existem alguns factos cuja escala e detalhe só se conseguem entender estando no lugar e apreendendo-os com tempo. A análise deve por isso tentar ser o mais abrangente possível, enveredando por diferentes aproximações que permitam o contacto com as diferentes escalas.

Os *regional* ou *city surveys* propostos por Patrick Geddes são um exemplo disso, de como uma leitura feita a partir de dados invisíveis ao olhar, pode espelhar as realidades abrangentes de um território, contribuindo para o seu desenvolvimento.

Civics e Regional surveys

Sir. Patrick Geddes (1854 -1931) foi um biólogo escocês que ficou conhecido mundialmente pelo seu trabalho enquanto precursor do planeamento regional. Os seus principais contributos para o planeamento urbano foram a criação dos termos “cidade mundial” , “conurbação”, os diagramas de estudo sobre a cidade, nomeadamente, o da Secção de vale, e ainda o projeto da *Outlook tower* e os *regionals and city surveys*. A posição regionalista de Patrick Geddes contraria a postura dos grandes urbanistas como Ildefons Cerdà (1815-1876) e Georges-Eugène Haussman (1809-1891), que no período da revolução industrial intreviram no território como se fosse uma tábua rasa impondo planos monumentais que procuravam



Fotografia “Cities exhibition 1910” Autor desconhecido. Fonte: http://www.patrickgeddestrust.co.uk/oldspgmetexhibpanels/exhibitions/Cities%20Exhib.%201910%20_%20detail.JPG

ordenar, higienizar e embelezar as respetivas cidades de Barcelona e Paris.³⁰

No contexto da análise das cidades alemãs de Nuremberga e Rotemburgo Geddes explica no seu livro, *Cities in Evolution* que “ (...) o planeamento urbano não é algo que possa ser feito de cima, a partir de princípios gerais facilmente estabelecidos que podem ser aprendidos num lugar e imitados em outro como no Haussmannismo. Trata-se do desenvolvimento da vida local, do carácter regional, do espírito cívico, da individualidade única, capaz claro de crescimento e expansão, de melhorar e de se desenvolver de várias maneiras, de se enriquecer com os exemplos e as críticas dos outros, ainda que sempre à sua maneira e sobre as suas próprias fundações. Assim, a arte renovada do planeamento urbano tem que se desenvolver numa arte ainda maior, a do projeto urbano uma verdadeira orquestração de todas as artes, que correspondentemente necessita, mesmo que para as suas pesquisas preliminares, de todas as ciências sociais. Aqui, então, reside o problema que enfrentamos no retorno às análises das nossas cidades modernas e de novo das nossas cidades antigas, para decifrar as origens e traçar o seu crescimento, para preservar as suas memórias sobreviventes e continuar com tudo o que é vital à vida local; e nesta fundação histórica, e nas correspondentes análises e criticismos construtivos ao nosso estado atual e presente, que se siga em frente para planear um futuro melhor com a previsão individual e coletiva que pudermos.”³¹

Geddes acreditava que se o urbanismo pretendia dar resposta à vida e às necessidades da cidade, então tinha que a perceber de forma a poder contribuir para o seu progresso. Para isso, torna-se necessário antes do planeamento urbano a realização de uma análise que possa diagnosticar a sua condição (os *surveys*).

Estes diagnósticos ou *surveys* consistem em observações, análises e

30 SARMENTO, João - *O evolucionismo cultural e o planeamento urbano e regional* [em linha] in *Geoworking Papers*, NIGP-Universidade do Minho, Guimarães. 2004 [consulta a 09/01/2020]. disponível em WWW :< <https://www.researchgate.net/publication/272166131> >.

31 Tradução livre de GEDDES, Sir Patrick – *Cities in evolution. An Introduction To The Town Planning Movement And To The Study Of Civics*. Londres : Williams & Northgate, 1915. p. 205

levantamento do território, que permitem compreender a condição de uma determinada região, através da recolha de dados como: Situação, topografia, vantagens naturais (Geologia, clima, acesso à água, vegetação etc.) meios de comunicação terra e água (Naturais e históricos, estado atual, desenvolvimentos antecipáveis) indústrias, manufaturas e comércio; população (Movimentos e ocupações, saúde, densidade, educação e cultura etc.) condições urbanas (Históricas, recentes, áreas governamentais locais, presentes: planos existentes) planeamento urbano: sugestões e *designs* (exemplos de outras cidades, contributos e sugestões para o esquema de planeamento).³²

Segundo Geddes estes dados deveriam ser apresentados sempre que possível de forma gráfica e intuitiva para que pudessem ser expostos e apreciados pela população. Geddes, acreditava que o envolvimento das populações locais no processo de planeamento era uma parte fundamental para garantir que este respondia às suas necessidades. Os cidadãos informados seriam assim, capazes de decidir sobre o futuro das suas vidas e das suas cidades. Desta ideologia nascem os *civics*, um conceito ou ramo da sociologia que se dedica ao estudo entre o desenvolvimento das cidades e o bem estar e participação dos seus cidadãos.

Esta abordagem dos *surveys* vai para além do visível e do que o corpo pode perceber através de recordações de dados estatísticos ou representações do mundo.³³ Esta recolha de informação, este “inquérito” permite perspetivar sobre o território, estudar as suas alterações ao longo do tempo, entender o seu crescimento e determinar qual a sua tendência em termos evolutivos. Esta metodologia pode ser aplicada conjuntamente com outras, permitindo um aprofundamento do estudo do território. Desta forma, a investigação de Francesco Careri poderá ajudar completar a análise, fundamentalmente, na observação dos modos de vida e do quotidiano das pessoas, e na forma como as

32 Tradução livre de GEDDES, Sir Patrick – *Cities in evolution. An Introduction To The Town Planning Movement And To The Study Of Civics*. Londres : Williams & Northgate, 1915, pp. 356-357

33 SOARES, João - *Measuring with our memory, thinking with our feet: Patrick Geddes and Richard Serra, Two worldviews with waling in the centre*. In *Flaneur new urban narratives*. Lisboa: Procur.arte. 2017

estas se relacionam e interagem com o espaço. Careri utiliza o caminhar como ferramenta para desmistificar o território, a partir dos seus espaços intersticiais.

Transurbâncias

Francesco Careri (1966-) é um arquiteto italiano, professor do departamento de estudos urbanos da *Università degli Studi Roma Tre* e investigador universitário cofundador do laboratório d'Arte Urbana Stalker/ Osservatorio Nomade (1995).

No seu livro *WALKSCAPES*, o autor explica como o debate sobre a cidade contemporânea têm rejeitado o crescimento espontâneo das periferias, por estas não se encaixarem nas suas categorias interpretativas, baseadas no entendimento da “cidade tradicional”. A cidade difusa, corresponde, a um sistema territorial de baixa densidade e desenvolve-se em tecidos descontínuos, muitas vezes cortados pelas vias de comunicação. “Os difusos” os habitantes desta cidade não frequentam apenas as suas casas e a estrada, habitam também o vazio. “Efetivamente, os vazios dão as costas à cidade para organizar para si uma vida autónoma e paralela, mas são habitados. É lá que os difusos vão cultivar a horta ilegal, levar o cachorro, fazer um piquenique, fazer amor e buscar atalhos para passarem de uma estrutura urbana à outra. É lá, que os seus filhos vão buscar espaço de liberdade e de socialização. Além dos sistemas de assentamento, dos traçados, das ruas e das casas, existe uma enorme quantidade de espaços vazios que compõem o plano de fundo sobre o qual a cidade se autodefine.”³⁴ Estes espaços são os bastidores da vida moderna, os últimos vazios apropriáveis, e são por isso fundamentalmente diferentes dos que encontramos nas cidades como as praças, *bulevares*, jardins ou parques porque se desenvolvem num território por vezes inacessível, não construído, que não está necessariamente geometrizado, e que é utilizado e vivido livremente pelas pessoas de ínfimas maneiras.

34 CARERI, Francesco - *Walkscapes*. São Paulo: Editorial Gustavo Gili, 2013. p.157



Fotografia captada a 16/02/2020 por António Alves, durante uma visita por convite a Tercena. Em primeiro plano a saída do ducto pelo qual segue o regueiro e ao fundo as urbanizações do Alto de Tercena.

Careri, considera que para se entender o território, e a evolução natural das cidades, há que reconhecer a geografia que existe dentro do aparente caos da periferia, levantando como hipótese o percurso errático, enquanto forma de abordar o território. O caminhar é para o autor uma ferramenta de transformação da paisagem que nos modifica ao alterar a nossa perceção, levando-nos a apreender melhor a realidade do espaço. As “transurbâncias” propõem conhecer a “cidade difusa” a partir dos espaços vazios que a definem. O conceito das transurbâncias revela-se assim, uma ferramenta fundamental para uma leitura do território, reconhecendo a cidade a partir das vivências dos seus espaços intersticiais.

Esta aproximação ao território permite já destacar algumas especificidades próprias de cada sítio, através do contato e da experiência empírica do espaço. Muitas vezes podemos caminhar por um espaço sem sermos capazes de reconhecer pequenos detalhes, porque a nossa atenção está mais focada em apreender a realidade imediata que estamos a experienciar. Assim se às metodologias de Patrick Geddes e de Francesco Careri juntarmos uma terceira metodologia que procura, através da permanência no lugar adquirir um conhecimento mais aprofundando do sítio e dos pormenores que o definem, estaremos mais informados para fundamentar futuras propostas de projetos de arquitetura.

Olhar no sítio

Manuel da Maia (1678-1768) foi o engenheiro militar encarregue de coordenar o Plano de Reconstrução da baixa de Lisboa, após o terramoto de 1755. A dissertação de Manuel da Maia expõe várias hipóteses de projetos a considerar na reconstrução de Lisboa. As suas preocupações eram de modernização do tecido da cidade, na procura de ruas retas e largas, mas também numa solução urbanística de grande escala que tinha em consideração os direitos dos proprietários antigos.³⁵ A dissertação para o plano descreve os cuidados

35 SAMPAYO, Mafalda G. Teixeira de - *Forma urbana da parte baixa da Lisboa destruída: análise e*

e procedimentos que haviam de presidir à reconstrução da cidade de Lisboa, percebendo-se a importância que o engenheiro dava à leitura do sítio.³⁶ Nesta sua dissertação, existem dois artigos em que se nota esta especial atenção para com a abordagem ao sítio: no artigo 8º da 2ª parte quando o autor diz “ (...) [~q] o senado, com o seu Arquitecto e Mestres, vá demarcar e balizar os comprimentos e larguras das ruas [~q] se vão acrescentando á cid.ª antiga, e ao mesmo tempo formando a planta das ruas novas, por[~q] deste balizam.ª depende a boa ordem que as ruas novas podem observar ficando as plantas servindo p.ª a tirar alg[~u]as duvidas [~q] depois das demarcações podem sobrevir. **Advertindo [~q] p.ª a esta inovação de ruas he mais proprio o balizam.ª e demarcação sobre o terreno a[~q] se deve seguir a planta p.ª a memoria, do[~q] fazer pr.ª a a planta ideada p.ª a a demarcação do terreno.**”³⁷. E também, no artigo 11º da 3ª parte quando Manuel da Maia escreve: “Não posso deixar de acrescentar aqui ser muito precisa huma especial atenção na elleição das pessoas que hajão de ter por sua conta a execução desta difficulosa obra da renovação de Lisbôa baixa, para a guiarem livre dos embaraços [~q] se poderão encontrar, ou incluir entre a correspondencia do antigo com o moderno, no cazo de haver alguma commutação do velho, com o novo que he aonde consiste a mayor difficuldade; para cuja solução não julgo inteiramente sufficientes os adjutorios das plantas, e se **faz muito preciso que se vão observando no terreno com todo o genero de precauções [~q] a materia merece;** por que sendo certo [~q] se não uza de petipé nos planos das cidades antigas tão irregulares como costumão todas ser, não se pode uzar delles como de hum plano regular de hum Convento ou de hum Palacio: E ainda [~q] a nossa planta de Lisbôa antiga se avantage em se lhe ter assigna-

avaliação da cartografia (1756-1786). Lisboa, Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa-Instituto Universitário de Lisboa, 2011, Tese de Doutoramento.

36 SANTOS, Maria - *El proyecto de Manuel da Maia y la reconstrucción de la Baixa de Lisboa en el siglo XVIII*. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2012. Tese de Doutoramento.

37 SEPÚLVEDA, Christovam Aires – *Manuel da Maia e os engenheiros militares portugueses no ter-ramoto 1755*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1910, p.39.

do petipé, nem por isso se deve caminhar por ella, sem ser como com huma continuada sonda reta por cauza da dita commutação; porque o formar huma Cidade de novo sem attenção mais que a ella propria, unindoa a outra antiga como em Turim, será mais divertimento que trabalho; para esta execução me persuado estarem em primeiro lugar o Tenente Coronel Carlos Mardel e o Capitão Eugenio dos Santos de Carvalho, porque além de serem Engenheiros de profição, são tambem na Architectura Civil os primeiros Architectos.”³⁸ Manuel da Maia considerava fundamental conhecer com propriedade o sítio onde estamos a intervir, já que não basta recorrer às suas representações, pois o território como se sabe não é uniforme, e existirá sempre uma comutação com a respetiva representação.

O arquiteto Álvaro Siza Vieira (1933 -) apesar de estar distanciado mais de 200 anos de Manuel da Maia partilha da ideia de que a observação do sítio é fundamental para a construção de um projeto de arquitetura, assim no seu livro *Des mots de rien du tout*, o arquiteto diz “continua presente na minha memória a frustração dos primeiros anos de escola e de profissão quando, à análise supostamente exausta (estática) de um problema, seguia-se o encontro desamparado com uma folha de papel em branco. A partir de então, **tive sempre o cuidado de ‘olhar o sítio’** e fazer um desenho antes de calcular os metros quadrados a construir.”³⁹

Tratando-se o território de uma realidade complexa que nunca poderemos entender na sua totalidade, devemos pelo menos procurar conhecer em profundidade o espaço onde nos propomos a intervir. No sítio reconhecemos o impacto dos problemas identificados numa macro escala, conhecemos as pessoas e as suas relações com o espaço e apreendemos as subtis variações que acontecem à superfície do terreno. Esta forma metodológica de preparar os elementos para a concepção do

38 SEPÚLVEDA, Christovam Aires – *Manuel da Maia e os engenheiros militares portugueses no terramoto 1755*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1910. pp. 45-46.

39 SIZA, Álvaro – *‘Des mots de rien du tout = Palavras sem importância’*, Saint-Étienne, Université de Saint-Étienne, 2002, p.88.

projecto não é uma novidade e está enraizada no urbanismo português: “ (...) A atenção ao lugar, ao sítio, característica da Arquitectura e do desenho urbano português, advém precisamente não de um modelo, mas sim da pré-existência de um modo de fazer (...)”⁴⁰ transversal que se mostra indispensável ao exercício da Arquitectura e Urbanismo, já que permite que o projeto se faça de forma integrada com o território. Esta atenção, traduz-se, em projetos conscientes, que contribuem para a construção de espaços adequados à realidade do território em causa, promovendo a coesão social e mitigando possíveis problemas que poderiam ocorrer da sua negligência.

Estas três perspetivas (*Civics e Regional surveys*, Transurbâncias e Olhar no sítio) trabalhadas por Patrick Geddes, Francesco Careri, Manuel da Maia e Álvaro Siza Vieira são exemplos chave para uma leitura transversal do território, mais completa que integre múltiplas escalas de abordagem.

Para operacionalizar estes conceitos, optou-se, numa primeira instância por criar uma narrativa sobre a formação do território em estudo, estabelecendo o contexto que levou à proposta de intervenção. Esta narrativa compreende as escalas de análise evidenciadas acima, estabelecendo uma lógica que nos permite perceber desde a macroescala da AML até a microescala de Tercena como os vários “fragmentos” escolhidos contruíram para a condição do sítio.

40 ANDRÉ, Paula - *Heranças e Lições entre Portugal e o Brasil. Arquitectura e Urbanismo na Lisboa da primeira metade do Século XX*. in *Urbanismo de Origem Portuguesa, Património Urbano e Arquitectónico dos Países de Língua Portuguesa I*, nº 8, (Dezembro, 2008), p.3

Estudo do território de Oeiras

Oeiras é um concelho português que se insere na área metropolitana de Lisboa junto ao final do estuário do Tejo, sendo delimitado a Norte e Poente pelos concelhos de Sintra e Cascais, a Nascente pelos Concelhos de Lisboa e Amadora e a Sul pela barra do Rio Tejo, perfazendo uma frente ribeirinha com cerca de 9 Km de extensão.⁴¹ O concelho possui uma população residente de 172.120 habitantes e uma área de 45,8 Km² (aproximadamente 3758 hab/km²) que se subdividem administrativamente em 10 freguesias: Barcarena, Carnaxide, Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos, Algés, Cruz Quebrada – Dafundo, Linda-a-Velha, Porto Salvo, Queijas, Caxias.⁴² Situado na fachada meridional da Península de Lisboa, o concelho de Oeiras forma um vasto anfiteatro voltado a Sul, marcado por vales estritos, encaixados, de ribeiras curtas, que alternam com cabeços estreitos.⁴³ A morfologia do terreno é mais acidentada a norte do que a sul, pois o entalhe progressivo da rede hidrográfica (que nasce nas cabeceiras da Serra de Sintra e da Carregueira), foi progressivamente escavando o maciço rochoso (composto essencialmente por rochas basálticas, tufos e calcários)⁴⁴ depositando-se os sedimentos em plataformas aluvionares a jusante.

A história de Oeiras é marcada sobretudo pelo seu desenvolvimento recente impulsionado, não só pelas redes de infraestruturas como também, pelas inovadoras políticas de desenvolvimento e uso de solo. O concelho é um exemplo de superação que foi durante muito tempo entendido como uma

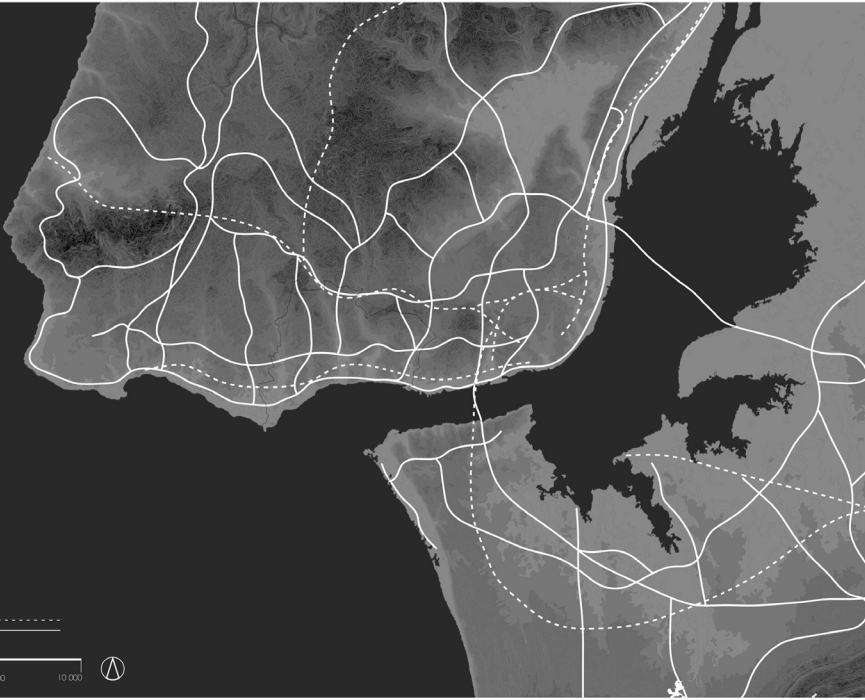
41 CMO- *Oeiras Factos e Números*. 1ª edição. Oeiras.: Município de Oeiras, 2013, p. 11.

42 PIMENTEL, Teresa – *Município de Oeiras, Diagnóstico demográfico e projeção da população 1960-2040* [em linha] Centro de estudos de sociologia da universidade nova de Lisboa, 2013, p.7 [consulta a 09/01/2020]. disponível em WWW :< http://www.educacao.cm-oeiras.pt/atividades_projetos/documents/oeiras%20diagnostico%20e%20projecao%20demografica%201960-2040.pdf >.

43 MAGALHÃES, Manuela. *Morfologia do Terreno* In Atlas da Área Metropolitana de Lisboa Lisboa: Área Metropolitana de Lisboa, 2003, p.71

44 PEREIRA, Ana – *Traços Gerais da Geografia Física do Concelho de Oeiras* in 1º Ciclo de Estudos Oeirenses. Oeiras: Celta Editora, 1998 pp.23-30.

TOPOGRAFIA
Terreno e Vias



VIAS FERROVIARIAS - - - - -
VIAS ROZOVARIAS - - - - -



Oeiras e as infraestruturas no contexto da AML. Desenho produzido aquando do trabalho de grupo à macroescala.

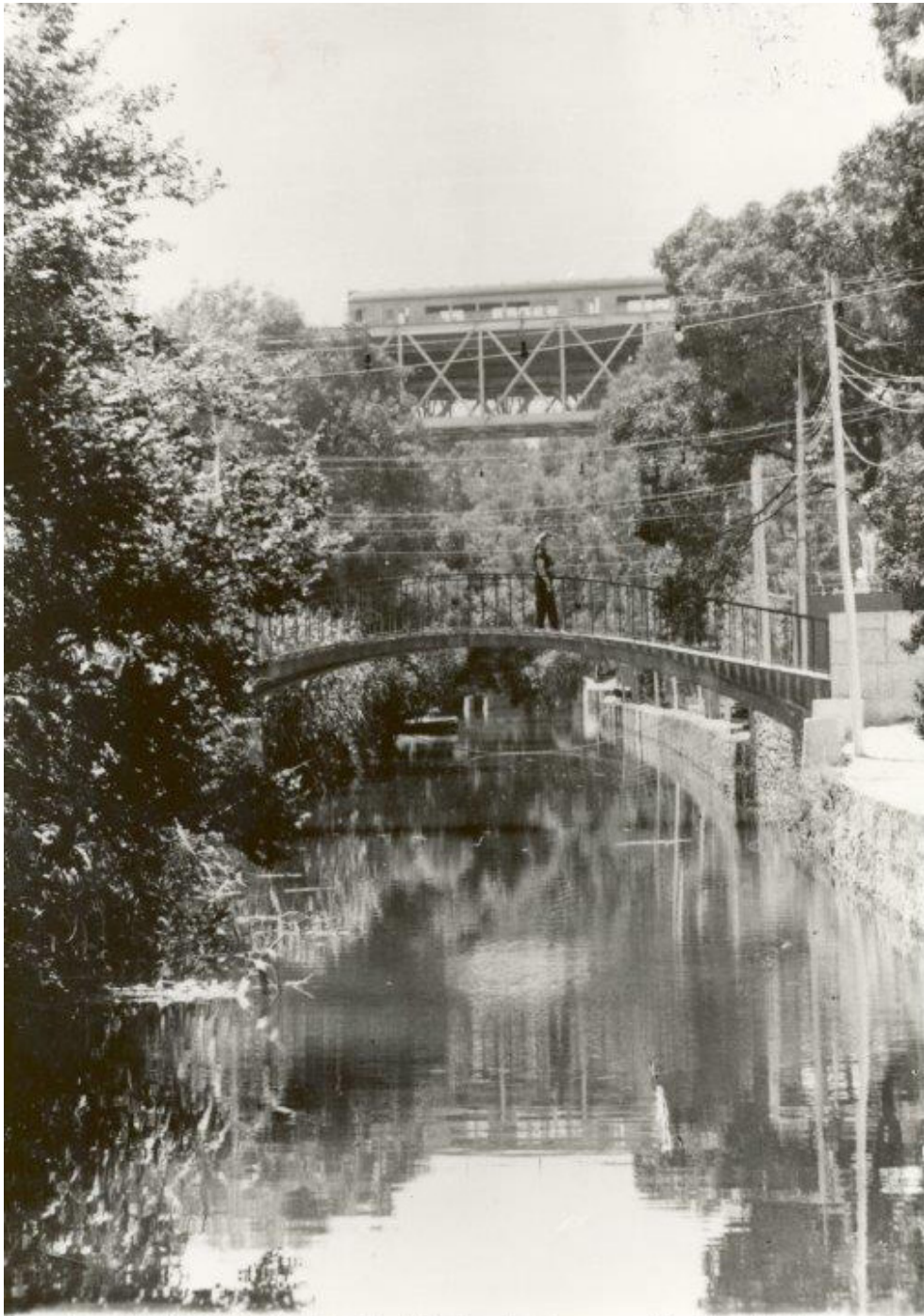
área marginal ou dos “arredores de Lisboa”, mas que conseguiu rapidamente desenvolver-se e individualizar-se ao ponto de se tornar num concelho de referência a nível internacional. Enquanto, Lisboa a “cidade tradicional” se mantém sobrecarregada, velha, cristalizada e imutável, Oeiras apresenta-se como uma “cidade moderna”, nova e disponível para acolher a mudança, uma verdadeira eutopia⁴⁵ dos arredores de Lisboa. Oeiras é uma realidade fascinante para os arquitetos e urbanistas, pois apresenta uma taxa de concretização elevada, o que permite que muitas das ideias e projetos visionários se materializem, o que faz deste concelho o laboratório de excelência para novos ensaios urbanísticos que possam conduzir ao futuro deste território, trabalhando com a sua densidade, sem prejuízo de que o que for construído seja dentro de um período 10 ou 20 anos, substituído por outra proposta, num ciclo de renovação que acompanha a mudança dos tempos.

A expressão “arredores de Lisboa”, pode ser encontrada na descrição de 8 cartas do séc. XIX representativas da zona nuclear estratégica para defesa da Capital. Estas cartas foram concebidas entre 1821 e 1855 no contexto dos levantamentos para a Carta Topográfica do Reino de Portugal à escala 1.10000.⁴⁶ A palavra arredores aparece associada a Barcarena, Belém, Benfica, Cascais e Oeiras, povoados que integraram o antigo “termo” de Lisboa “Desde épocas bastante remotas, a jurisdição da Câmara de Lisboa e das outras autoridades que presidiam à representação, polícia e administração da Cidade não se limitava à área citadina ou urbanizada de Lisboa, mas estendia-se por um vasto território, ao norte e ao ocidente do povoado, que compreendia um certo número de freguesias eclesiásticas e de aldeias ou lugares, que se chamava o Termo de Lisboa, (...)”⁴⁷ A existência destes estudos voltados es-

45 Expressão Utopia vem do grego (*ou + topos*) e acumulava segundo Lewis Mumford dois significados o de Outopia, que quer dizer “não lugar”, ou o de Eutopia o “bom Lugar”. A eutopia é por isso o sonho ou a fantasia da cidade ideal que ao contrário da utopia, é possível e existe sendo susceptível de realizar os valores e aspirações locais.

46 BOIÇA, Joaquim . *Cartografia de Oeiras- 4 Séculos de Representação do Território*. 1ªEdição Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2003 p.66.

47 SILVA, A. V.. *Dispersiones*. Vol 1. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1968. p. 35



37 OEIRAS — Trecho do Ribeiro da Lage no Jardim Público

Fotografia da Ribeira da Laje (1950-1959) cedida pelo Arquivo Municipal de Oeiras: Referência PT/MOER/MO/NF/002/000127

pecificamente sobre o perímetro alargado, são indicativos da relação simbiótica que desde sempre Lisboa estabeleceu com os seus arredores, relação essa que se perpetuou até aos dias de hoje através da denominada AML (1991). Esta relação com o advento tecnológico que vivemos assume novos contornos já que os “arredores” como Oeiras se autonomizaram estabelecendo-se como centros de relações que transcendem as lógicas de proximidade com Lisboa.

Os “termos” formavam, com os povoados uma unidade indissociável, possibilitando a autonomia económica da cidade e constituindo parte fundamental da sua defesa. Esta relação de mútua dependência permitiu que Lisboa se afirmasse sobretudo enquanto centro de consumo, recebendo do “termo” os bens essenciais de que carecia.⁴⁸ Oeiras pela sua proximidade serviu até ao séc. XX não só como celeiro mas também como pedreira de Lisboa, já que a maioria dos cereais produzidos e muita da rocha que se extraía se destinavam ao abastecimento da capital. É possível, portanto, rever o contributo da região saloia para o desenvolvimento da cidade de Lisboa já que pelo menos até 1930 quase toda a pedra utilizada provinha da zona de Oeiras e Cascais (Isto, porque só mais tarde entraram em laboração as pedreiras de Pero Pinheiro, do Alentejo ou mesmo de Porto de mós). Entre as grandes obras realizadas com recurso a estas pedras, temos muitas calçadas portuguesas em Lisboa, a estrada marginal, o Mosteiro dos Jerónimos ou ainda o porto de Lisboa.⁴⁹

O aumento populacional e a colonização do território levaram a que o termo de Lisboa fosse sofrendo várias alterações, de forma a dar resposta ao seu desenvolvimento económico e social. Deram-se várias reformas administrativas que foram progressivamente parcelando o território em unidades ou concelhos mais pequenos, que gozavam de au-

48 Marques, A. H. O. *Enquadramento histórico*. In Atlas da área metropolitana de Lisboa, Lisboa: Área metropolitana de Lisboa, 2003 p. 17

49 CABRITA, Maria em *Conferência-debate, Património Histórico e Cultural de Oeiras* realizado no Verão de 2012, [1:48:00] link da conferência <https://www.youtube.com/watch?v=FX3RwE-jA2o> [consulta a 12/02/2020].



9 ALGÉS — Vista parcial e aspecto da Praia



5 CAXIAS — Um trecho da Estrada Marginal

Fotografia de Algés:
Aspeto da praia e vista
parcial da linha férrea
(1950-1959). Fotografia
cedida pelo Arquivo
Municipal de Oeiras.
Referência:
PT/MOER/MO/
NF/002/000161

tonomia consentânea, dispondo de juiz, câmara e pelourinho próprios.⁵⁰ O termo só é extinto através do decreto de 11 de Setembro de 1852 que estabeleceu a remodelação completa do Concelho de Lisboa.⁵¹ Apesar de Formalizado este processo de emancipação, os arredores continuavam a ser a meados do séc XIX um enorme nebulosa que pairava em torno de Lisboa.

Com a Revolução Industrial, deu-se uma enorme expansão da capital que cresceu impulsionada pelo êxodo rural das populações, que se deslocavam num movimento centrípeto, motivado pela oferta de trabalhos assalariados na indústria e serviços emergentes. Mas, esse crescimento não se cingiu apenas a Lisboa, já que as regiões mais próximas como Oeiras e Cascais foram acompanhando o surto demográfico.

As infraestruturas desempenharam então um papel fundamental, enquanto elemento estruturante das comunicações e desenvolvimento destes concelhos. Em 1889 é inaugurado o caminho-de-ferro para Cascais, linha esta que mudou profundamente a capacidade e facilidade de viajar entre Lisboa e Cascais. Este eixo permitiu um crescimento junto a costa que se deu sem limitações ou entraves permitindo o aparecimento no concelho de Oeiras de todo um conjunto de unidades industriais, como a Fábrica do Papel, a Fundação de Oeiras, ou a Lusalite. Assiste-se, assim, neste período a uma diminuição da atividade agrícola, que vai perdendo importância à medida que os terrenos foram sendo progressivamente urbanizados e a população se foi adaptando aos novos modos de uma “vida moderna”. A indústria não foi a única a emergir deste fenómeno, já que no decorrer do séc XX, a Costa do Sol se tornou numa zona balnear de eleição, possibilitando o desenvolvimento da atividade turística. Este atrativo conduziu em 1940 à inauguração da Estrada Marginal entre Lisboa e Cascais, obra esta que impulsionou a expansão dos centros urbanos, motivando a fixação do com-

Fotografia de Caxias: Tre-
cho da Estrada Marginal
(1950-1959). Fotografia
cedida pelo Arquivo
Municipal de Oeiras
Referência:
PT/MOER/MO/
NF/002/000172

50 Marques, A. H. O. *Enquadramento histórico*. In Atlas da área metropolitana de Lisboa, Lisboa: Área metropolitana de Lisboa, 2003 p. 17.

51 SILVA, A. V.. *Dispensos*. Vol 1. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1968. pp. 49-50



Fotografia panorâmica de Oeiras (1970). Fotografia cedida pelo Arquivo Municipal de Oeiras
Referência:
PT/MOER/MO/
NF/004/01/000285

ercio, mas também de vários “*chalets*” e moradias de recreio junto à costa.⁵²

Devido à pressão imobiliária gerada pela grande concentração de pessoas e atividades económicas em Lisboa, dá-se em meados do século XX, um abandono da população que se desloca agora num movimento centrífugo para novos bairros residenciais mais acessíveis, que começavam a surgir nas imediações de Lisboa. O concelho de Lisboa regista neste século uma perda relativa de população a favor de outros municípios dos “arredores” que chegaram a duplicar ou mesmo triplicar em número de habitantes aumentando o seu peso na massa populacional da AML.⁵³

Numa tentativa de organizar esta ocupação surge em 1948 o Plano de Urbanização da Costa do Sol, documento orientador do processo de desenvolvimento urbanístico na região até à entrada em vigor tardia do PDMO em 1994. **Antes da entrada em vigor do PDMO, encontravam-se eficazes 13 Planos Municipais de Ordenamento do Território, cuja área de intervenção representava apenas 8,24% do território do concelho.**⁵⁴ O crescimento de Oeiras, deu-se assim, privilegiando certos eixos junto às acessibilidades, como as linhas-de-ferro, a estrada marginal e a Autoestrada de Lisboa - Cascais. Nos anos 70, este tipo de crescimento intensificou-se duplicando a população residente. A origem deste crescimento deveu-se não ao êxodo rural, mas também ao retorno dos emigrantes residentes nas ex-colónias portuguesas.⁵⁵ A procura por habitação foi enorme não conseguindo o concelho dar resposta à demanda. Assim, e com a disponibilidade de terrenos junto às acessibilidades e na ausência ou indefinição dos instrumentos reguladores a norte do concelho, assistiu-se à proliferação de

52 *Oeiras : factos e números* / Câmara Municipal de Oeiras ; fot. Américo Alves... [et al.]. - 1ª ed. - Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2013. p. 42

53 Teixeira, T. & Sampaio, M. (2018). *Lisboa e a sua área metropolitana: infraestruturas de conexão*. In 7ª Conferência Anual da Rede Portuguesa de Morfologia Urbana, PNUM 2018. Porto p.4

54 *Oeiras: factos e números* / Câmara Municipal de Oeiras ; fot. Américo Alves... [et al.]. - 1ª ed. - Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2013. p. 235

55 *Oeiras: factos e números* / Câmara Municipal de Oeiras ; fot. Américo Alves... [et al.]. - 1ª ed. - Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2013. p. 80



Fotografia panorâmica sobre o Bairro da Pedreira dos Húngaros (1995-02-18). Fotografia cedida pelo Arquivo Municipal de Oeiras. Referência: PT/MOER/MO/NF/004/01/002934

bairros de barracas e urbanizações sub-infraestruturadas de génese ilegal. Estas construções foram-se implantando, inicialmente nas áreas limítrofes do concelho⁵⁶, impondo uma ocupação urbana deficitária e conseqüentemente degradada ao nível do património construído, paisagístico e ambiental.⁵⁷ Devido a esta condição e até meados dos anos 80, Oeiras seria vista apenas como um dos dormitórios precários da grande metrópole, servindo também como zona de passagem para os movimentos pendulares entre Lisboa e Cascais.

O ano de 1985 assinala o princípio do fim desta condição com dois eventos de enormes implicações para o desenvolvimento do concelho: a adesão de Portugal à CEE⁵⁸ e a candidatura de Isaltino Morais à presidência de Oeiras. Com a adesão a CEE, foi possível o acesso a muitos fundos estruturais e de coesão europeus, que permitiram entre outras coisas dotar o país de novos hospitais, escolas, universidades, autoestradas, etc. Apesar destes apoios não terem permitido que Portugal ascendesse aos padrões do norte da Europa, conseguiram melhorar em muito a qualidade de vida da sua população.⁵⁹

A candidatura do Dr. Isaltino Morais teve como um dos pontos fortes do seu programa eleitoral erradicar as grandes manchas de pobreza e marginalidade do concelho, que acomodava à data alguns dos mais populosos e miseráveis bairros de lata de Portugal (Bairros clandestinos como os da Pedreira dos Húngaros, Outurela, do Alto de Santa Catarina ou mesmo o do Jamor).⁶⁰ Esta promessa de assumir os problemas sociais dos munícipes foi diferenciadora numa altura em que as câmaras municipais alienavam as barracas como um proble-

56 *Oeiras: factos e números* / Câmara Municipal de Oeiras ; fot. Américo Alves... [et al.]. - 1ª ed. - Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2013 p. 43

57 *Oeiras: factos e números* / Câmara Municipal de Oeiras ; fot. Américo Alves... [et al.]. - 1ª ed. - Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2013. p. 236

58 Antiga Comunidade Económica Europeia que se converteu através do Tratado de Maastricht (1992) na atual Comunidade Europeia (CE).

59 CARVALHO, Carina - *Isaltino : a batalha por Oeiras* . 1ª ed. - Lisboa: Edeline, 2005. p. 38

60 CARVALHO, Carina - *Isaltino : a batalha por Oeiras* . 1ª ed. - Lisboa : Edeline, 2005. pp.30-31

ma da responsabilidade do Governo.⁶¹ O candidato eleito nesse ano, começou desde logo a trabalhar com a sua equipa no sentido de resolver este problema.

A fim de cumprir com o desígnio de acabar com as barracas num prazo de dez a quinze anos, a Câmara teve de erguer por ano quatrocentas a quinhentas casas para acomodar as mais de cinco mil famílias que as ocupavam. A criação deste elevado número de fogos foi conseguida com parcerias entre a Câmara e empresas privadas do sector da construção civil.⁶² Como a maioria dos aglomerados de barracas estavam localizados em terrenos particulares, os proprietários tinham os seus bens bloqueados enquanto as barracas se mantivessem. A Câmara capitalizou nessa situação ao negociar protocolos com os proprietários, em que acordavam retirar as barracas rapidamente a troco de algumas contrapartidas dos proprietários. Os promotores imobiliários acordaram e deram contrapartidas monetárias e terrenos que foram depois empregues no realojamento das famílias mais pobres, e na construção de bairros sociais para realojamento.

Oeiras foi assim enriquecendo e investindo no seu património desenvolvendo também uma bolsa de terrenos que lhe viria a permitir ter uma grande influência sobre o mercado imobiliário e conseqüentemente sobre as iniciativas de desenvolvimento para ao seu território. Dessas iniciativas destaca-se o Taguspark, o primeiro Parque de Ciência e Tecnologia (PCT) a nível nacional. A Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (SECT), vinha desde 1986, no contexto da adesão de Portugal à CEE e da urgência de fortalecer o débil Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) a desenvolver estudos e a refletir sobre a definição de estratégias que, aumentando a competitividade tecnológica do país, permitissem manter e se possível reforçar o seu protagonismo no quadro emergente da economia global.⁶³ Em 1989, surgem os primeiros esboços para a implantação de um PCT em Portugal através do

61 CARVALHO, Carina - *Isaltino : a batalha por Oeiras* . 1ª ed. - Lisboa : Edeline, 2005. p.73

62 CARVALHO, Carina - *Isaltino : a batalha por Oeiras* . 1ª ed. - Lisboa : Edeline, 2005. pp.32-34

63 MELO, Julião – *Inovação e reorganização do espaço: o caso do Taguspark* Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2001 p.97

“Programa Económico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa.⁶⁴ Este programa participado por fundos europeus defendia a modernização da estrutura industrial através da criação de espaços físicos que propiciassem um clima de criatividade e inovação, designadamente através de apoios logísticos permanentes em parques ou polos tecnológicos onde se instalem empresas e instituições de elevado conteúdo tecnológico, e bem assim, a criação de empresas baseadas em ideias inovadoras, incentivando o aparecimento de novos empresários através de apoios logísticos iniciais em centros de incubação.⁶⁵

Neste contexto decide-se pela criação de dois PCT, nas regiões de Lisboa e Porto. No caso de Lisboa e estabelecidos os contactos institucionais, congregaram-se as entidades mais interessadas na criação deste tipo de infraestruturas na região, nomeadamente, a administração pública, universidades, autarquias, e a FLAD⁶⁶, para integrarem o Núcleo dinamizador (ND). O ND foi uma comissão que desempenhou funções entre setembro de 1989 e maio de 1990 cujo propósito foi o de desenvolver ações conducentes à elaboração do respetivo plano diretor, bem como, de enunciar os conceitos, princípios jurídicos e enquadramento físico que teria a futura sociedade de promoção e desenvolvimento do parque.⁶⁷

Os municípios de Cascais, Oeiras e Sintra são convidados a integrar este núcleo, por decisão do SECT, que entedia com base em estudos realizados que a localização do parque deveria abarcar um território na confluência destes três concelhos. Oeiras destacou-se pelo seu forte empenho, designadamente por se ter oferecido para a partir dos elementos fornecidos pelos outros municí-

64 ROSA, Júlio Patrício - *Cidades da tecnologia do conhecimento: um pensamento crítico sobre o Taguspark e o 22@BCN* [Em linha]. Lisboa: ISCTE, 2013, p.74 ,Dissertação de mestrado. [Consult. 14-08-2020] Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/7957>](http://hdl.handle.net/10071/7957).

65 Diário da República n.º 200/1989, Série I de 1989-08-31

66 Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento à qual havia sido encomendada o estudo de um *Action Plan to Develop a Technology Park in Portugal* (1988).

67 MELO, Julião – *Inovação e reorganização do espaço: o caso do Taguspark* Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2001 p.97

pios, produzir um esboço de localização, assim como, uma análise de condicionante e ainda uma proposta da rede viária intermunicipal de serviço à área de intervenção. Esta autarquia, assumiu assim, a liderança face ao fraco empenho que “(...) Cascais e Sintra demonstraram numa questão crítica para a concretização efetiva do PCT pretendido, a aquisição e cativação dos terrenos indispensáveis à sua materialização.”⁶⁸

Em 1991 a “ (...) SECT, institui, pelo despacho nº56/Sect/91, uma Comissão Instaladora da Sociedade de Gestão do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa com representantes dos sectores então já envolvidos (...)”⁶⁹ com vista a prossecução do processo de implantação do PCT e da constituição da sociedade encarregue da sua gestão.

Oeiras torna-se em 1994 num dos primeiros municípios a nível nacional a finalizar o PDM⁷⁰. Este plano estratégico de ordenamento, já de segunda geração, foi concebido para um horizonte temporal de dez anos sendo que o modelo escolhido procurou estabelecer uma ocupação equilibrada do território com a preservação da identidade e consolidação dos aglomerados urbanos. Tinha por objetivos: a proteção do meio ambiente e a salvaguarda do património paisagístico, histórico e cultural; a afirmação do concelho como um espaço residencial de qualidade; o apoio ao desenvolvimento do sector terciário (em particular de serviços de componente científica e tecnológica) e a melhoria das condições de vida das populações mais desfavorecidas do concelho, em especial através da promoção de programas de habitação social.⁷¹

Este tipo de plano incidindo sobre o zonamento e regulação do uso de solo, viria a ter uma influência quase nula no desenho urbano e na con-

68 MELO, Julião – Inovação e reorganização do espaço: o caso do Taguspark Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2001 p.97

69 MELO, Julião – Inovação e reorganização do espaço: o caso do Taguspark Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2001 p.98

70 Publicado através do Diário da República n.º 68/1994, Série I-B de 1994-03-22

71 Oeiras: factos e números / Câmara Municipal de Oeiras ; fot. Américo Alves... [et al.]. - 1ª ed. - Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2013. p. 237

tenção de uma ocupação já instalada e com fortes compromissos adquiridos.⁷² A concretização do PCT foi assim conduzida através do Plano Integrado da Área do Parque de Ciência e Tecnologia, um plano de urbanização que engloba a área definida para este fim no território de Oeiras, “(...) cujos terrenos tinham sido entretanto adquiridos ou estavam em negociações e mercê do trabalho de análise já desenvolvido pela equipa técnica de planeamento da autarquia, nos espaços adjacentes, foi possível enriquecer o referido plano com três vertentes complementares, igualmente inseridas na estratégia de desenvolvimento definida no seu PDM (...)”. Essas vertentes eram o Cabanas Golf, o Complexo da Fábrica da Pólvora e o Oeiras Park. A Fábrica da pólvora e os seus terrenos haviam sido já adquiridos pela Câmara Municipal de Oeiras em 1995 pelo equivalente a 10 milhões de euros, tendo procedido de imediato com o respetivo loteamento, vocacionando o espaço para alojamento, investigação e desenvolvimento de atividades culturais.

O exercício de PFA estabelecia a área de estudo pelos limites impostos no referido Plano Integrado da Área do Parque de Ciência e Tecnologia, porém, após a análise deste plano, percebeu-se que existiam algumas questões de génese que deveriam ser abordadas. O plano já com 15 anos de vigência possui várias opções discutíveis, cujas consequências seriam passíveis de serem desenvolvidas num trabalho académico ao nível do planeamento urbano e da gestão do território, porém iremos cingir-nos apenas a uma lacuna evidenciada na definição dos seus limites.

Como se pode observar através da planta (Anexo C) o plano exclui Tercena uma localidade que se estabelece na fronteira com o Município de Sintra, pela qual passam três das infraestruturas mais importantes do concelho a CREL, o IC19 e a linha de comboio Lisboa-Sintra. Para além de excluir estes acessos, ao excluir Tercena a Fábrica da pólvora fica descontextualizada, já que esta localidade é parte fundamental da suas

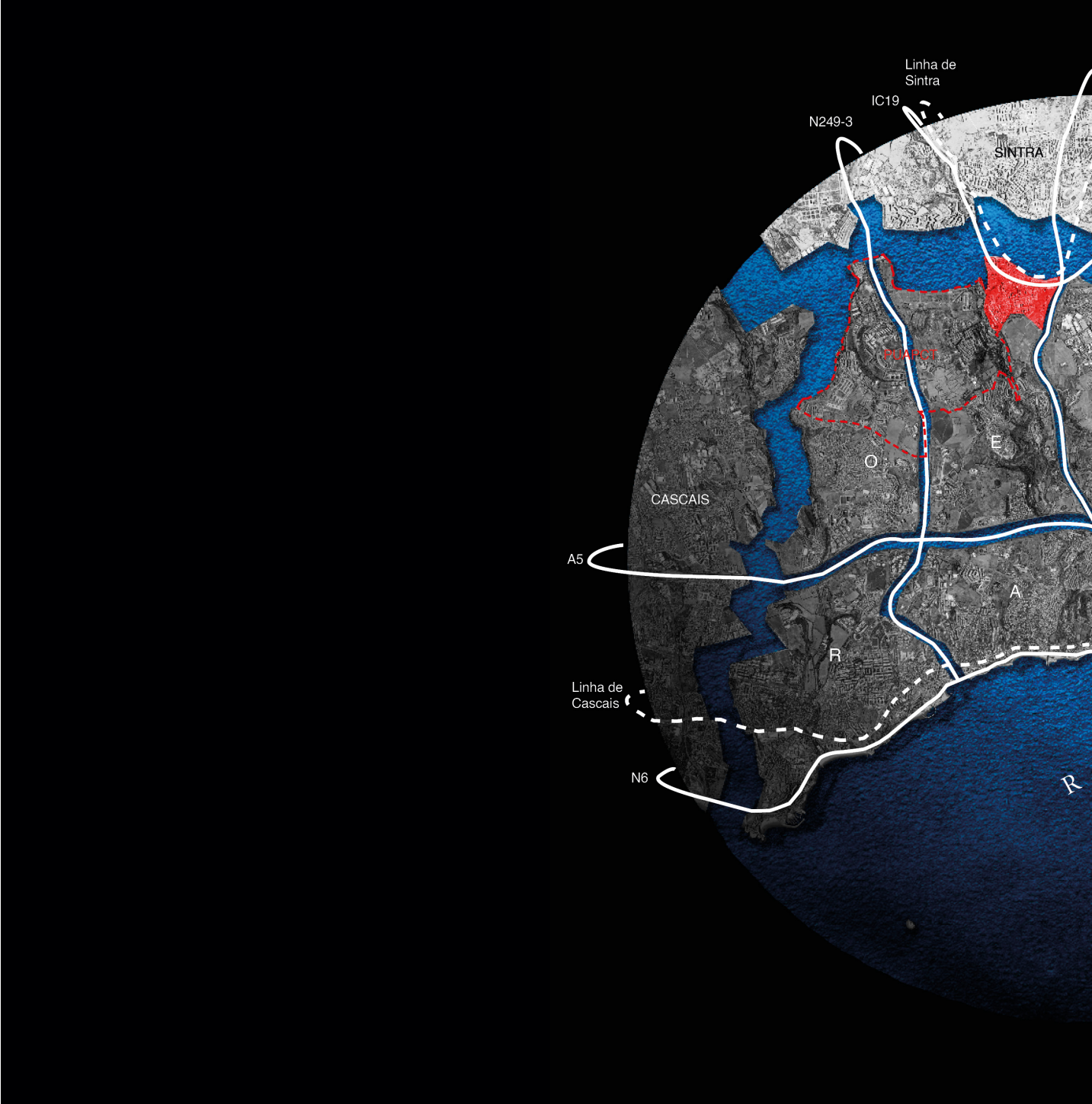
72 PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João - Políticas Urbanas II : transformações, regulação e projecto. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. p.77.

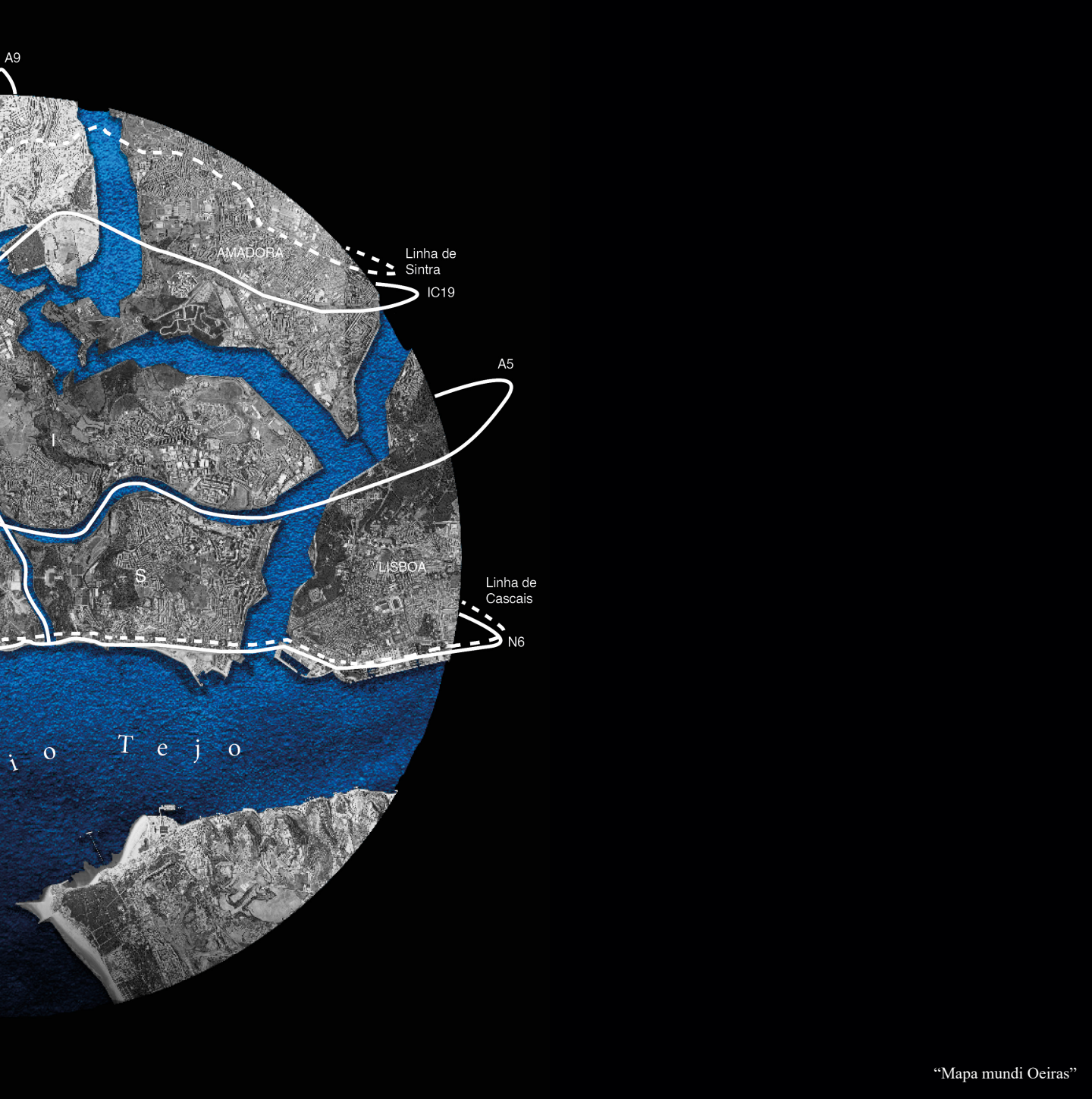


Planta de zonamento do Plano Integrado da Área do Parque de Ciência e Tecnologia (1995), Fonte: <https://www.cm-oeiras.pt/pt/viver/mobilidade/Documents/PU%20%C3%81rea%20Parque%20Ciencia%20Tecnologia.JPG>
Sobreposto a vermelho os limites de Tercena e a localização da estação de comboios.

história, mas também das suas gentes. Apesar de ter recebido uma intervenção parcial na Fábrica de baixo, a Fábrica da pólvora continua a existir sem estar devidamente assinalada, e sem que hajam acessos intuitivos.

Tendo em conta esta problemática e a preocupante especulação sobre este território, o exercício de projeto enveredou pela criação de um percurso que estabelece uma ligação entre a estação de comboios de Massamá/Barcarena e a Fábrica da Pólvora de Barcarena. Este projeto procura expor a fragilidade evidenciada ao desconsiderar esta localidade, ao mesmo tempo que revela as potencialidades que existem neste território para que talvez numa futura revisão deste plano se possam abordar estas questões, através de um olhar mais abrangente sobre o território.





“Mapa mundi Oeiras”



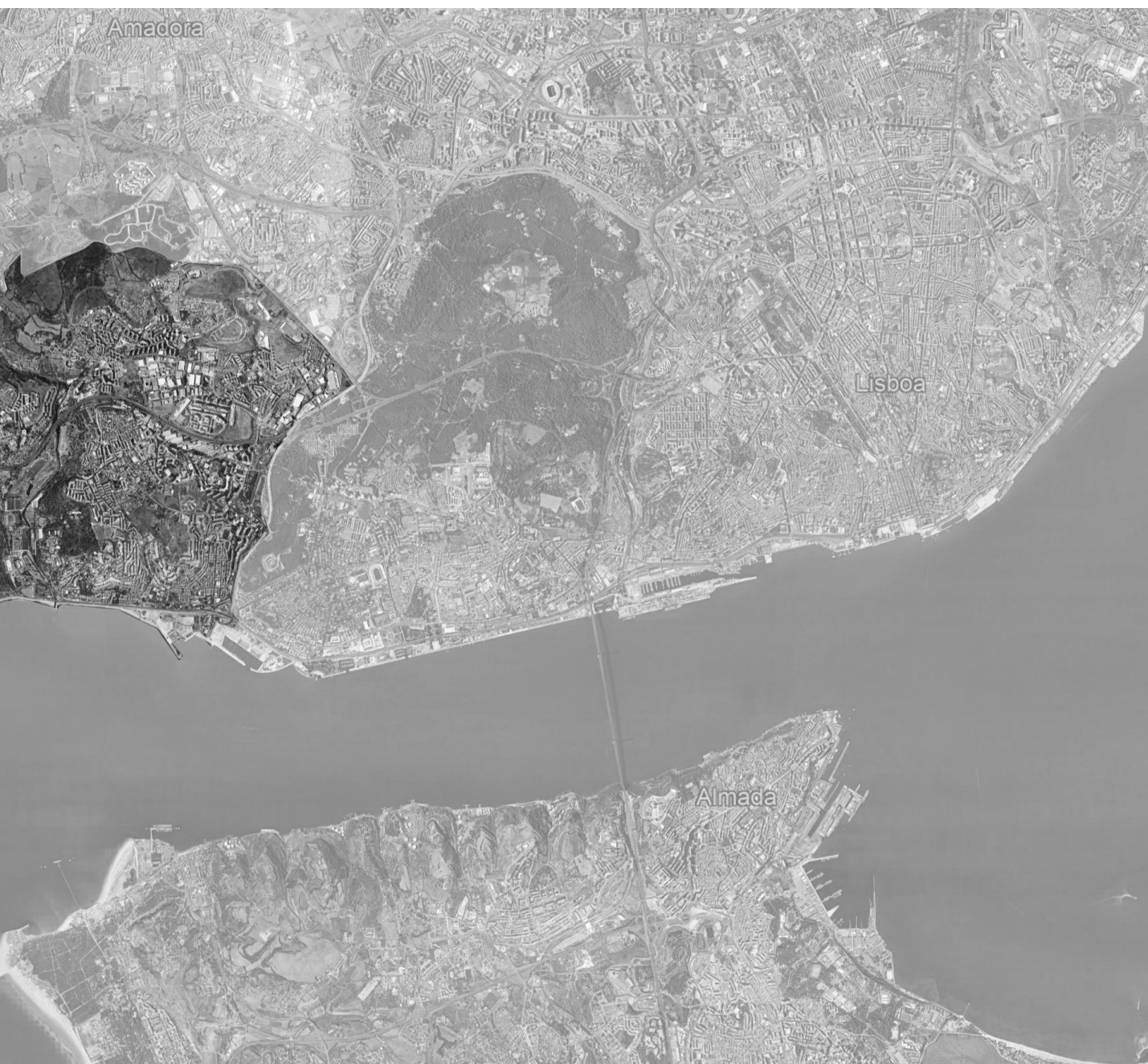


Imagem de satélite (07/05/2015) adaptada, Fonte: Google earth. A vermelho encontra-se identificada a área relativa à localidade de Tercena.





2. Bird view (2012) Fonte: bing maps da área a intrevir.

- | | | |
|---------------------------------------|--|-----------------------------|
| A. Estação de Massamá Barcarena | J. Lavodouro e Fonte. | Q. Urbanização da fábrica |
| B. IC19 | L. Hortas do Bico | R. Nucleo Antigo de Tercena |
| C. Quinta do Marquês Café | M. Lugar do Bico/ Quinta do Raul Velho | S. Ribeira de Barcarena |
| D. Hotel Sun Park | N. Estrada do Cacém (antiga estrada militar) | T. Regueiro em Tercena |
| E. Urbanização do Alto de Tercena | O. Fábrica de Cima (complexo a norte da Fábrica da Pólvora de Barcarena) | |
| F. Casal de Pedro Salvador | P. Fontainhas | |
| G. Mercado de Tercena | | |
| H. Igreja de Sto. António de Tercena. | | |
| I. Hortas da Fonte | | |



Fotografia de uma Casa térrea no Núcleo antigo de Tercena (1986). Fotografia cedida pelo Arquivo Municipal de Oeiras.
Referência:
PT/MOER/MO/NF/008/000100
Na fachada, do lado direito, observamos uma placa toponímica em azul-claro, com o nome antigo: Torcena.

Tercena⁷³ é uma pequena localidade com 4364 habitantes⁷⁴ que faz parte da freguesia de Barcarena e que se encontra a norte do concelho de Oeiras no espaço limítrofe com a freguesia de Massamá (concelho de Sintra), cobrindo uma área de aproximadamente 61 hectares. O registo mais antigo que se conhece desta localidade encontra-se na Torre do Tombo e está datado de 8 de dezembro de 1260⁷⁵. Neste documento, encontra-se, descrito como junto a Colaride, existiria a “herdade dos Homens de Torgena”, propriedade pertencente a D.Maria Mendes que pelas confrontações faria simultaneamente parte dos termos de Sintra e de Lisboa.⁷⁶

“Em Barcarena viveram pessoas muito importantes, e o seu espaço geográfico era propriedade de gente feudal, cujos monarcas entregavam as terras para serem amanhadas obrigando-se os seus moradores a pagar com os produtos colhidos as dizimas exigidas por esses senhores nobres.”⁷⁷ Tratava-se de uma terra bastante produtiva, já que, no seu seio passava um dos principais cursos de água, a Ribeira de Barcarena, que nascia na serra da Carregueira em Sintra e desaguava no Tejo junto a Caxias já no concelho de Oeiras.

Esta região era caracterizada por uma paisagem rural dominante que expressava a relação direta da sua população com os recursos naturais disponíveis essencialmente o sol, a água da ribeira, o vento e a terra. O clima era propício ao desenvolvimento da agricultura já que o Norte do concelho registava uma maior pluviosidade e as terras eram férteis dispondo de boa disposição solar, acrescentando ainda o facto de que a proximidade à ribeira

73 Segundo Fernando Silva, o autor do livro *Barcarena Ancestral*, o nome Tercena sofreu muitas alterações na sua grafia ao longo do tempo podendo-se encontrar em registos antigos esta localidade como Torgena (1260), Trocena (1838) ou ainda Torcena até 1934.

74 Segundo os dados estatísticos dos censos 2011, [Consult. 14-08-2020] Disponível em <http://geoportal.cm-oeiras.pt/ver/mapas/estatisticos>.

75 Torre do Tombo, Mosteiro de Chelas 1183/1604, M06, N° 117

76 SILVA, Fernando – *Barcarena Ancestral – Desenvolvimento histórico e etnográfico das raízes da freguesia de Barcarena Oeiras*: Câmara Municipal de Oeiras, 1999 p.11

77 SILVA, Fernando – *Barcarena Ancestral – Desenvolvimento histórico e etnográfico das raízes da freguesia de Barcarena Oeiras*: Câmara Municipal de Oeiras, 1999 p.7



Visita guiada à Fábrica da Pólvora de Barcarena realizada no dia 19/02/2020 com o Prof. Dr. João Luís Cardoso no âmbito do Ciclo de Seminários Património Industrial Partilhado. Na fotografia observa-se o Arqueólogo a explicar a descoberta do antigo chão das ferrarias que se encontram a 2 metros de profundidade.

Visita guiada à Fábrica da Pólvora de Barcarena realizada no dia 19/02/2020 com Arq. Francisco Zambujo e Dra. Lisete Carrodo no âmbito do Ciclo de Seminários Património Industrial Partilhado. Na fotografia observa-se a Praça do Sol.

permitia o abastecimento constante de água potável. “Nos baixios, junto à ribeira de Barcarena, abundavam frondosos pomares, assim como há conhecimento da existência de sete mós ao longo da ribeira, o que prova a abundância de cereais, pois se aproveitava o grande caudal para transformar o trigo em farinha. “Apesar da agricultura ser a atividade predominante, existiam outros tipos de trabalho que ocupavam estas gentes, como, por exemplo, o trabalho na pedreira de Trocena ou nas pólvoras e ferrarias de Barcarena.”⁷⁸

Barcarena chegou a ter um porto de mar, onde desembarcavam os fenícios e outros povos para exercerem as suas trocas com os habitantes do reguengo. As águas do mar chegavam com a maré e era nesse momento que as barcas transitavam, trazendo os mais diversos produtos no reinado de D. Fernando.⁷⁹ Mais tarde no século XVI, quando D. Manuel construiu a Fábrica da pólvora foi também essa ribeira importante, já que serviu para escoar a produção da pólvora. “Era dali que saíam as barcaças levando os barris de pólvora que eram descarregados para as caravelas que se faziam ao mar na grande epopeia dos Descobrimentos.”⁸⁰

Desta fábrica e daquilo que foi o seu passado desde 1540 a 1729, resta muito pouco, a não ser uma pias em pedra, que se encontram soterradas no lugar do Bico⁸¹, e parte do piso das antigas ferrarias exposto em 2007, através de escavações na Fábrica de cima, notável operação realizada pela equipa do Arqueólogo Prof. Dr. João Luís Cardoso. A fábrica que hoje encontramos é aquilo que restou da fábrica de António Cremer construída no séc XVIII, após várias alterações e acrescentos nomeadamente: no início do séc XIX, com a construção de novos engenhos hidráulicos no lugar da Fábri-

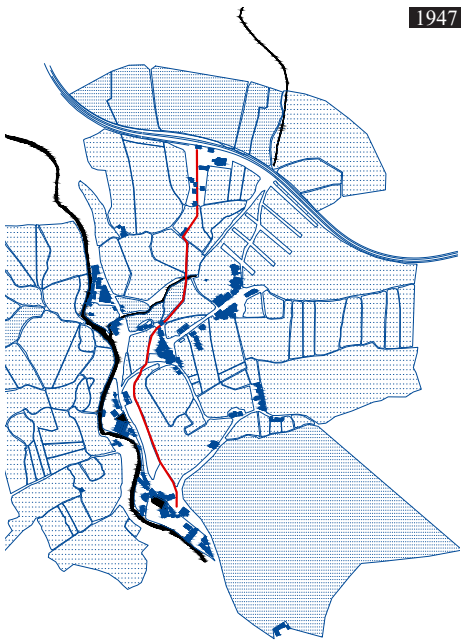
78 SILVA, Fernando – *Barcarena Ancestral – Desenvolvimento histórico e etnográfico das raízes da freguesia de Barcarena* Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1999 p.23

79 SILVA, Fernando – *Barcarena Ancestral – Desenvolvimento histórico e etnográfico das raízes da freguesia de Barcarena* Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1999 p.13

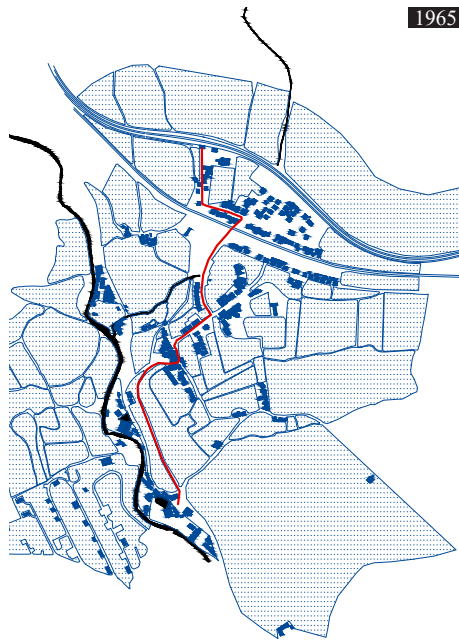
80 SILVA, Fernando – *Barcarena Ancestral – Desenvolvimento histórico e etnográfico das raízes da freguesia de Barcarena* Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1999 p.13

81 SILVA, Fernando – *Barcarena Ancestral – Desenvolvimento histórico e etnográfico das raízes da freguesia de Barcarena* Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1999 p.16

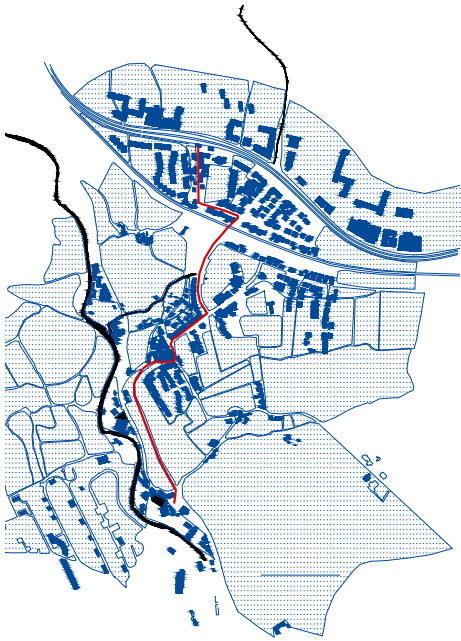
1947



1965



1987



2000



Esquema da evolução histórica de Tercena [1947/2000], realizado com base nos ortofotos históricos do Geoportál de Oeiras.

ca de cima; nos anos 40 e 50 com a construção de edifícios de apoio como armazéns e espaços para o enchimento e embalagem de cartuxos e no final do séc XX, com a musealização do espaço da fábrica de Baixo (que levou à demolição de alguns dos edifícios para construção da atual Praça do Sol).

A massificação automóvel do pós-guerra teve em Portugal um profundo impacto no ordenamento, já que, o desenvolvimento urbano passou a acontecer em função do desenho da estrutura viária. A partir dos anos 60, com a construção da estrada Lisboa-Sintra (Atual IC19), assiste-se em Tercena às consequências da mutilação do território, agravadas depois com o fecho da Fábrica da Pólvora de Barcarena em 1988. Aquilo que era um território rural, de terrenos agrícolas e alguns casais marcados pela presença da ribeira de Barcarena, da Fábrica da pólvora, e da estação de comboios vê-se esartejado por longas estradas que ligam a nenhures, delimitando “lotes do acaso” estabelecendo assim, a matriz para o suburbanismo deficitário que se lhe viria de suceder. Estas rápidas modificações, levam à fragmentação de um espaço, que se vinha lentamente consolidando à mais de 700 anos, induzindo-lhe um profundo estado de anomia. Se até então, Tercena era um aglomerado disperso de baixa densidade, ocupado por pequenas habitações unifamiliares que viviam de uma cultura de subsistência, com a chega do IC19, rapidamente isso deixa de ser uma realidade. Deixam de existir as articulações internas que conectavam Tercena com o exterior permitindo acolher e guiar as inúmeras pessoas que vinham de fora para trabalhar nos campos agrícolas e na fábrica, sendo estas substituídas por outras, exclusivamente vocacionadas para a circulação automóvel. Resulta disto, uma densidade que se expressou através de uma ocupação heterogénea marcada por áreas residenciais tipologicamente distintas sem espaços públicos qualificados e sem salvaguardar o espaço verde e o património existente, num flagelo, para o qual ainda hoje não se encontrou respostas. Deixou assim também de ser possível o acesso direto à Fábrica da Pólvora, e como consequência desta nefasta invasão do carro ficamos com uma leitura fragmentada do espaço.



ZONA DE RESPEITO
DA
FABRICA DA POLVORA
— . —
DECRETO
DE
20 DE SETEMBRO DE 1892

Fotografia das Hortas do Bico captada a 20/02/2020. Veja-se o contraste entre a realidade rural que se apresenta em primeiro plano, e as urbanizações de S.Marcos e do Alto de Tercena ao fundo.

Fotografia da sinalética que definia o perímetro de influência da Fábrica da Pólvora de Barcarena. É possível encontrar à data um exemplar que não foi movido, ironicamente em frente ao novo Mercado de Tercena. Haverá respeito por esta localidade e o seu património? Está-se a considerar a sua identidade no planeamento?

Tercena é mais um dos subúrbios da AML, sendo que aquilo que a condena à desgraça é também aquilo que contribui para a condição de muitas outras localidades marginais à grande metrópole. São muitos os fatores que contribuem para a referida condição entre eles:

- A sua localização geográfica nos limites do concelho, naquilo que se poderia considerar espaço intermunicipal (apesar de não existir um plano intermunicipal) que depende da concordância de dois municípios para resolver muitos dos seus problemas por exemplo: o problema das cheias cujos afluentes, provêm de Massamá ou ainda a aprovação de projetos que se encontram sobre os limites de ambos os conselhos;
- O facto de só em 1994 surgir um instrumento de ordenamento que rege esta área, sendo que mesmo assim o PDM é ainda demasiado abstrato para atuar com a escala e precisão necessárias;
- O facto de estar entalada entre algumas das maiores artérias de circulação à escala metropolitana, associando-se a esta ideia também a disponibilidade de solo urbanizável mais ou menos infra estruturado (incluindo-se aqui os solos urbanizados de génese ilegal e os novos zonamentos regulados pelo PDM);
- Uma nova escala territorial subitamente alargada (globalização);
- Inexistência de investimento público pertinente;
- Existência de uma pressão imobiliária enorme sobre todos os vazios que aguarda apenas por financiamento para execução, sem que haja, um debate público sobre a pertinência destes projetos para o bem da comunidade etc..., com tantos problemas por resolver e imersa neste caos suburbano, Tercena é de fato um desafio para os planeadores. Como é que podemos, segundo diz o Arq^o Nuno Portas resolver “(...) o que cresceu mal, o que liga ou o que há-de ligar o que cresceu desligado: o espaço público.”⁸² Talvez a resposta seja como propõe Bernad Sechhi “ (...) aceitar a fragmentação da nossa sociedade e das nossas

82 PORTAS, Nuno *Planeamento Urbano e Política de Solos in Colóquio “A política das cidades”* Lisboa: Conselho Económico Social, 1997, p.325



Fotografia da Avenida Infante D. Henrique 01.11.2019 Tercena. À esquerda o “Novo Mercado” à data a obra encontrava-se parada.

idades, temos que sair outra vez daquela ideia de continuidade, e transformar as diferenças de densidades em diferentes oportunidade e possibilidade abertas para novas maneiras de vida (...) nos temos que preencher e densificar a cidade existe, especialmente as partes da “cidade difusa”, e não expandi-la (...).⁸³

E com preencher e densificar acredito que não esteja a falar só no sentido material com que muitas vezes em Arquitetura se pensa em resolver as coisas. “Temos que construir isto” “Aqui fazia falta um edifício para ligar aquilo” “Fazemos como o arquiteto xpto fez”, porque isso é repetir aquela vontade egoísta de quer construir uma cidade, segundo vontades soberanas e juízos preconcebidos, que não dão respostas aos problemas que se põem sobre este território contribuindo apenas para os agravar. A densidade é uma realidade que não pode ser negada, dado o aumento populacional que se prevê para o futuro. Há por isso, que preencher e densificar a cidade com significados e valores, no sentido de clarificar a sua identidade, promovendo as relações que os seus habitantes já estabelecem com o espaço. Há que entender a natureza específica de cada território, perceber como é podemos contribuir para uma melhoria significativa da qualidade de vida, e isso passa em parte pela qualificação e valorização do espaço público.

A inspiração no conceito das transurbâncias de Francesco Careri, levou a que se realizassem no decurso deste trabalho, uma série de deambulações pelo território. Estas deambulações tinham como objetivo apreender a sua realidade através do caminhar e da própria experiência empírica do espaço. Ao andar por Tercena, percebe-se, como esta é uma localidade monoprogramática que está simultaneamente no meio de tudo e de coisa nenhuma. Um espaço hostil e descaracterizado pelas megaoperações de ordenamento viário e de especulação imobiliária que não procuram responder, pelo menos a uma escala local às necessidades da população. Numa dessas aventuras, para além do espectro público e caótico da estrada, encontrou-se nas trasei-

“Invasão” Fotografia do entroncamento entre a Avenida Santo António de Tercena e a Calçada 5 de outubro 10.11.2019 Tercena. Oeiras.

83 Tradução livre de SECCHI, Bernardo – *Urban Scenarios and Policies* In Políticas urbanas II : transformações, regulação e projecto. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. p.283

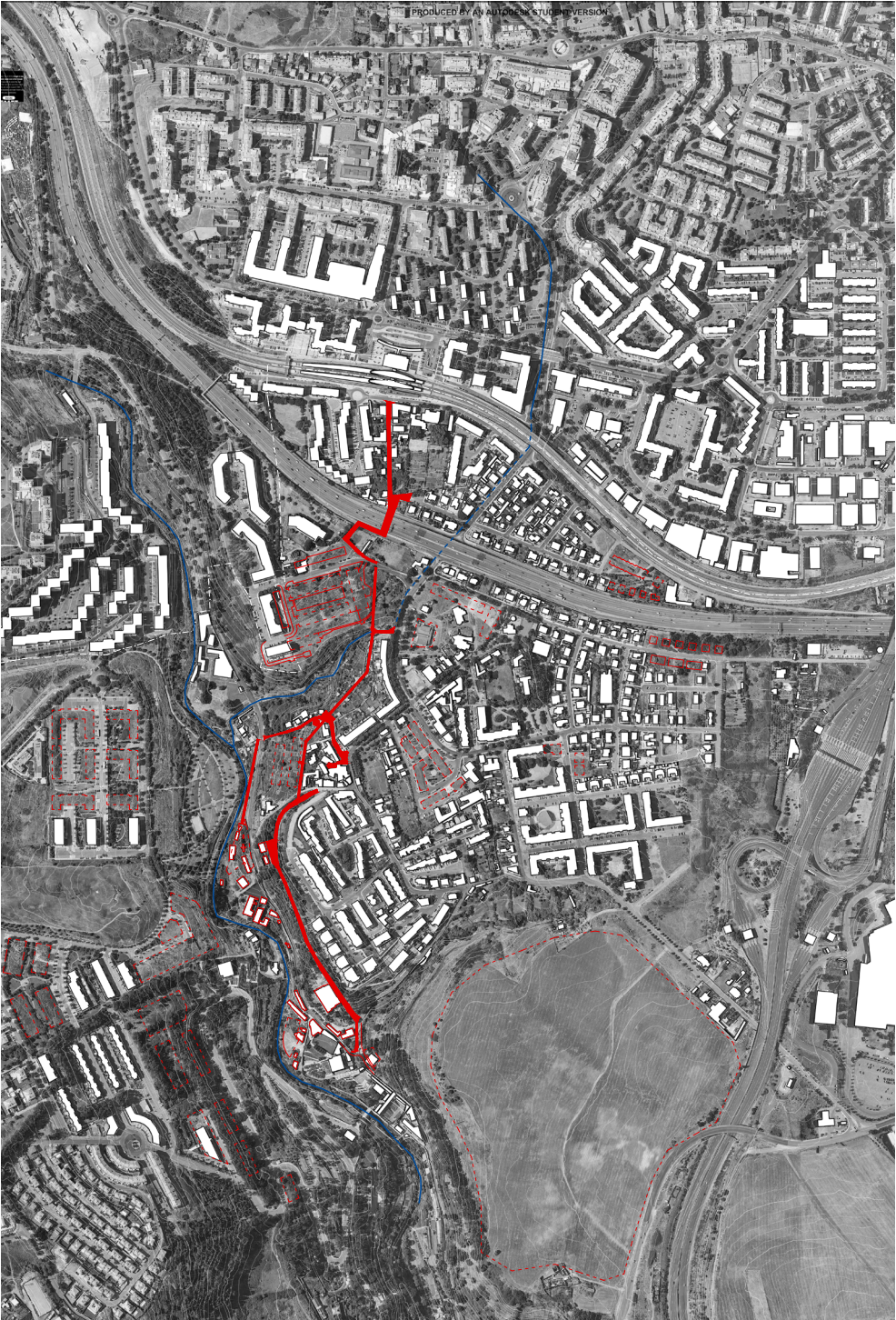


Fotografia das Hortas da fonte, junto ao regueiro de Tercena, 10.11.2019
Tercena, Oeiras

ras dos apartamentos da Avenida Infante D. Henrique junto ao mercado de Tercena, uma agradável surpresa. Persistia nestas traseiras uma realidade nostálgica, repleta de hortas verdejantes e perfumadas, currais com patos e galinhas, agricultores, um lavadouro e uma fonte antiga, na qual podíamos observar as pessoas ainda a lavar a roupa a mão. Foi quase como se houvesse um *click* e o tempo tivesse parado, e já não nos encontrássemos a 5 km de Lisboa, num dos seus subúrbios cinzentos, poluídos e anónimos, mas sim por contraste algures num campo colorido a apreciar a brisa e frescura da natureza. Naquele troço parecia estar a chave para anomia que se impunha naquele lugar, uma resposta ainda que limitada para o problema da Fragmentação do Espaço e para a contextualização e elevação da Fábrica da Pólvora e do seu domínio de influência a Património. Este foi o impulso ou instinto inicial que viria a motivar o projeto no sentido de desvelar e preservar esta realidade, aproveitando para resolver alguns dos problemas que punham em termos de circulação e espaço público, isto sem nunca crer construir ou impor um programa já que a ideia foi exatamente a oposta a de construir o mínimo, para não criar ruído, para que a obra não se sobrepusesse, podendo assim servir como um fundo ou um meio de organizar os programas já existentes.

A investigação posterior, implicou como nos *surveys* de Sir. Patrick Geddes, o levantamento rigoroso de vários dados sobre a localidade, nomeadamente através das observações e registos diretos *in loco*, conversas, plantas, fotografias, bibliografia, jornais, etc. Este levantamento revelou que o percurso percorrido foi em tempos, utilizado pelos próprios moradores para aceder do Apeadeiro de Barcarena até à Fábrica da Pólvora. Acontece que as novas infraestruturas se impuseram, interrompendo esta ligação. A mesma pesquisa confirmou a existência de uma enorme pressão imobiliária, em que todo o espaço disponível, os vazios urbanos, estavam a ser predestinados a um conjunto de intenções especulativas alienadas das necessidades emergentes deste território. Havia por isso, que


PRODUCED BY AN AI/LLM STUDENT VERSION



Planta da proposta de intervenção.

Legenda:

Projetos futuros - - -
 Proposta - - -
 Ribeira de Barcarena - - -

Escala gráfica N


intervir, repor a ordem, recuperar enquanto ainda era tempo⁸⁴ a dita ligação que desapareceu algures no passado deste local, devolvendo a importância a estes percursos e aos espaços associados ao passado rural de Tercena.

A área de intervenção em causa está compreendida entre a ribeira de Barcarena e a linha de comboio que liga Lisboa a Sintra, e abrange a Calçada do Bico, a Travessa 1º de Maio, o Largo 5 de outubro, a Calçada 5 de outubro, a Avenida Aurora e os terrenos das Hortas da fonte, das Hortas do Bico, da Quinta Sra. De Fátima (ou do Quinta do Marquês Café) e Casal de Pedro Salvador (ou Casal do Crispim).

Da leitura do Plano Director Municipal de Oeiras⁸⁵ de 2015, regista-se que os terrenos nas áreas abrangidas pelas Hortas do Bico e da Fonte encontram-se afetos à Reserva Ecológica Nacional (REN)⁸⁶, aos quais se aplicam as disposições decorrentes do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto.

As áreas adjacentes à ribeira de Barcarena estão ainda sujeitas a restrições adicionais, por pertencerem ao Domínio Público Hídrico, aplicando-se as disposições do Decreto-Lei n.º 100/2008 de 16 de junho.

No que diz respeito à classificação e qualificação do solo a calçada do Bico, a Travessa 1º de Maio, a Calçada 5 de Outubro, o Largo 5 de Outubro e as Hortas do Bico e da Fonte estão classificadas como Áreas Consolidadas; o Casal de Pedro Salvador e a Quinta do Marquês Cafés estão classificados como Áreas a Concretizar e a R. Mouzinho de Albuquerque e Av. Aurora estão classificadas como Área Consolidada a Requalificar aplicando-se as disposições decorrentes do Artigo 31.º, relativas aos Espaços residenciais da Secção II, solo urbanizado do PDMO. As áreas junto às margens da ribeira de Barcarena estão classificadas como Verdes Urbanos, aplicando-se as disposições decorrentes

84 Porque à data ainda é possível ler estes registos no território, porém à velocidade com que as transformações decorrem no futuro isto poderá não ser possível, já que a informação que se lê neste palimpsesto ao ser compulsivamente rasurada poderá ser irremediavelmente perdida

85 Publicado em diário da república 2ª série N.º 179 de 14 de Setembro através do aviso N.º 10445/2015.

86 Diário da república, série I N.º 19/2016 de 28 DE Janeiro, portaria N.º 8/2016.



Fotografia captada a 16/02/2020 por António Alves, durante uma visita por convite a Tercena do regueiro que provém parcialmente canalizado de Massamá. À esquerda ficam os terrenos do antigo casal do Crispim e à direita as Hortas da Fonte e os blocos de apartamentos da Avenida Infante D. Henrique.

do Artigo 19.º Secção II, subsecção I Estrutura ecológica Municipal do PDMO.

Os terrenos pertencem ao vale fluvial da ribeira de Barcarena e acompanham um pequeno troço de um dos seus afluentes, um regueiro, que provém de Massamá parcialmente canalizado sob a Av. Infante D. Henrique. Em tempos idos, este regueiro terá tido uma enorme importância, porém hoje trata-se apenas de um esgoto descoberto. O vale apresenta um perfil em V aberto, e as suas vertentes variam entre 13% e 18%, sendo que ao contrário do que acontece em grande parte do percurso da ribeira, as margens deste troço não foram regularizadas. Este afluente é pouco profundo e as águas que nele correm, seguem com pouca força serpenteando a céu aberto o vale, desde a frente do mercado de Tercena até ao lugar do Bico onde o afluente conflui com o canal principal da ribeira. Ao longo do seu percurso é possível observar pequenos “terraços” fluviais formados pelo depósito de materiais mais pesados ao longo das margens. Na carta geológica do concelho esta área está descrita como pertencendo ao complexo vulcânico de Lisboa, sendo as rochas predominantes os basaltos, os piroclastos, brechas e calcários. O solo é composto essencialmente por “barros de Lisboa”, argilas ricas em minerais resultantes do processo de meteorização do basalto. Partes destes terrenos encontram-se atualmente ocupados por hortas comunitárias de génese ilegal, que formam uma enorme “manta de retalhos” que veste toda a sua superfície. Para além, dos produtos hortícolas existe alguma vegetação arbórea, arbustiva e herbácea que ganha maior expressão junto à ribeira.

As construções que se encontram junto a estes terrenos são muito diversas, quer em termos da sua escala, período ou materialidade. Optou-se por isso, por subdividi-las em duas categorias construções com e sem interesse arquitetónico.

Dentro das construções com interesse arquitetónico existe: a Sudoeste aquele que é o *ex libris* desta região, a antiga Fábrica da Pólvora de Barcarena (um grande complexo fabril), que se encontra entre a ribeira de Barcarena e a estrada do Cacém. Os seus mecanismos hidráulicos funcionavam

Planta das captações subterrâneas e do respectivo aqueduto de adução na zona de Tercena (segunda planta de 1910 adaptada). As clarabóias e minas encontram-se representadas a um escala dez vezes maior. A vermelho sobreposição da proposta de intervenção. Fonte: Fábrica da Pólvora de Barcarena e os seus sistemas hidráulicos (1995), pág. 147 Autorização para uso concedida pelo Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras.

por gravidade e os tanques eram abastecidos não só com água da ribeira, mas também, com água de nascentes canalizada através de galerias subterrâneas. “Este aqueduto, percorre 600 m, no sentido de escoamento de água de norte-noroeste para sul-sudeste até à linha férrea, inflectindo depois, progressivamente, para sul. Na parte cartografada, até Tercena, perfaz o comprimento total de cerca de 1400m, recebendo, unicamente do lado ocidental, o contributo de dezasseis captações.”⁸⁷ Como se pode observar pela planta estas canalizações passam sob os terrenos a intervir.

A Fábrica da Pólvora de Barcarena é um conjunto arquitetónico notável de carácter industrial, que é parte intrínseca da história deste lugar, pela enorme influência que teve e continua a ter no ordenamento do território e na vida da população. O conjunto de Casais Agrícolas do Largo 5 de Outubro, os Lavadouros da Fonte na Calçada 5 de Outubro e a Quinta do Marquês Café são construções remanescentes do séc. XIX, que apresentam valor arquitetónico por serem exemplares da Arquitectura saloia. Estas arquiteturas são registos das técnicas construtivas e do passado rural aí vivido.

As restantes construções que confrontam com estes terrenos são na sua maioria dos anos 50, 80 e 90 e não aparentam ter qualquer valor ou interesse arquitetónico, como o Hotel Sun Park, o IC19 ou os vários blocos de habitação em banda da avenida Av. Infante D. Henrique, Av. Sto. António de Tercena ou do Alto de Tercena.

Só depois de olhar no sítio como propôs Manuel da Maia e Álvaro Siza Vieira e observando com toda a atenção que este merece as questões que se põem, foi possível pensar e desenhar a proposta. Assim, e atendendo às fracas acessibilidades destinadas ao peão e à falta de espaço público qualificado, concebe-se um percurso pedonal que liga a estação de comboios de Massamá/Barcarena à Fábrica da Pólvo-

87 CARDOSO, João Luís - A Fábrica da Pólvora de Barcarena e os seus sistemas hidráulicos Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, p.149



Fotografia captada da plataforma da estação de Massamá/Barcarena a olhar para o enfiamento da Avenida Aurora à chegada de Tercena, Oeiras - 10.11.2019

ra de Barcarena. Este percurso visa a reestruturação e valorização da paisagem, ao clarificar e facilitar a sua leitura através de micro operações que definem um bypass ao caos suburbano de Tercena e Massamá.

Estes objetivos da proposta estão em concordância como os da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão Norte do concelho de Oeiras descritos no Artigo 50.º do PDM, na medida em que a intervenção FOMENTA: i) a criação duma articulação urbana dentro da UOPG Norte; ii) é um percurso suave que se desenvolve ao longo da Ribeira de Barcarena; iii) a requalificação do espaço público de uma “área urbana consolidada” em que a maioria dos bairros são dos anos 80 e 90; iv) valorização da paisagem existente contribuindo para a coesão social do território.

A intervenção estende-se como uma enorme manta de retalhos em basalto que cobre uma extensão total de 1,7 quilómetros, vencendo o desnível de 58 metros entre a estação de comboios de Massamá/Barcarena, cuja entrada se faz em Tercena à cota 125 m e o extremo na entrada do complexo da Fábrica da Pólvora de baixo à cota 67 m. O pavimento está assente diretamente sobre o solo criando um piso irregular em mosaico, que liga os vários espaços e as respetivas atmosferas, como um Atlas. Esta ligação acompanha o movimento da topografia natural e artificial sempre que possível, ajustando-se aos seus contornos, vencendo as grandes diferenças de cotas com 3 infraestruturas em madeira: um viaduto pedonal, uma ponte e um passadiço. O trajeto segue da entrada da estação em Tercena pelo enfiamento da Avenida Aurora, onde é introduzido um viaduto pedonal que cruza os 20 metros de largura do IC19 até à Quinta do Marquês Café, retomando a ligação exatamente no mesmo sítio onde havia sido perdida com a construção da via rápida. Daí, passa para os terrenos do Casal de Pedro Salvador onde é introduzida a ponte, que possibilita atravessar o regueiro estabelecendo a ligação com as Hortas da fonte e o Mercado. O trajeto, sobrepõe-se, aos carreiros existentes nas Hortas da fonte até chegar aos lavadouros, onde existe uma bifurcação no percurso. À esquerda este liga ao Largo 5 de outubro e à avenida principal; em frente,

Fotografia sob o viaduto do IC19 da Rotunda das Seleções - Tercena, Oeiras - 10.11.2019. Passagem obrigatória para aqueles que pretendem atravessar a pé entre concelhos.



Fotografia aérea de Tercena, frame [1:44] extraído do vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=Q5Pxqx-hEWSM> da autoria de Sérgio Magno. Reprodução autorizada pelo autor. À esquerda vê-se as Hortas do Bico sendo que à direita se vê a estrada do Cacém e a ribeira de Barcarena. Ao fundo onde se deixa de ver a ribeira encontra-se o complexo da Fábrica de cima.

Fotografia de um atalho nas Hortas da fonte logo a seguir ao lavadouro- Tercena, Oeiras - 10.11.2019. Os blocos de habitação que se observam têm frente para Avenida Infante D. Henrique.

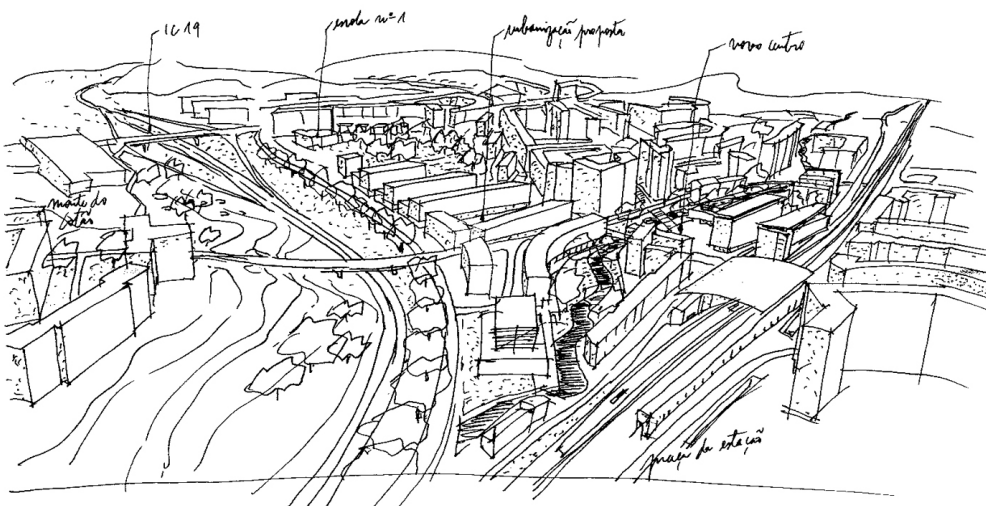
sobrepondo-se aos carreiros da Hortas da fonte que liga com a travessa 1 de maio, conectando-se à entrada do complexo da Fábrica de baixo; à direita pela Calçada do bico, o percurso encontra a estrada do Cacém e é desenhado junto às margens da ribeira um passadiço que permite o acesso à Fábrica de cima através de um recorte já existente no muro. O projeto assume esta continuidade, e a criação deste acesso para uma futura intervenção na Fábrica de cima.

O caminho indica as principais vistas, aproveitando a condição privilegiada das vertentes em relação à ribeira para criar momentos contemplativos, e de passagem. Os espaços de permanência são indicados pelo alargamento do percurso e a existência de árvores cuidadosamente colocadas de forma a oferecer sombra e a ocultar o ruído visual. Consideram-se espaços de permanência a Quinta do Marquês Café, o Largo dos lavadouros, o Largo 5 de outubro e o miradouro na Travessa 1º de Maio.

Procura-se, que com esta intervenção os transeuntes possam ter a sensação de uma intemporalidade, em que as melhorias e complementos introduzidos são vistos como parte do local, um espaço acessível a todos capaz de criar ligações entre a memória coletiva e o passado desta localidade, rescrevendo a narrativa em torno da Fábrica da Pólvora e da influência recíproca na vida de Tercena e da sua população. O percurso tem ainda em conta os projetos futuros que se antevêm para este território, sendo concebido de forma a poder acolhê-los e integrá-los nas restantes dinâmicas preexistentes.

Ao caminharem por estes percursos, espera-se, que os utilizadores sejam imersos numa experiência sensitiva de proximidade e descoberta que explora a relação visual e emocional que existe entre nós e a paisagem. Uma experiência, que vem da primeira deambulação agora revelada e ajustada através do desenho de um chão que se quer quase impercetível para que sirva de suporte a novas leituras de um espaço cuja diversidade e riqueza se conhece a cada passo.

Esta intervenção não é de todo inédita ou descabida para resolver



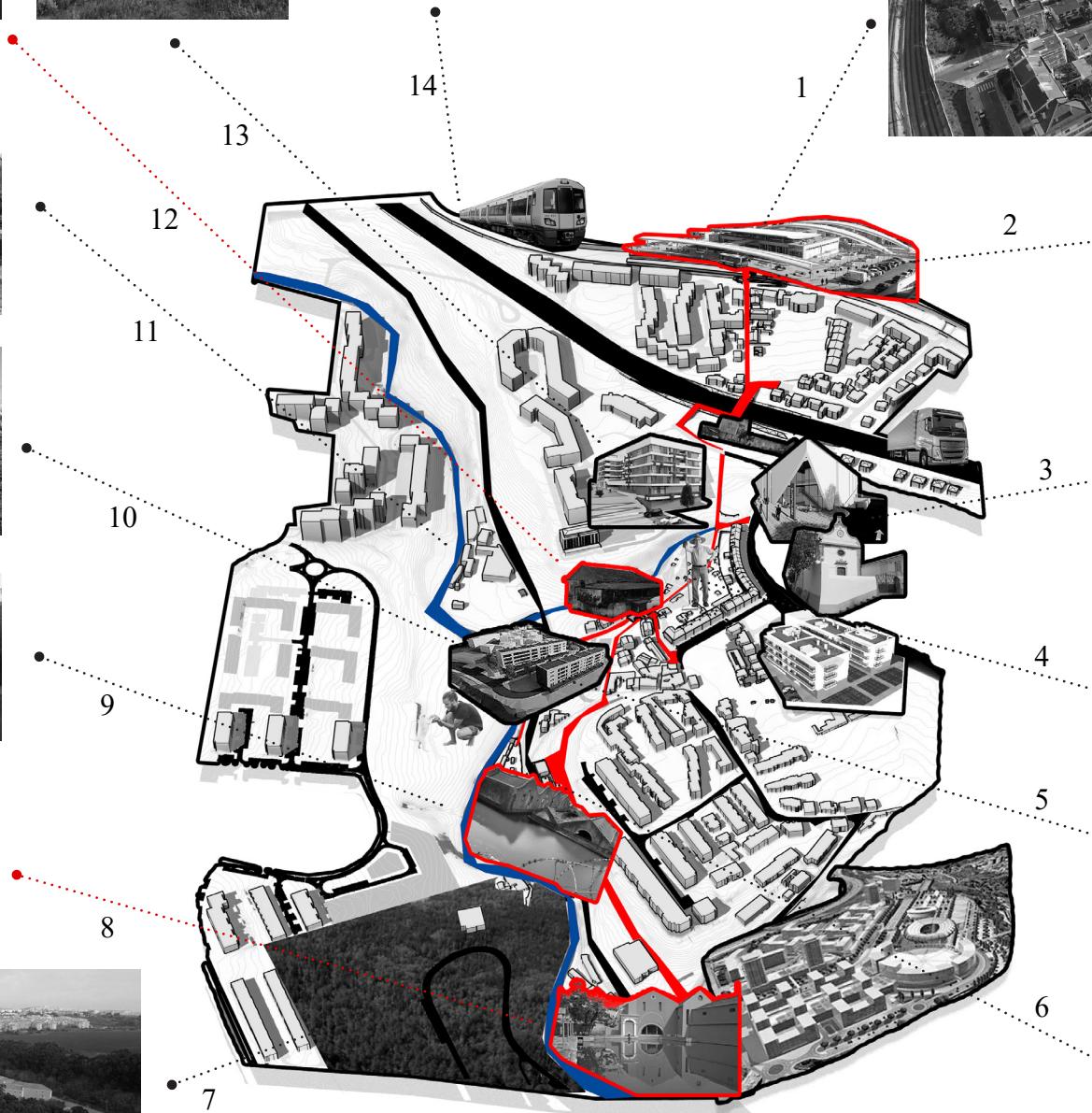
Fotografia do atalho de baixo nas Hortas da fonte logo, a seguir ao lavadouro- Tercena, Oeiras - 16.02.2020 Este atalho dá para “terraços fluviais” que se formaram junto ao regueiro de Tercena.

os problemas que se põem, já que existem outros projetos concretizados com os quais partilha muitas semelhanças, não só em termos das escolhas, como também da localização neste território. O exemplo de referência é o projeto do Atelier Risco para Área Central do Cacém (2001 – 2008), que consistiu na reabilitação de cerca de 30 hectares, na zona envolvente da estação do caminho-de-ferro que liga o Cacém a Lisboa. O projeto encontra-se a menos de 2 quilómetros de distância da proposta de intervenção em Tercena, sendo que confronta também com a linha de Sintra e com IC19, partilhando muitos dos problemas associados aos subúrbios que se desenvolveram junto a estas infraestruturas. Dentro das linhas estratégicas do que o projeto pretendia são comuns à proposta: A ideia de um plano geral de circulação com qualificação da envolvente nomeadamente com a recuperação e integração da ribeira, a arborização dos espaços, a definição de espaços públicos e a criação de novos percursos pedonais.

Formalmente o projeto consegue muitas das ligações através de pequenas pontes ou viadutos, que permitem conectar os vários sítios possibilitando uma nova perspetiva ou um novo olhar sobre o lugar, incentivando assim, à circulação e permanência pelos vários espaços. A proposta de forma análoga assume estas estruturas que permitem vencer as difíceis diferenças de nível que existem no local, procurando à semelhança do projeto do atelier risco estas consigam promover uma maior proximidade e vivência deste território.

Devido a extensão da proposta, iremos descrever com maior pormenor cada uma das suas partes para que se entenda o motivou as várias escolhas de projeto.

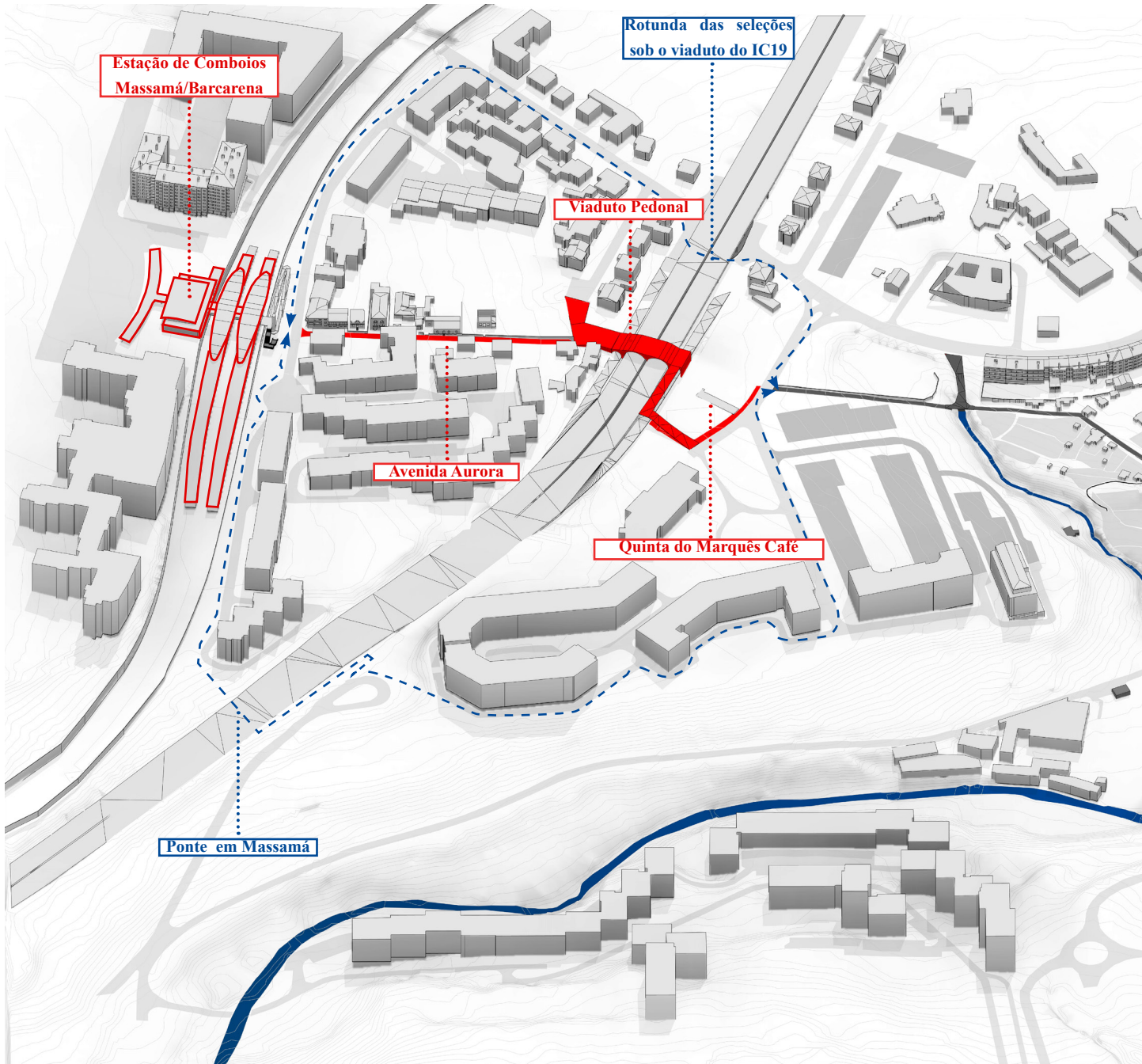
Esquício do projeto para a Área Central do Cacém da autoria do Arqº Nuno Lourenço (Atelier RISCO)
Reprodução autorizada pelo próprio autor.
Fonte: https://www.risco.org/public/uploads/projects/17_Cacem/CACEM_Esquisso1.jpg





Legenda:

- | | |
|--|---|
| 1- Vista aérea da situação do “umbigo” em Tercena. | 9- Fábrica de cima |
| 2- Enfiamento para a Avenida Aurora em direção ao IC19 | 10- Fotografia das Hortas do bico ao fundo São Marcos e a antiga Fábrica de Papel |
| 3- Placa sinalética em frente ao mercado de terciena | 11- Ribeira de Barcarena |
| 4- Fotografia do carreiro nas Hortas da fonte | 12- Lavadouros |
| 5- Fotografia das Hortas do bico. | 13- Terrenos do antigo Casal de Pedro Salvador |
| 6- Clareira na Travessa 1º de Maio | 14- Fotografia do IC19 captada na ponte pedonal que se encontra a poente da estação de Massamá/Barcarena. |
| 7- Entrada da Fábrica de baixo | |
| 8- Vista aérea da Fábrica da Pólvora de Barcarena, ao fundo Tercena e Massamá. | |



Estação de Comboios
Massamá/Barcarena

Rotunda das seleções
sob o viaduto do IC19

Viaduto Pedonal

Avenida Aurora

Quinta do Marquês Café

Ponte em Massamá



Imagem extraída apartir do modelo digital (BIM).

Legenda:

☉ Norte — Área 1 da proposta — Ribeira de Barcarena - - - Percursos alternativos



Fotografia da passagem pela Rotunda das seleções sob o IC19. Tercena, Oeiras - 10.11.2019.

1. Criação de um viaduto pedonal sobre o IC19:

Criação de um viaduto pedonal que restabeleça a ligação perdida entre a Avenida Aurora e a Quinta do Marquês Café. Ao sair da estação e percorrendo a Av. Aurora por entre os vários palacetes devolutos, deparamos-nos com a realidade quase intransponível do atual IC19, que ao ser introduzido nos anos 60, bloqueou um dos principais acessos entre o bairro da estação e a zona central de Tercena. Desse acesso que seria no passado feito pelo exterior da Quinta do Marques Café restam apenas as duas escadas de tiro que dão para a Avenida Aurora.

Atualmente as únicas opções que existem para atravessar esta infraestrutura são caminhar pela Avenida Infante D. Henrique e contornar a Rotunda das Seleções sob o viaduto do IC19 ou passar por uma ponte pedonal já em Massamá, cujo acesso se faz no fim da Rua professor Armando Lucena. As duas alternativas atuais são bastante precárias, já que uma implica cruzar uma rotunda muito movimentada, barulhenta e sem qualquer controlo, e a outra envolve que as pessoas se desviem perigosamente da entrada da estação e dos espaços mais frequentados para encontrar a dita ponte que liga arbitrariamente os dois extremos do bairro da estação e do bairro do Alto de Tercena. Estes bairros são espaços de baixa visibilidade e pouco policiamento pelo que são propícios à marginalidade.

Ao recuperar esta ligação através de um novo viaduto pedonal seria possível criar um acesso mais central no enfiamento da estação, permitindo assim transpor o IC19 através de uma infraestrutura exclusiva ao peão que iria melhorar de forma significativa as transições entre as duas “margens”. Esta estrutura ao estar elevada permitiria que os transeuntes tivessem uma melhor perceção da realidade de Tercena e do seu encaixe no vale, levando-os a apreender melhor a condição deste território e da sua paisagem. A espessura do viaduto conseguiria ainda reduzir o impacto da poluição sonora produzida pelos vários veículos que circulam incessantemente pelo IC19.

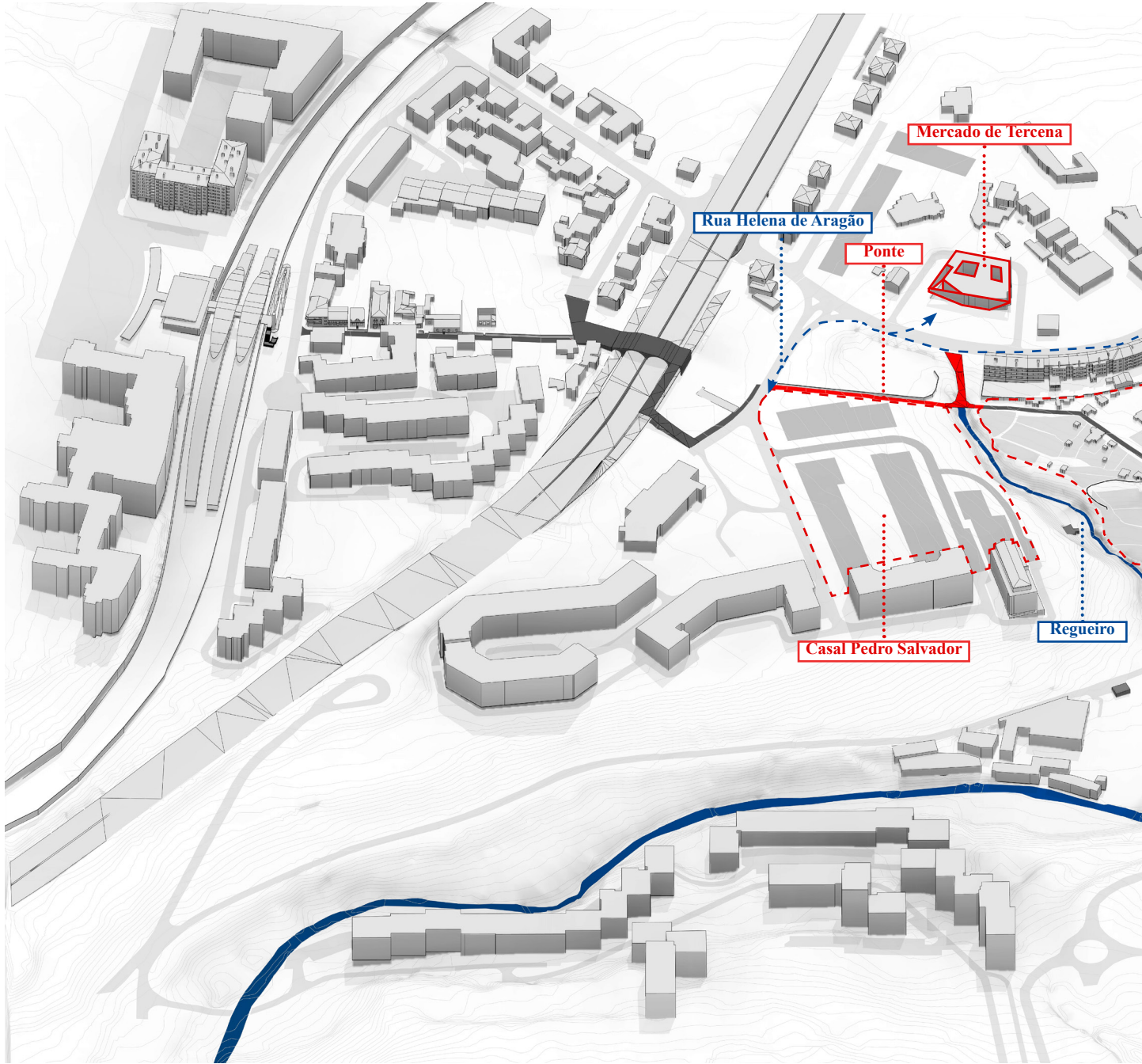
Fotografia da ponte pedonal, a partir da Rua Prof. Armando Lucena IC19 . Massamá, Sintra - 20.02.2020. No plano de Fundo observa-se o conjunto residencial de S.Marcos.



Fotografia do confronto da Avenida Aurora com o IC19 . Tercena, Oeiras - 10.11.2019.

Este viaduto seria um pretexto para a aquisição e posterior intervenção na Quinta do Marquês Café, vocacionando o espaço como uma zona de permanência, arborizada que pudesse acolher a chegada das pessoas a Tercena. Não existindo atualmente qualquer sinalética indicativa da proximidade à Fábrica da pólvora, este viaduto seria para quem vem da estação o primeiro momento indicativo da sua existência assim como de um percurso organizado que nos conduz até ela.

Fotografia do que resta da Quinta do Marquês Café. Tercena, Oeiras - 20.02.2020. A direita observa-se o IC19 e ao fundo em a cor-de-rosa o edifício da Quinta do Marquês Café.



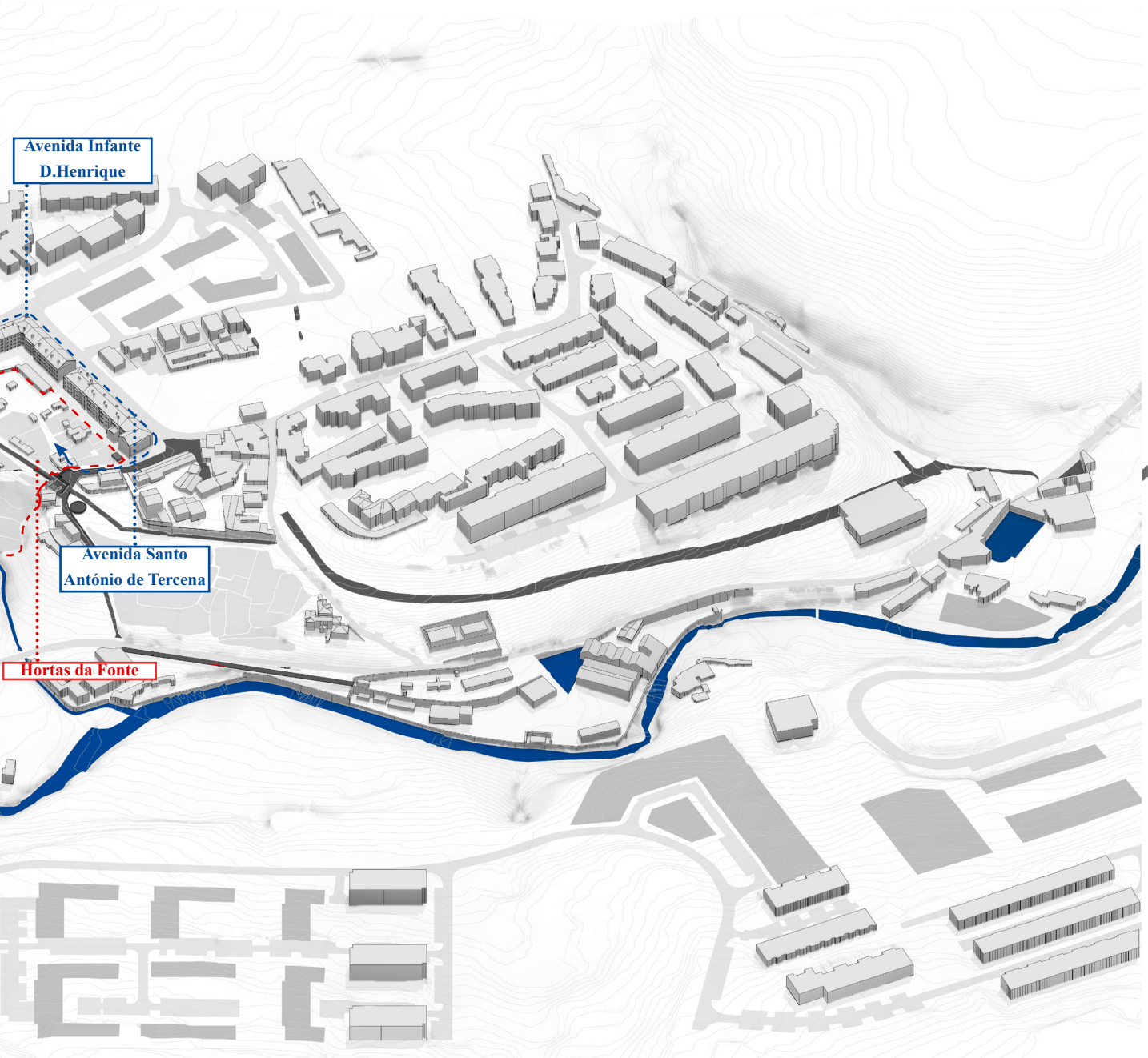


Imagem extraída apartir do modelo digital (BIM).

Legenda:

⬆️ Norte — Área 2 da proposta — Ribeira de Barcarena ← - - → Percursos alternativos



Fotografia do Casal de Pedro Salvador. Tercena, Oeiras - 20.02.2020. Em primeiro plano os terrenos do Casal de Pedro Salvador e em segundo plano as Hortas da fonte e os blocos de Apartamentos da Avenida Infante D. Henrique.

2. Criação de uma ponte que liga ao Casal de Pedro Salvador:

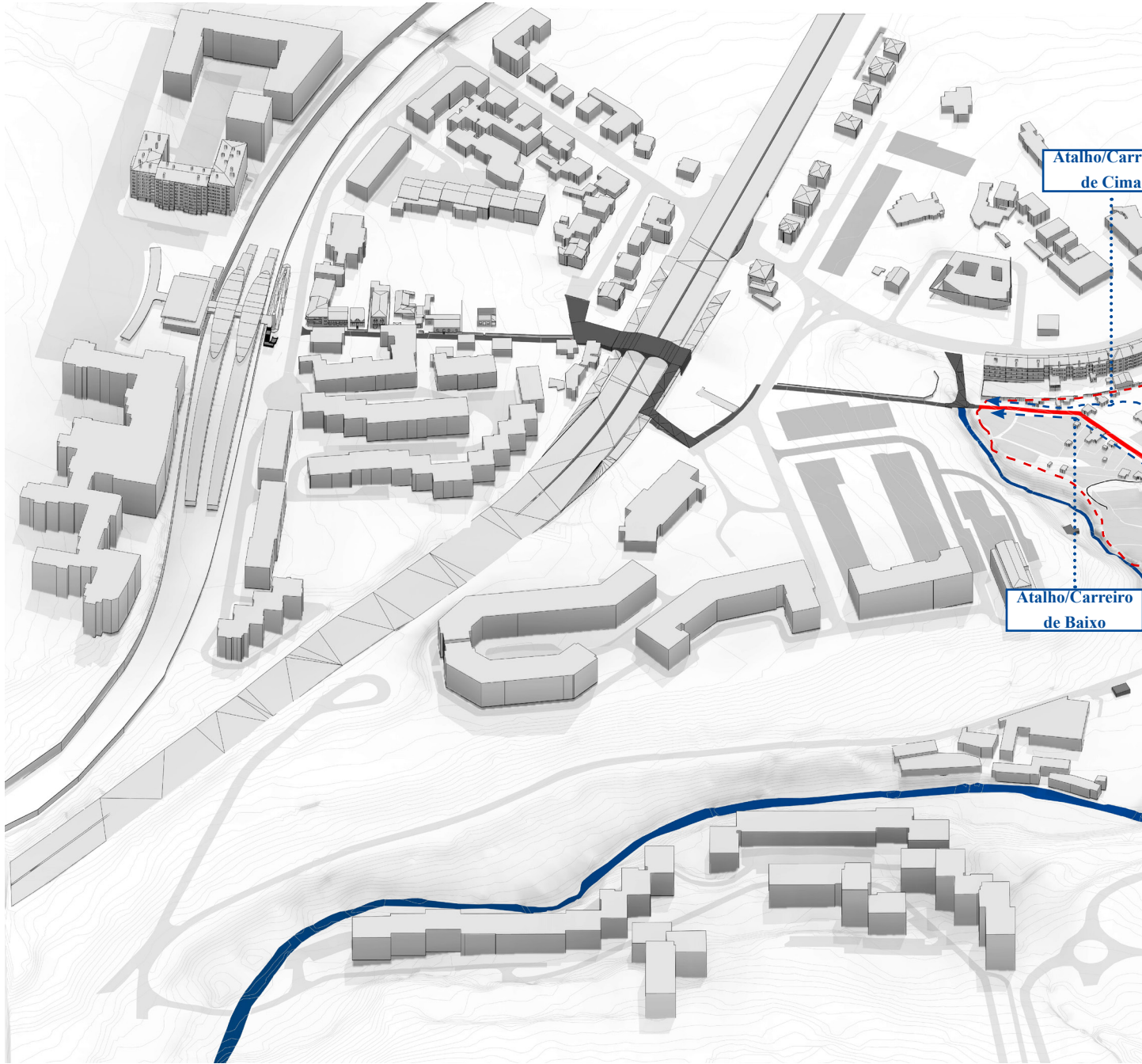
É necessária a edificação de uma ponte que ligue as Hortas da fonte ao Casal de Pedro Salvador. O regueiro que se pretende vencer, provém de Massamá e encontra-se parcialmente canalizado, sob Av. Infante D. Henrique sendo que retoma o seu curso em céu aberto em frente ao Mercado de Tercena, através de uma conduta em betão com cerca de 5m de comprimento de largura variável. Este afluente é estreito e a criação desta ponte evita que as pessoas tenham que percorrer o calhau para ir para o mercado ou para o Casal de Pedro Salvador, ocultando assim a existência da dita conduta e criando um elemento que promove a interação com o lugar e o regueiro. Apesar de o Casal de Pedro Salvador estar de momento desocupado e servir de lixeira a céu aberto, existe para este um projeto intitulado *Oeiras Green Valey Residence*, que consiste na criação de 160 apartamentos e 4700m² de área comercial e serviços, incluindo ainda um espaço público ajardinado. A construção deste troço do percurso poderia ser estudada como uma contrapartida dos proprietários à Câmara de Oeiras, já que se trata de uma construção de grande impacto para esta localidade, O percurso valoriza o empreendimento ao facilitar muitos dos percursos e espaços que os futuros moradores certamente teriam o interesse de usufruir ao mesmo tempo em que convoca as pessoas externas a estes prédios a visitar os comércio e o espaço público previsto. Em vez destes blocos se fecharem sobre si, e ignorarem com a sua imagem as problemáticas existentes porque não abri-los ao público, e tomar proveito desta tão dispendiosa obra para melhorar o espaço comum, tornando esta intervenção mais pertinente para este território?

Fotografia do enrocamento criado em frente ao Mercado de Tercena para evitar o aluimento do solo pelo regueiro. Tercena, Oeiras - 10.11.2019





Fotomontagem da ponte sobre o Regueiro



Atalho/Carreiro
de Cima

Atalho/Carreiro
de Baixo

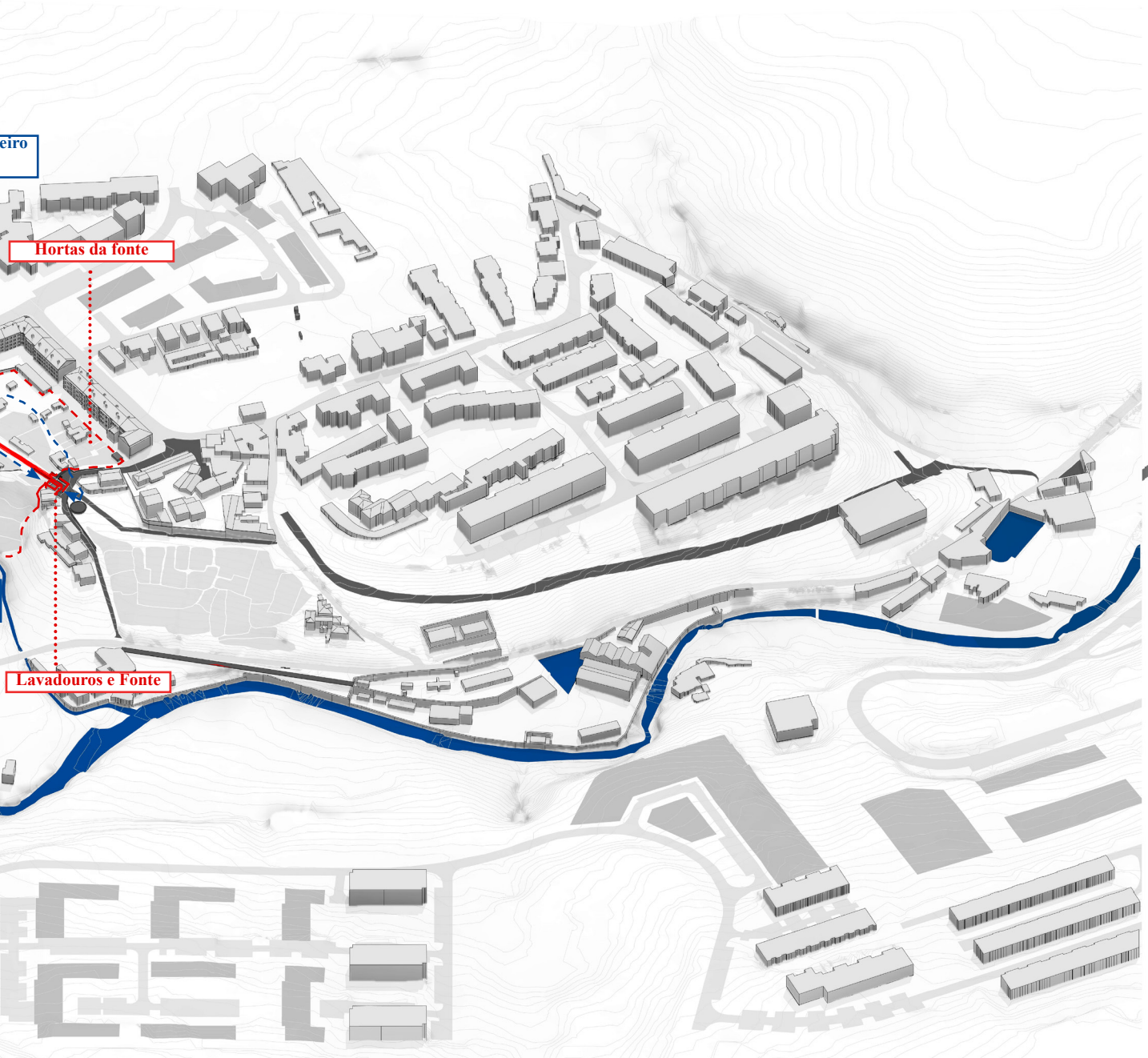


Imagem extraída apartir do modelo digital (BIM).

Legenda:

⊙ Norte — Área 3 da proposta — Ribeira de Barcarena ← - - → Percursos alternativos



“Dimitris pikionis da aldeia” Fotografia de um conjunto de azulejos que se encontram no atalho de cima das Hortas da fonte. Tercena, Oeiras - 20.02.2020.

3. Pavimentação do percurso nas Hortas da fonte:

Prevê-se a pavimentação do percurso pelas Hortas da fonte. Nomeou-se “Hortas da fonte” a uma extensão de terreno com cerca de 1,5 ha que se inicia nas traseiras dos Blocos de Apartamentos que dão para a Avenida Infante D. Henrique e Avenida Santo António de Tercena e que termina no encontro com um pequeno regueiro que provém de Massamá. Nestes terrenos próximos da famosa fonte podemos encontrar várias hortas que resultam de uma apropriação informal dos seus utilizadores. Entre elas existem vários atalhos em terra batida conformados por vegetação arbórea e arbustiva, mas também por cercas improvisadas, com paletes, redes, chapas, etc.

A introdução do pavimento visa ordenar e alargar apenas um dos percursos existentes que em tempo foi um dos caminhos mais utilizados pelos moradores para circular pela na localidade. Evidenciou-se que existia uma vontade por parte dos habitantes, de melhorar este atalho pois, para lhe conseguirem conferir maior resistência foram “pavimentando” parcialmente as zonas mais frequentadas, sendo possível observar vários azulejos, pedras e tapetes dispostos sobre a terra de forma a nivelar e prevenir que o caminho deformasse.

Ao observar esta atitude e este cuidado para com o chão, fomos remetidos intuitivamente para a obra do Arquiteto Dimitri Pikionis do caminho para a acrópole de Atenas. Sem estabelecer paralelismo com esta obra prima que existe noutra contexto, com outra paisagem e uma carga simbólica muito maior, é possível imaginar-se uma aproximação na medida em que o pavimento proposto para este percurso procura também imprimir no sítio uma marca que remete para a memória do território conduzindo as pessoas a redescobrir não acrópole mas à Fábrica da pólvora, guiando-nos pelas diferentes atmosferas que coexistem no local e enquadrando a sua paisagem. A pedra basáltica que durante tantos anos fora exaustivamente extraída de Tercena para o exterior, seria agora empregue de forma

Fotografia do percurso para a Acrópole de Atenas da autoria do Arquiteto Dimitris pikionis. Fonte: <https://www.ellines.com/wp-content/uploads/2019/11/pikionis-ellines-3.jpg> (Autor desconhecido)

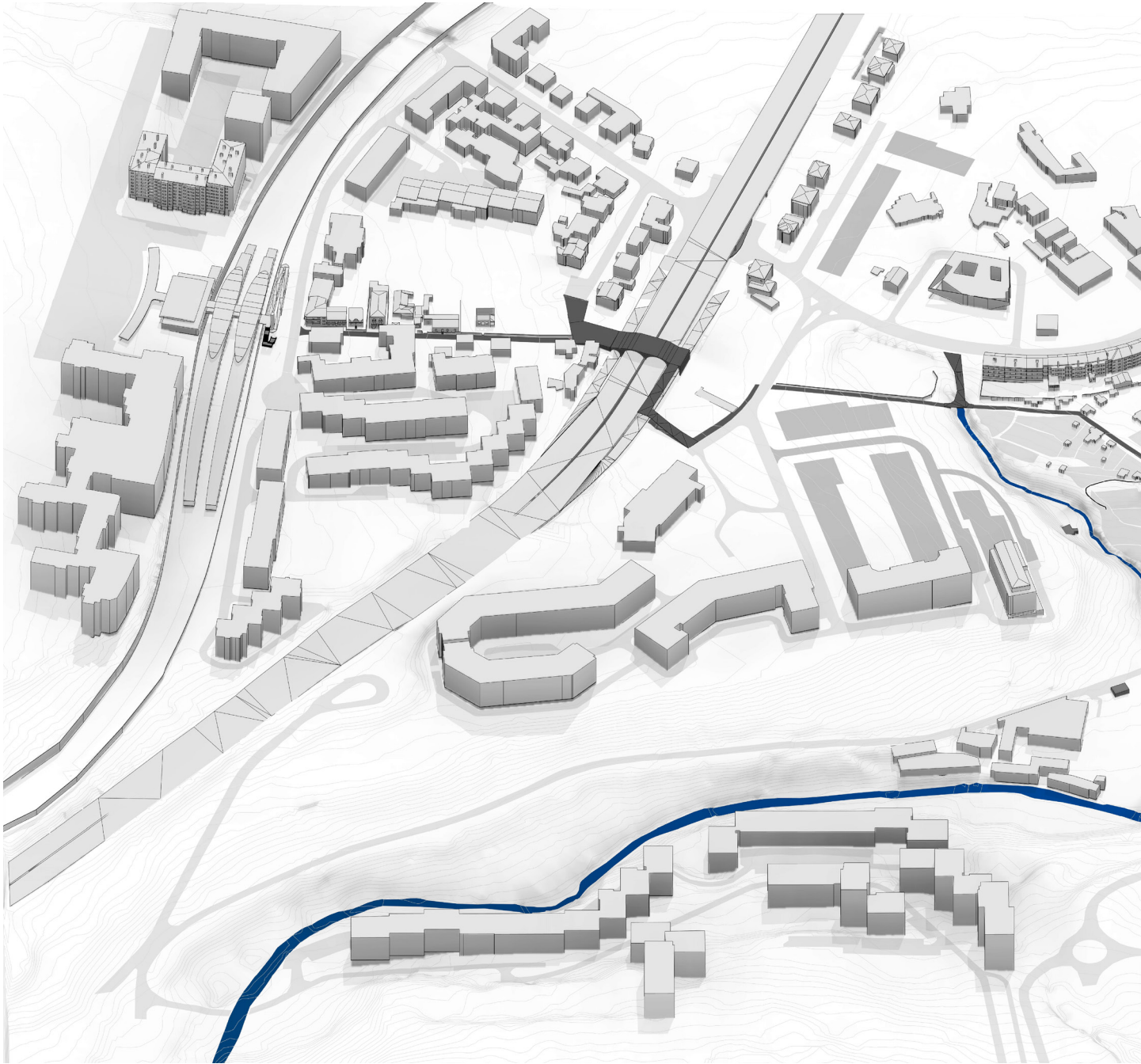


Fotografia do Atalho/ Carreiro de cima nas Hortas da fonte - 10.11.2019, Tercena, Oeiras.

a dignificar o seu chão, deixando um registo de um passado por muitos desconhecido, em que Tercena contribuiu para o desenvolvimento da Nação.



Fotografia do atalho nas Hortas da fonte que dá para os Lavadouros de Tercena. Tercena, Oeiras - 10.11.2020.



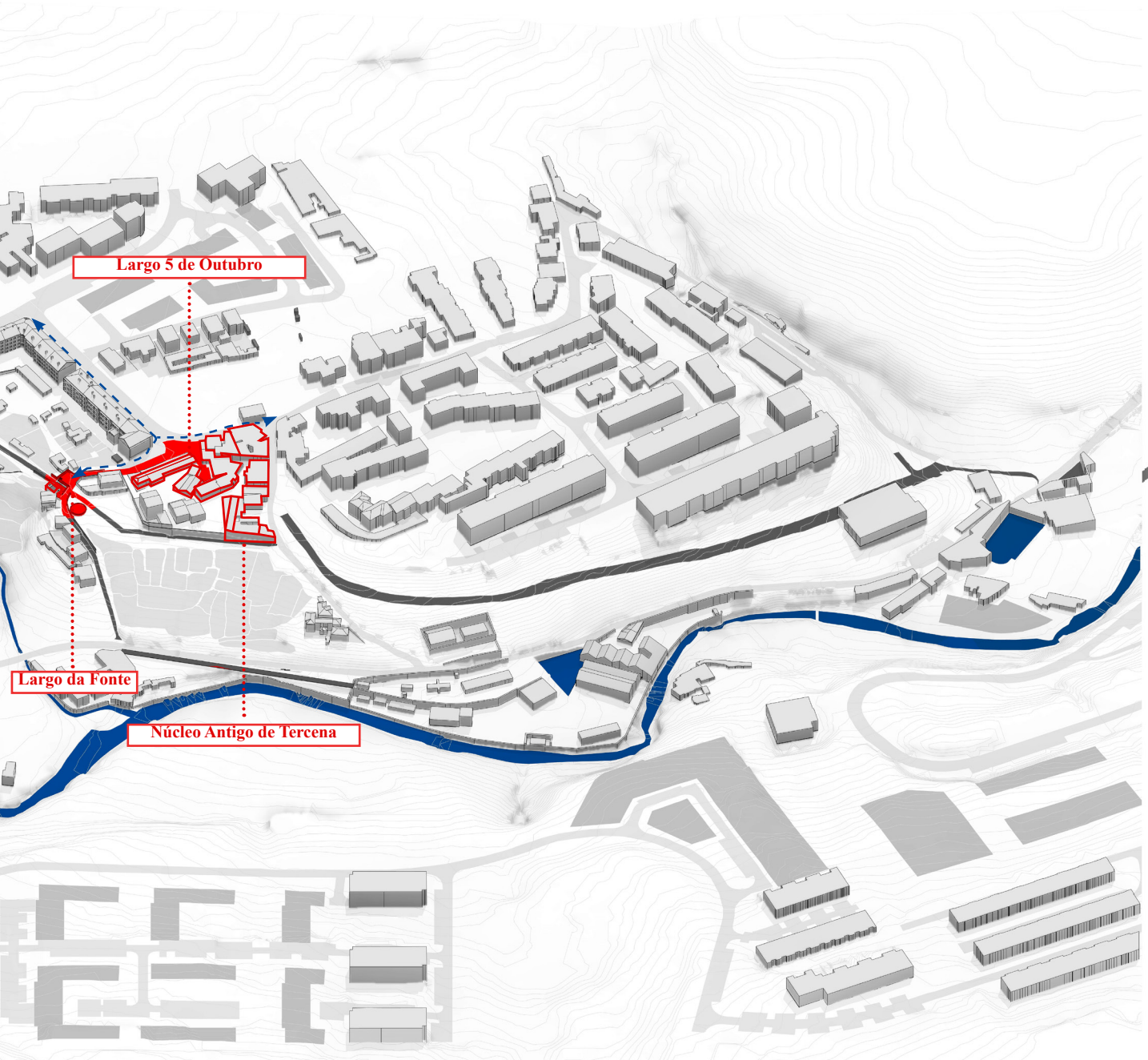


Imagem extraída apartir do modelo digital (BIM).

Legenda:

⊙ Norte ■ Área 4 da proposta ■ Ribeira de Barcarena ← - - → Percursos alternativos



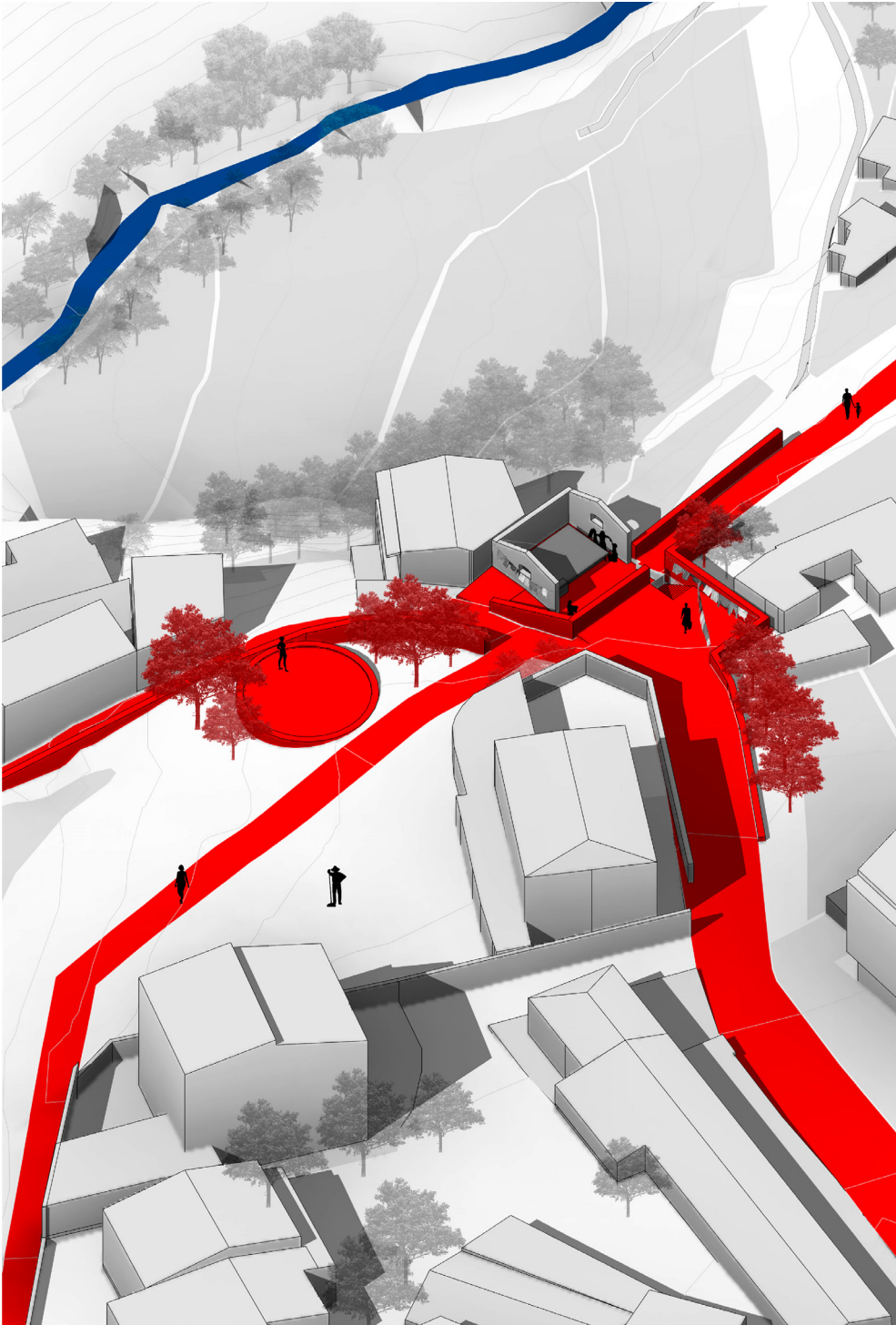
Fotografia dos lavadouros e da Fonte que se encontram na Calçada 5 de Outubro. Tercena, Oeiras - 10.11.2020.

4. Reabilitação da fonte e do Largo 5 de outubro:

Propõe-se a Reabilitação dos Largos da Fonte e 5 de outubro. O “Largo da fonte” não consta da toponímia de Tercena, tratando-se da área envolvente aos lavadouros e fonte que se encontram sobre um pequeno telheiro no encontro entre as Calçadas 5 de outubro e do Bico. O espaço está desqualificado e serve atualmente, apenas como zona de passagem e estacionamento para os moradores. Nas várias visitas foi possível observar como o lavadouro continua a ser um espaço de enorme importância social e cultural em Tercena, pois continua a ser vivenciado pelas pessoas que ali se dirigem para lavar as suas roupas e equipamentos agrícolas, mas também para beber da água fresca que ali corre. Este edifício atarracado é uma construção simples em blocos de betão, de planta rectangular com cerca de 40 m², e um pé direito relativamente baixo, sendo a estrutura da cobertura em madeira, e o revestimento em telha de marselha. O acesso pode ser feito pelas hortas da fonte por uma entrada de nível ou pela calçada do Bico, a partir de, umas escadas que encostam à fachada do edifício. Na frente do lavadouro, existe um acrescento, uma cobertura de chapa ondulada segura por uma estrutura perfilada em aço. Este acrescento torna o espaço bastante escuro, já que oculta a entrada de luz, sendo a iluminação bastante exígua, conseguida apenas pelas aberturas laterais, o que torna o espaço sombrio, pouco convidativo e quase impercetível ao nível da rua. No interior do telheiro existe um belíssimo tanque trabalhado em betão e um banco corrido interrompido por uma pia que coleta a água que jorra da fonte. O pavimento interior por funcionar em escada torna-se pouco funcional, já que o azulejo empregue é liso e escorregadio, o que torna a circulação bastante perigosa. As paredes interiores são parcialmente revestidas a azulejos brancos quadrangulares 20x20cm encontrando-se porém, encontram-se vandalizadas com grafítis.

A qualificação deste largo passa por: uma “limpeza do telheiro”, em que se procede à remoção do acrescento, a pintura em branco das

Fotografia dos vários casais do núcleo antigo de Tercena, Largo 5 de Outubro. Tercena, Oeiras - 01.11.2020.

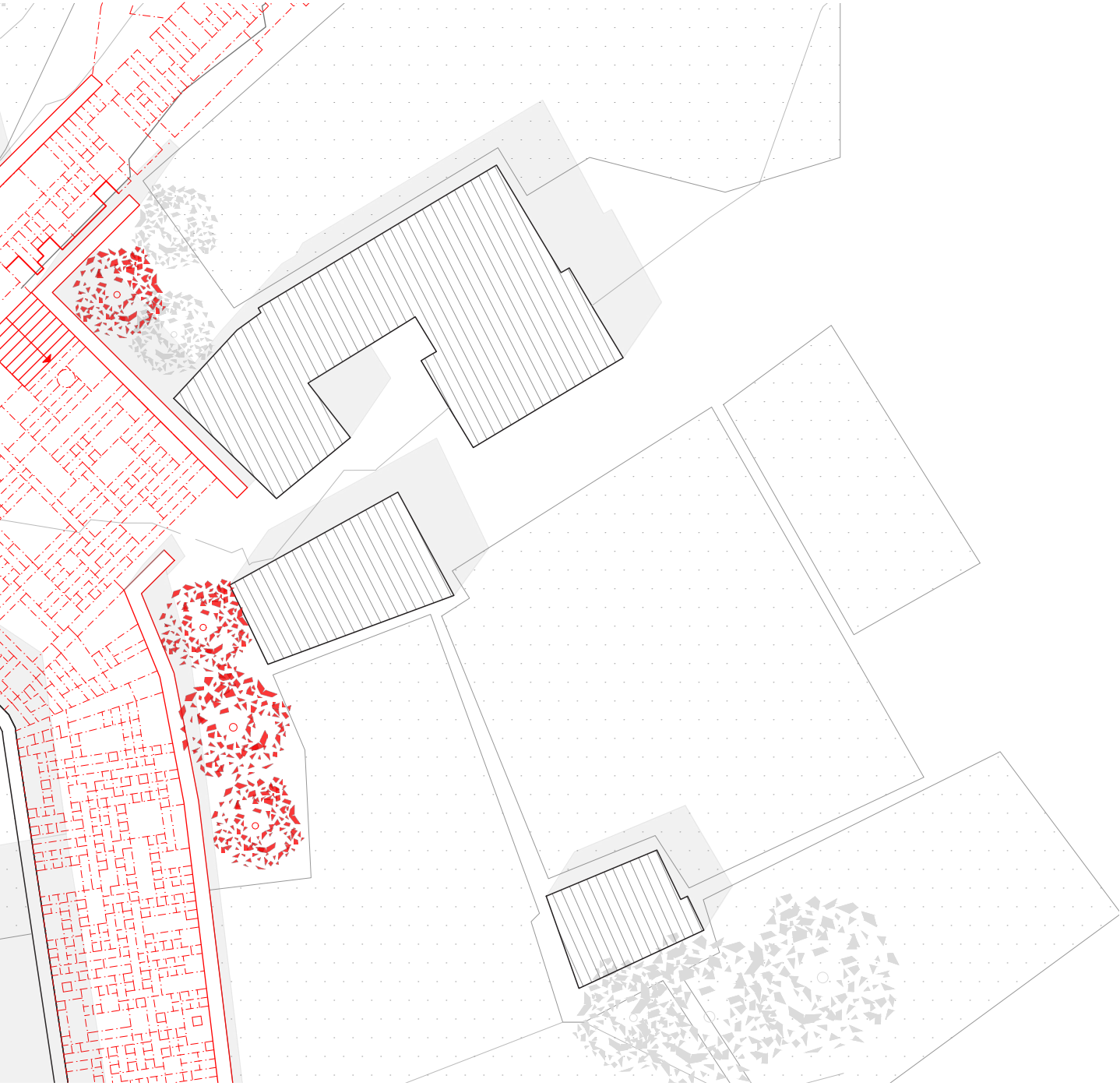



Prespetiva axonométrica da proposta, troço junto ao Largo da fonte.

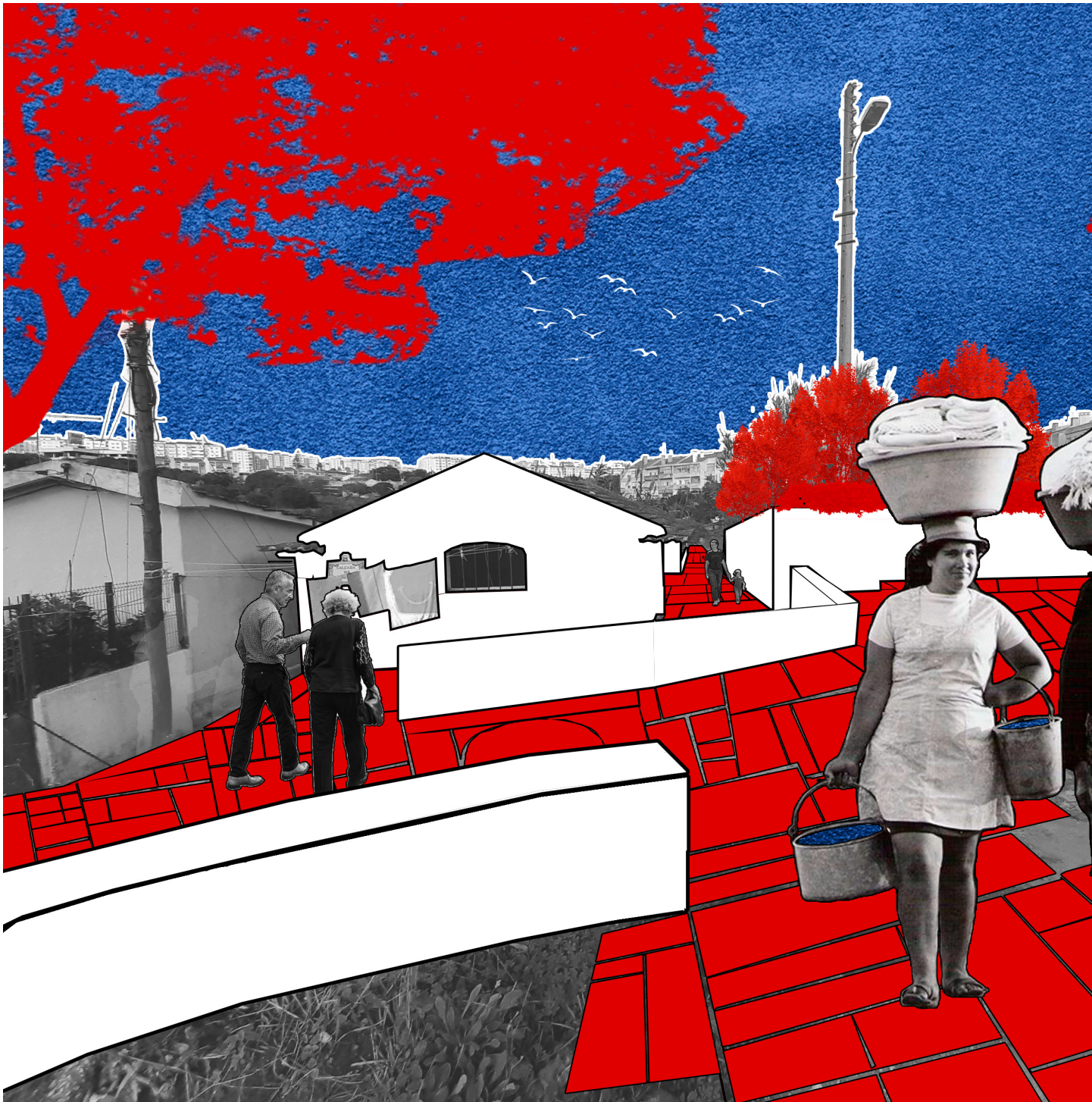
paredes e muros existente e à nivelção do chão do lavadouro e posterior pavimentação com pedra basáltica de forma a criar um piso antiderrapante e seguro; ampliação e definição dos limites do largo, através da geometrização do espaço, introdução de uma escada que liga diretamente do largo para o lavadouro, substituindo as atuais por uma rampa suave.

À chegada ao Largo da fonte ainda no troço do percurso que provem das Hortas do bico é criado à parte um pavimento circular elevado que serve de miradouro sobre o regueiro ao estar estrategicamente colocado no enfiamento de um vazio que existe entre duas moradias. A escolha formal do círculo, remete-nos para a forma dos poços de acesso as galerias que pontoavam repetidamente este território, sendo que neste troço o próprio percurso se sobrepõe às ditas canalizações que abastecem a Fábrica de cima. O Largo 5 de outubro é um sítio onde em tempos se faziam grandes festas e fogueiras e está diretamente relacionada com a história deste povo. Assim a proposta pretende pavimentar este largo unindo-o ao passeio da Av. Sto. António de Tercena.



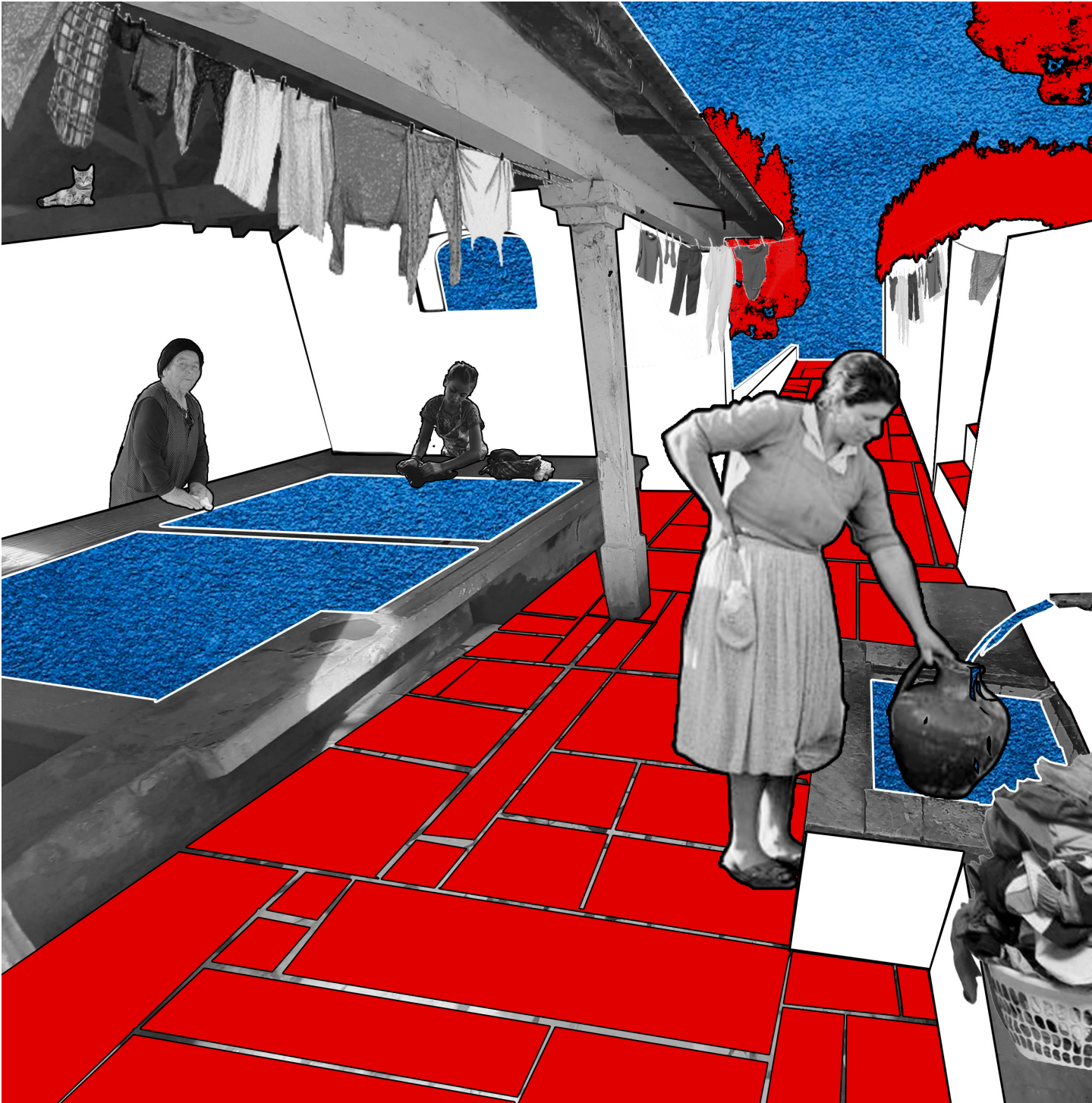


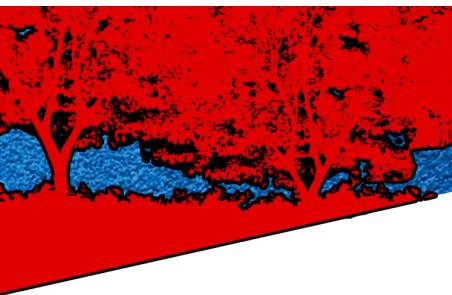
Legenda : Planta à cota 1.20 da proposta de reabilitação do Largo da fonte Esc 1:200 



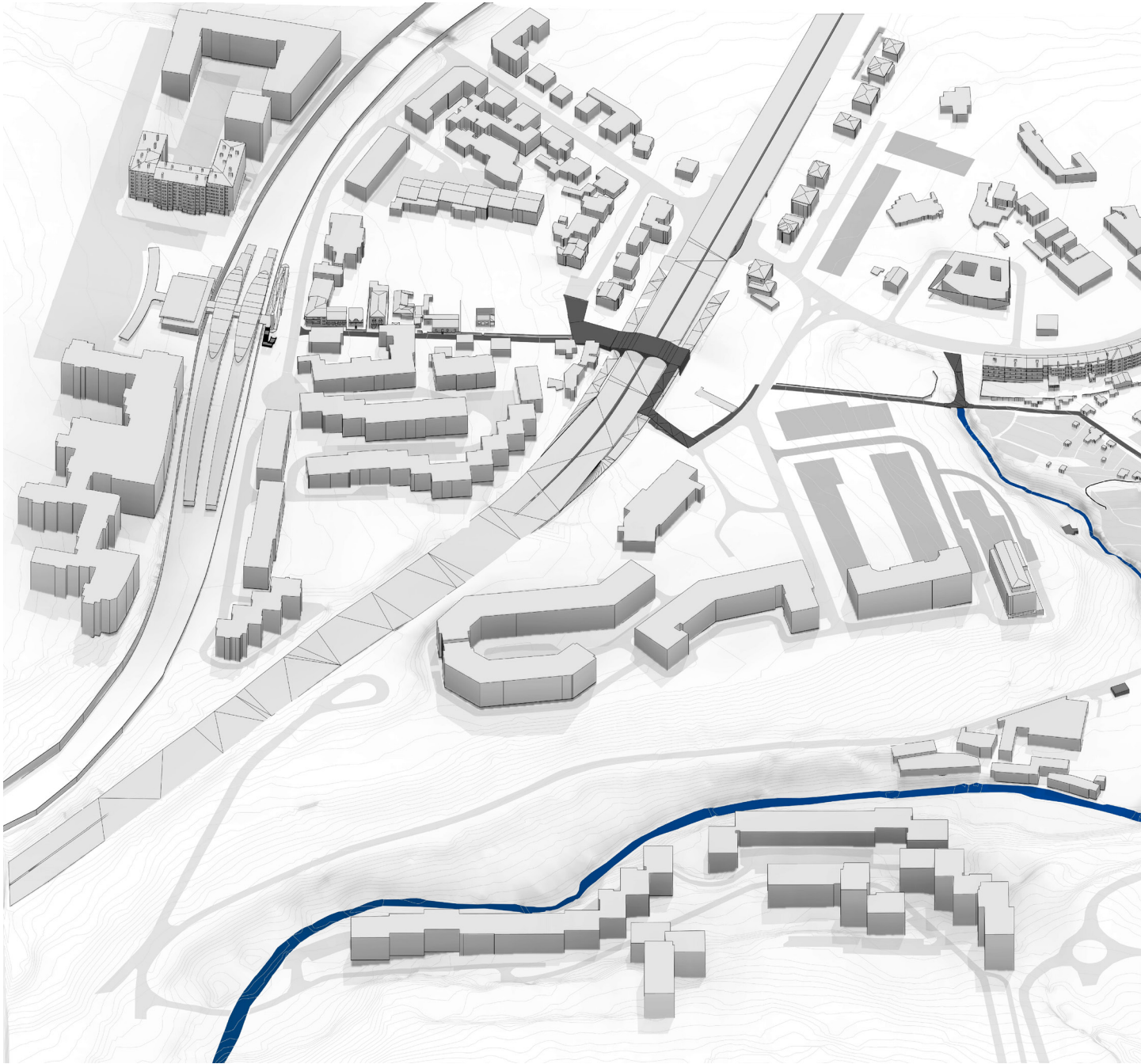


Fotomontagem da proposta no Largo junto à fonte.





Fotomontagem da
proposta no interior dos
lavadouros



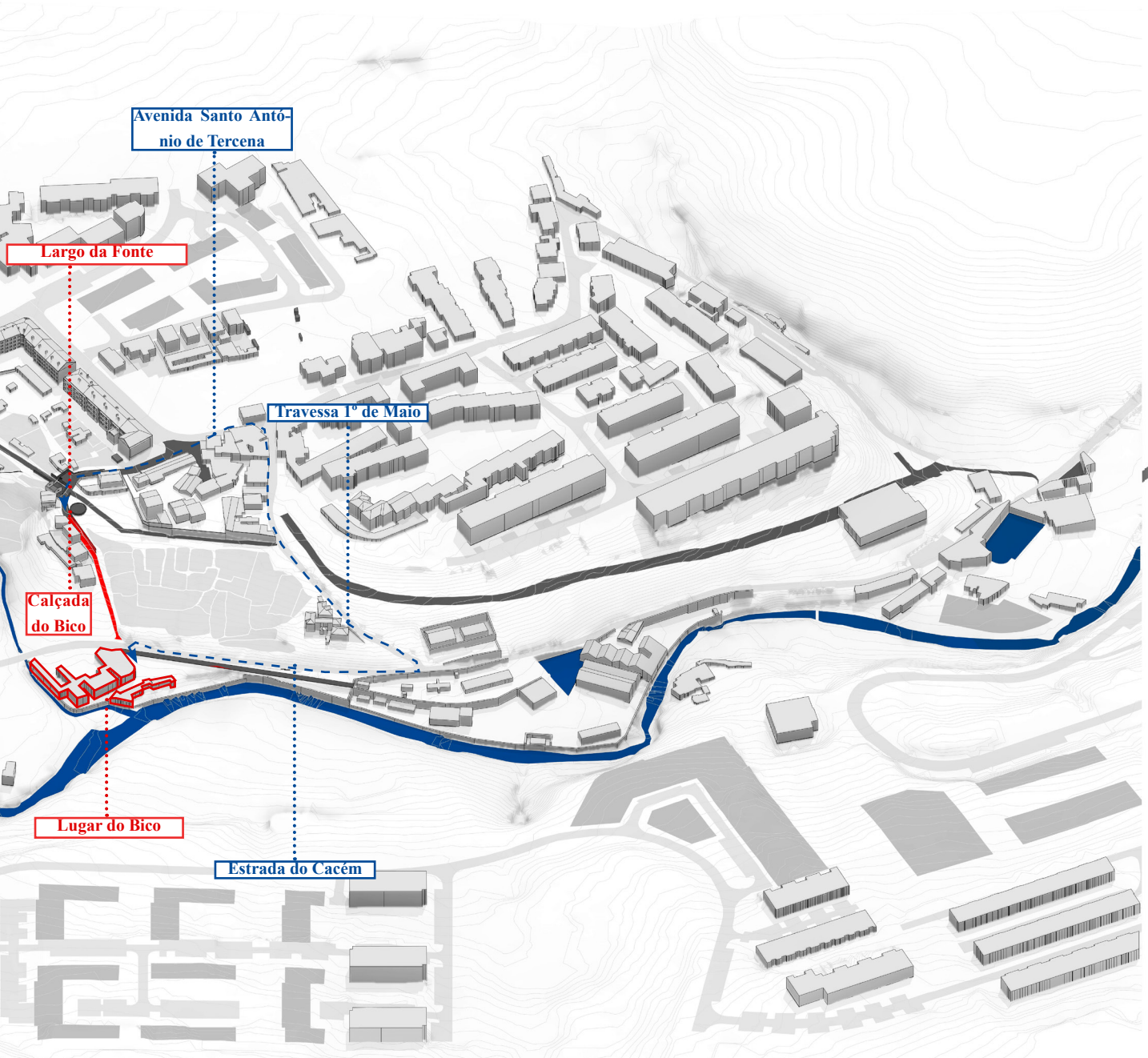


Imagem extraída a partir do modelo digital (BIM).

Legenda:

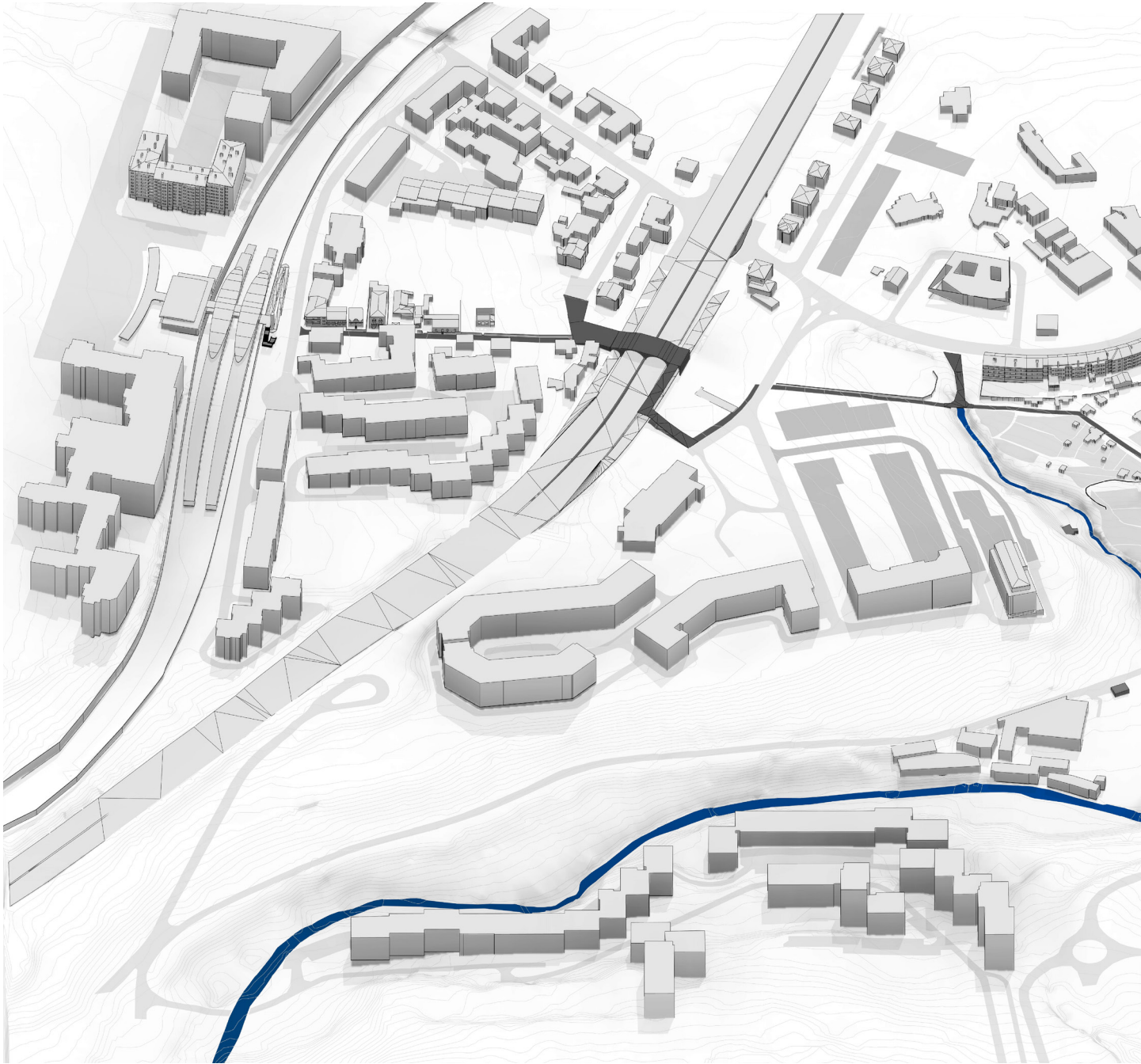
⊙ Norte — Área 5 da proposta — Ribeira de Barcarena - - - Percursos alternativos



Fotografia captada a 16/02/2020 por António Alves durante uma visita por convite a Tercena. Vê-se a Calçada do bico em prespetiva a partir da entrada pela estrada do Cacém, Tercena, Oeiras.

5. Reconstrução das escadas na Calçada do Bico:

Propõem-se a reconstrução das escadas na Calçada do bico. As escadas existentes são desconfortáveis e pouco funcionais. A proporção entre espelho e cobertor é pouco ergonómica e não existem patamares de descanso ou corrimão nesta difícil e íngreme (19%) subida até à Fonte e Largo 5 de outubro. O reperfilamento desta calçada permitiria melhorar este acesso, tornando-o mais confortável e seguro. De momento as escadas da Calçada do bico terminam na estrada do Cacém, porém, como a Câmara Municipal de Oeiras prevê fazer próximo do Lugar do bico uma ligação à outra margem da ribeira. No futuro esta calçada poderá ganhar importância, tornando-se num elo entre Tercena e as várias urbanizações do Cabanas Golf e São Marcos.



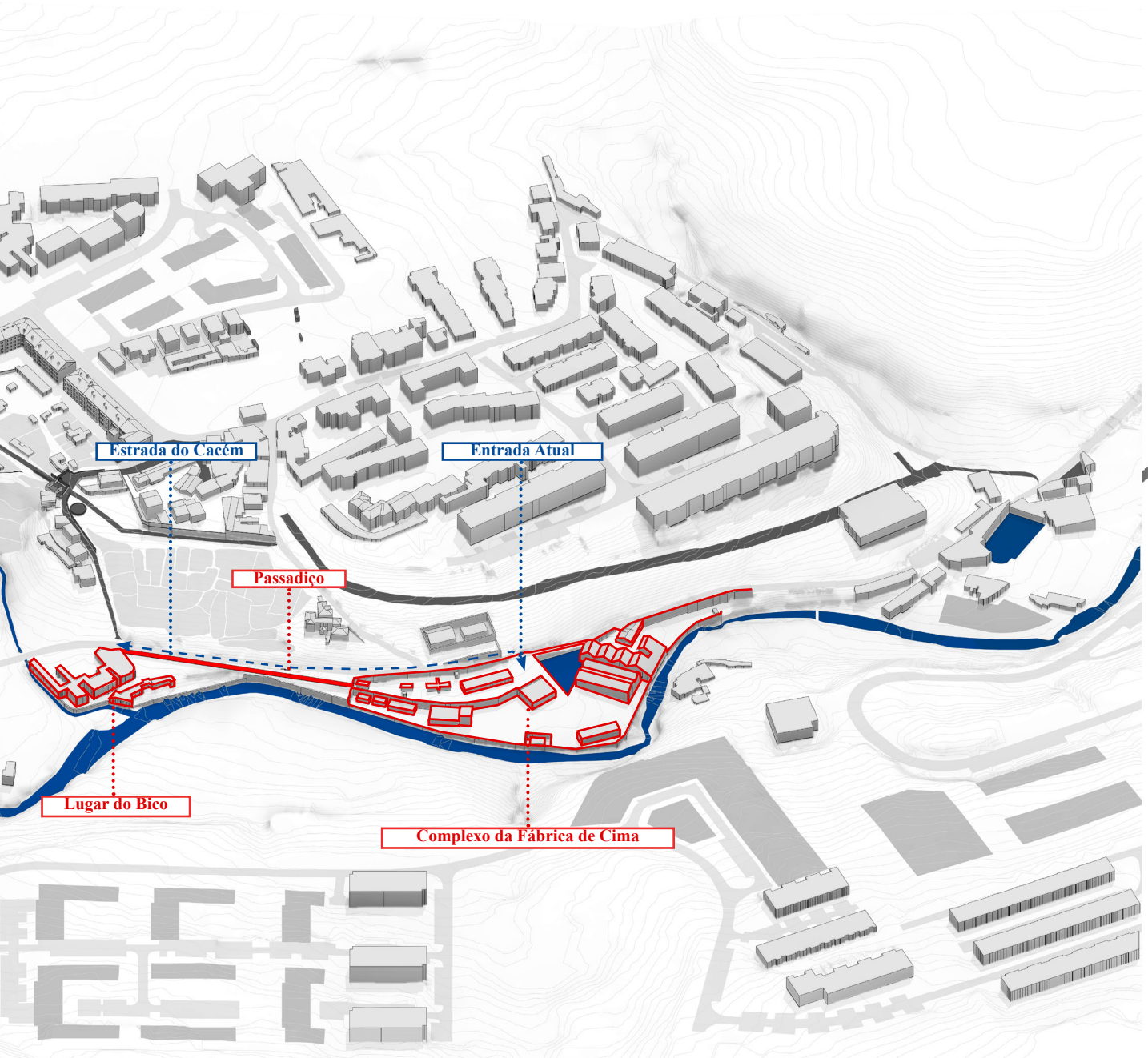


Imagem extraída a partir do modelo digital (BIM).

Legenda:

⊙ Norte — Área 6 da proposta — Ribeira de Barcarena ← - - → Percursos alternativos



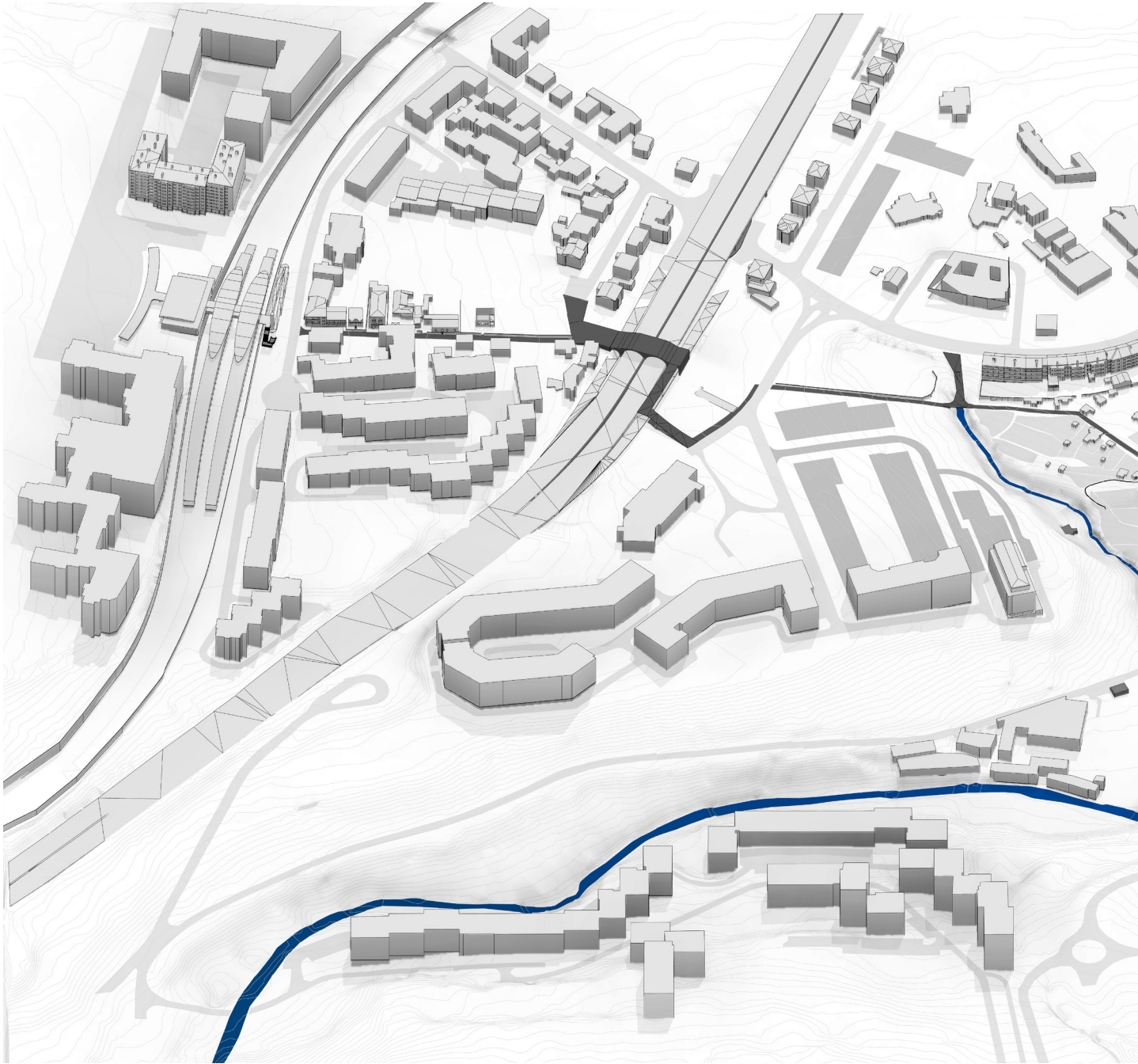
Fotografia do pormenor do recorte no muro da Fábrica de cima, captada a 19/02/2020, Tercena, Oeiras.

6. Passadiço de acesso à Fábrica de Cima

Propõem-se a criação de um passadiço sobrelevado em madeira que estabeleça uma ligação entre o Lugar do bico e a Fábrica de cima. Durante o exercício uma das grandes questões foi sempre como é que o percurso terminava na Fábrica de cima? como é que era feita esta entrada? Utilizava-se a entrada antiga que fica no meio da estrada do Cacém? construía-se uma nova demolindo parte do muro? A opção que prevaleceu foi a de criar uma estrutura que não implicasse qualquer destruição, ou alteração no existente tirando proveito do recorte peculiar dos muros da fábrica. Os muros que durante anos serviram de barreira e encerravam o espaço restrito da fábrica da pólvora, são agora superados através de um gesto simples que tira proveito da proximidade das cotas altimétricas para estabelecer uma ligação entre a cota da estrada do Cacém e a da cobertura dos edifícios no interior da Fábrica. Este passadiço ao ser elevado, permite uma melhor observação da ribeira, assim como, de todo o sistema de comportas que existem junto ao Bico.



Pormenor Construtivo da
proposta par ao passadiço
de acesso à Fábrica de
cima.



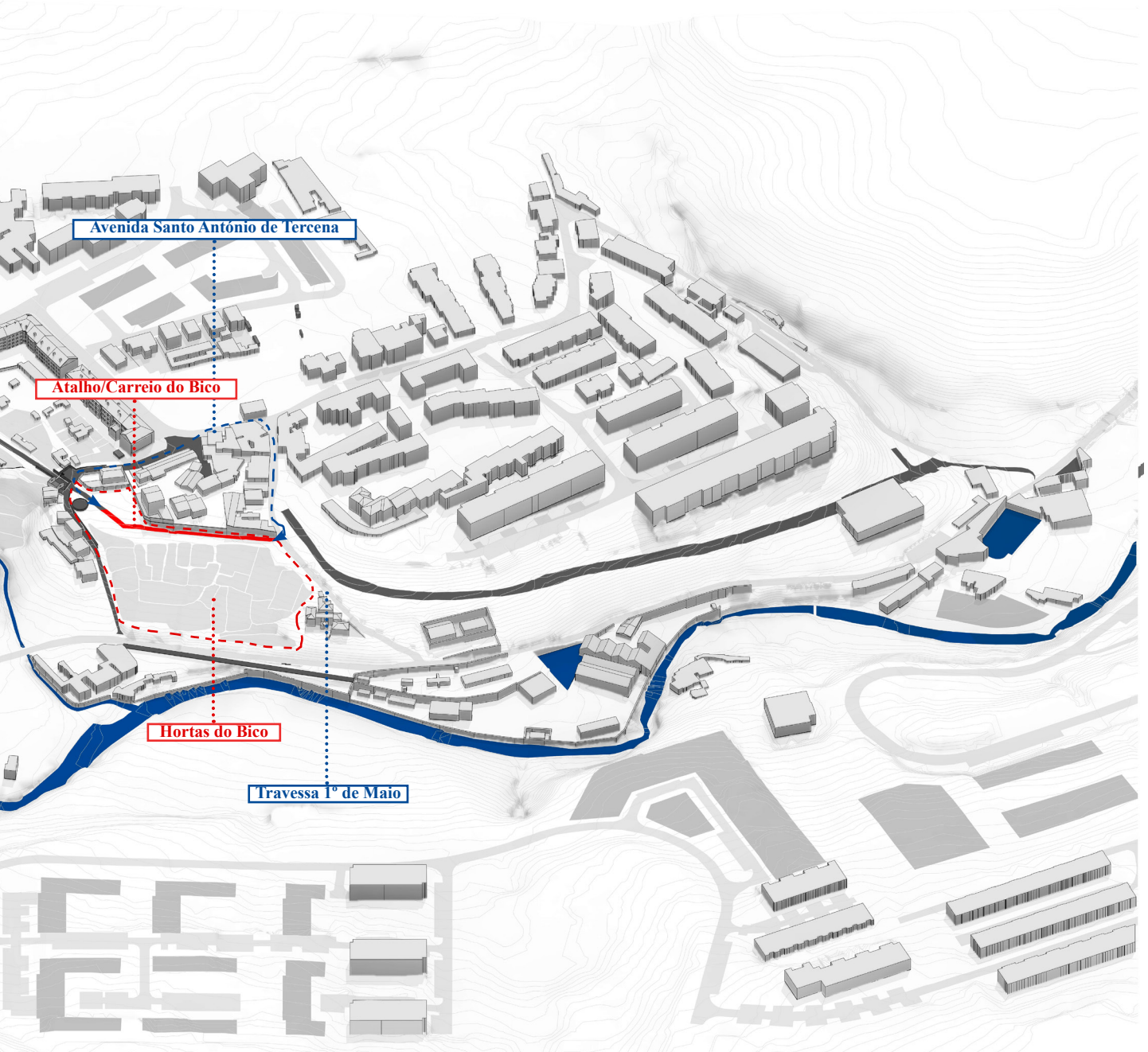


Imagem extraída a partir do modelo digital (BIM).

Legenda:

⊙ Norte — Área 7 da proposta — Ribeira de Barcarena ← - - - → Percursos alternativos



Fotografia das Hortas do bico junto às traseiras do núcleo antigo de Tercena. Tercena, Oeiras - 20.02.2020.

7. Classificação das Hortas do bico como hortas comunitárias, pavimentação do carreiro para a fonte:

É proposta a classificação das Hortas do bico como hortas comunitárias, assim com a pavimentação do carreiro para a fonte. O conjunto das Hortas do bico insere-se num terreno que pertence à Câmara Municipal de Oeiras com 1Ha, inserindo-se segundo o PDM na reserva ecológica nacional, porém prevê-se para este terreno um projeto de habitação em regime de custos controlados com 72 fogos ao abrigo de um Contrato de Desenvolvimento Habitacional (CDH). O projeto polémico considera-se inadequado para o sítio em que se propõe executar, já que levaria a descaracterização completa do vale, num terreno que se diz parte da REN. É verdade que é possível construir nestes terrenos mediante algumas restrições, porém deve ser em casos especiais, exceções, já que implica interferir modificar um domínio que é do interesse público e que se quer preservar e manter ao máximo.

Fotografia de um atalho nas Hortas do bico que dá para os Lavadouros. Tercena, Oeiras - 20.02.2020.

A intervenção sugere a aceitação das Hortas do bico e da fonte como “hortas Comunitárias” visto que já existe uma apropriação e apego por parte da população, que tem vivido destes terrenos ao longo de gerações. Estas hortas são um elemento de coesão social importantíssimo que deveria ser considerado em futuras revisões do PDM, salvaguardando estas estruturas, por exemplo colocando estas áreas não como áreas residenciais a concretizar mas sim, como zonas *non aedificandi*, classificando-as assim como verde urbano ou solo rural. Esta atitude contribuiria para a manutenção destes espaços verdes, das vivências e costumes que lhe são implícitos, e ainda para manutenção das vistas que existem para a ribeira. Sendo de enorme importância a Fábrica da Pólvora para este concelho há também, que considerar que sob estes terrenos passam algumas das canalizações que a abastecem pelo que que poderiam ser irremediavelmente danificadas com os trabalhos de movimentação dos solos, pondo assim, em causa o próprio património da



Fotografia das Hortas do bico, frame [1:38] extraído do vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=Q5Px-qxhEWSM> da autoria de Sergio Magno consulta realizada a 18/11/2019. Reprodução autorizada pelo autor. À esquerda as Hortas do bico, ao centro a Estrada do Cacém, à direita a Ribeira de Barcarena e ao fundo o complexo de cima da Fábrica da Pólvora de Barcarena.

fábrica. (Apesar de este não estar ainda devidamente classificado ou mesmo definido no que diz respeito à sua área de influência)

O carreiro para a fonte liga à Travessa 1º de maio e à Calçada do bico, sendo frequentemente utilizado pelos moradores é um atalho estreito em terra e vai se deformando conforme o uso ou ação das intempéries. A introdução do pavimento em basalto facilita a circulação das pessoas e da manutenção deste percurso, tornando-o mais convidativo à circulação em geral. O desenho deste pavimento inspira-se na forma das hortas, que se assemelha a de uma “manta de retalhos”, imagem que podemos associar às tapeçarias da artista Gunta Stölzl ou às pinturas do artista Paul Klee. O desenho do percurso é uma procura desta ideia de palimpsesto, sobreposição, textura, diversidade, dos *layers*, que o vão compondo progressivamente criando uma unidade, um discurso visual contínuo que nos faça olhar para o chão e reconhecer nele de alguma forma uma parte do nosso passado.



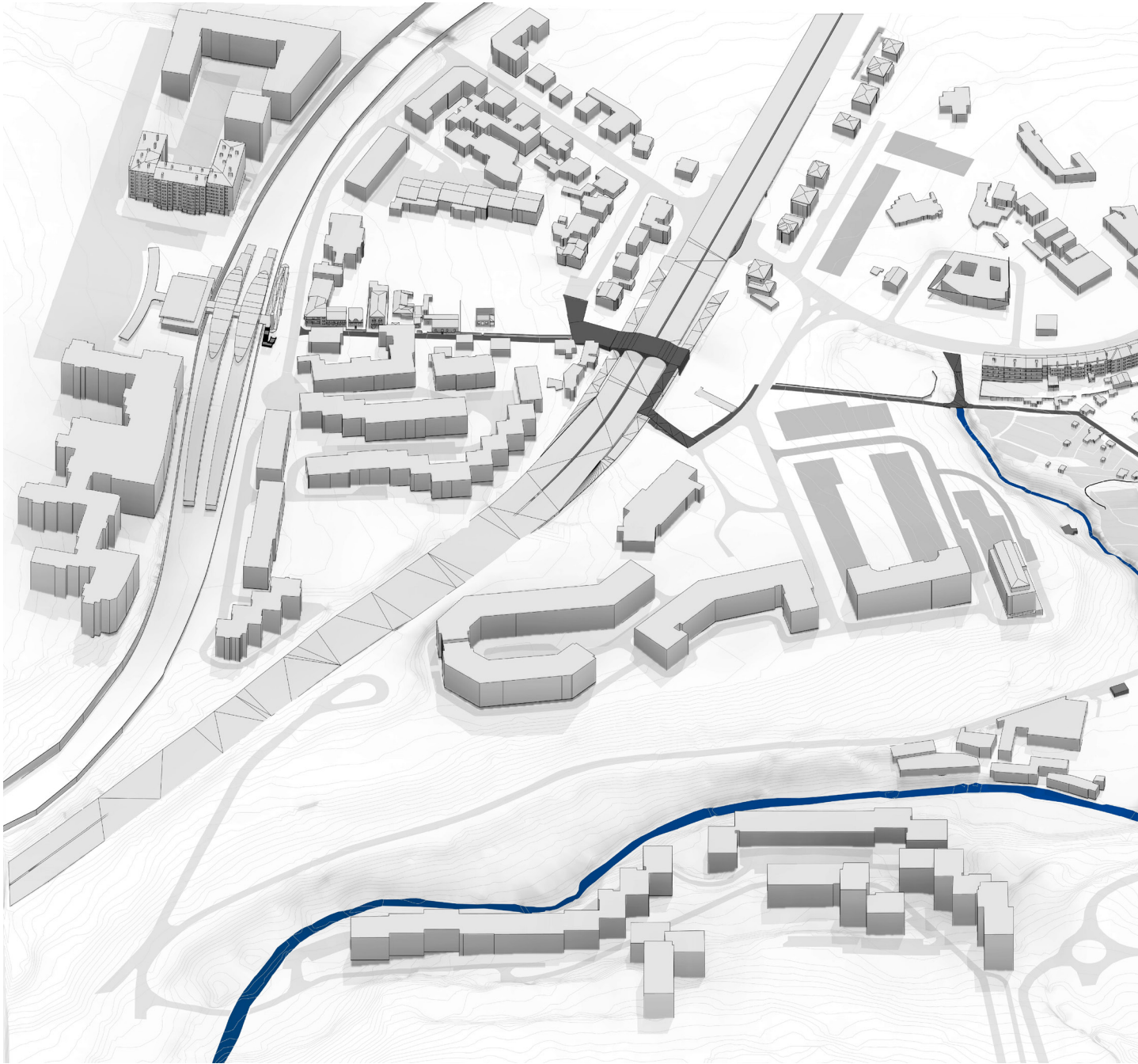
Tapete para pendurar da autoria de Gunta Stözl 1927/28 Fonte: https://mir-s3-cdn-cf.behance.net/project_modules/1400/0fd34169730191.5b8be0cf7d824.jpg



Pintura *Highway and Byways* da autoria de Paul Klee 1930 Fonte: <http://www.paul-klee.org/Highway%20and%20Byways%20Paul%20Klee.jpg>







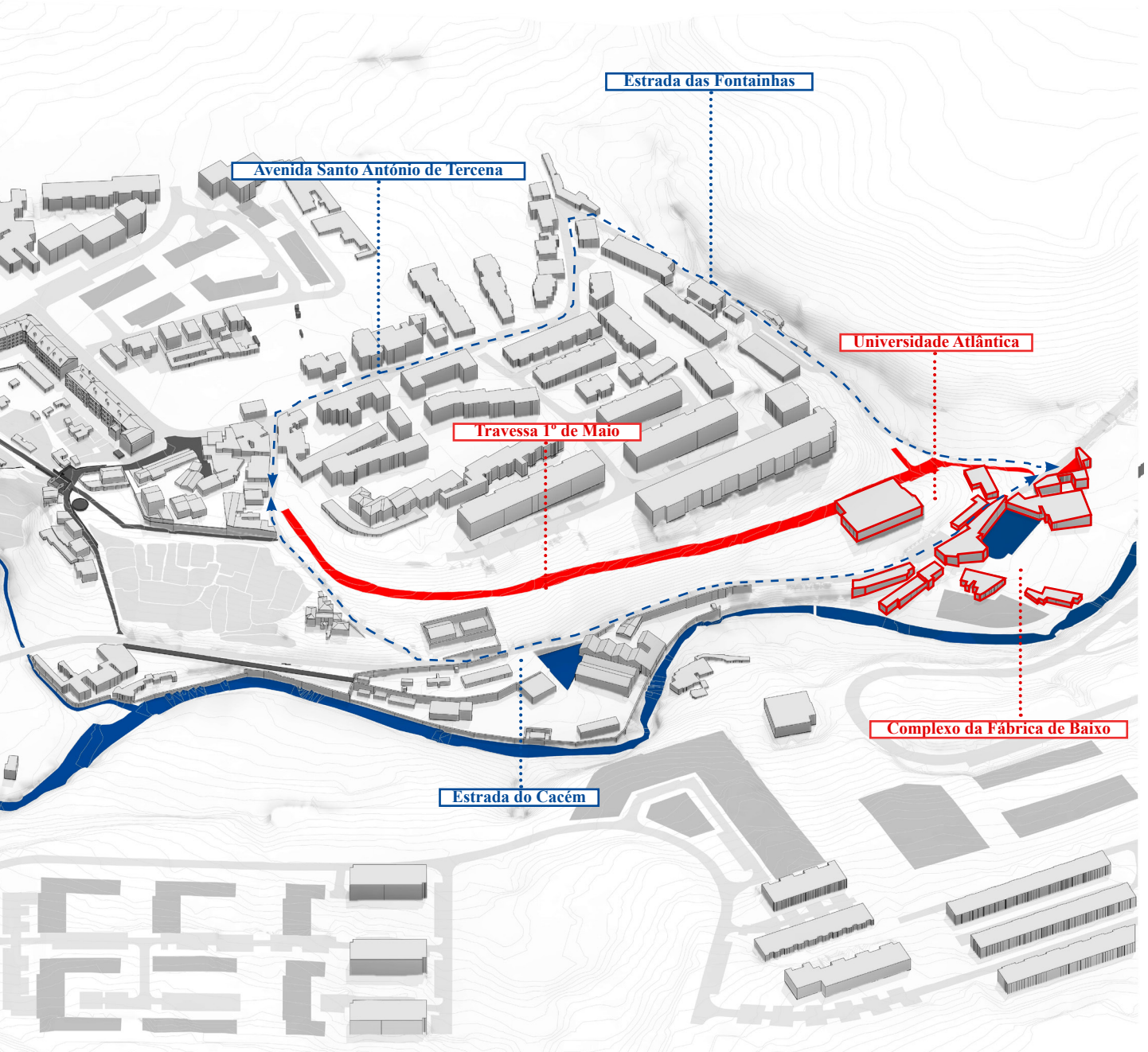


Imagem extraída a partir do modelo digital (BIM).

Legenda:

⊙ Norte **—** Área 8 da proposta **—** Ribeira de Barcarena **← - - →** Percursos alternativos



Fotografia da entrada para as Fontainhas, Travessa 1º de maio - Tercena, Oeiras - 10.11.2019. Veja-se a entrada demarcada pelo portão em que os pilares têm a forma de uma ogiva remetendo para a Fábrica da Pólvora.

8. Pavimentação e introdução de escadas na Travessa 1º maio:

Propomos a pavimentação e introdução de escadas na Travessa 1º maio. A inclinação do caminho justifica a criação de escadas de forma a tornar este acesso mais confortável e ergonómico. A Travessa 1º de maio é um percurso relacionado com a vida dos operários da Fábrica da Pólvora que a utilizavam para chegar mais rápido à fábrica (não se podia ir pela estrada militar, atual estrada do Cacém). Ao repavimentar este percurso e visto que o mesmo está a uma cota superior à fábrica, é possível criar situações que permitam espreitar por cima dos muros para o complexo da Fábrica de cima mas também para a Ribeira de Barcarena, e os terrenos do cabanas, nomeadamente por detrás dos dois paióis que se encontram entre a travessa e a estrada do Cacém, guiando assim as pessoas para que possam chegar à Fábrica de baixo cientes da realidade do seu contexto.

Fotografia da clareira que se encontra na Travessa 1º de Maio. A amarelo vemos um dos Paióis da fábrica e mais abaixo o complexo da Fábrica de cima ao fundo vê-se os terrenos de Cabanas e respetivas urbanizações. Tercena, Oeiras - 01.11.2019.



Fotografia de um atalho nas Hortas do bico que dá para os Lavadouros de Tercena. Tercena, Oeiras - 20.02.2020.

9. Solução construtiva

Existem dois materiais empregues nesta proposta:

- O basalto por ser um recurso local, resistente ao processo de meteorização e não implicar grande manutenção, pelo que se torna fácil imaginar, que alguém pudesse ter ido à ribeira e recolhido as pedras e disposto uma atrás da outra indicando o percurso ou mesmo que estas tivesse sido dispostas num passado distante em que havia em Tercena uma pedreira

As pedras são colocadas no seu estado natural (elementar e rudimentar) sem sofrer grande transformação. Ao longo do percurso vão formando um pavimento que se funde com o terreno. Os limites laterais vão acompanhando as variações do percurso curvando, estrangulando ou quebrando quando necessário. As pedras irão também variar em tamanho, marcando momentos excecionais no percurso.

- A madeira, por se tratar de um recurso local, sustentável, durável e leve que possibilita uma enorme panóplia de soluções construtivas para as estruturas propostas. É um material que com o tempo viria a adquirir uma “patina” acinzentada, fundindo-se com a envolvente. Ao caminhar sobre uma estrutura de madeira ouvimo-la rangendo, e isso faz-nos estar mais atentos e conscientes para o que nos rodeia, faz-nos andar mais devagar e sentir cada passo, o que é importante porque para apreender a complexa realidade deste território é preciso tempo, tempo para perceber também com um olhar seletivo e sonhador o que nele há de bom.



Fotografia dos Passadiço do Paiva, projeto do Gabinete Dst group, imagem da autoria de António Alves captada a (02.03.2019)



Fotografia em pormenor dos Passadiço do Paiva, projeto do Gabinete Dst group, imagem da autoria de António Alves captada a (02.03.2019)

Quando se iniciou este trabalho de pesquisa, constatou-se que havia uma grande dificuldade em entender e interpretar o território em estudo “Oeiras”. A realidade deste concelho era substancialmente diferente daquela que se conhecia à data dos vários exercícios realizados sobre Lisboa. Enquanto, na capital se percebia a existência de uma ordem e hierarquia urbana com espaços bem definidos como parques, largos e praças, em Oeiras essa relação não era tão evidente. Tratava-se de um território novo, aparentemente caótico e fragmentado pelas várias infraestruturas que se impuseram à sua orografia. Foi por isso, importante o estudo do tema “Leituras do Território”, afim de conhecer o que conduziu Oeiras à sua condição atual e apurar como e onde era pertinente intervir.

Com o trabalho desenvolvido, demonstrou-se a importância destas leituras do território em Arquitetura e como o projeto pode ser consequente dessas mesmas análises.

Da investigação realizada através de autores como Nuno Portas, Orlando Ribeiro ou André Corboz, entende-se que o território se assemelha a um palimpsesto, tratando-se de um recurso limitado que o Homem tem transformado, escrito e rasurado, segundo as suas necessidades. No fazer projeto, teremos de estar conscientes das várias estratificações presentes no território, isto porque todas são importantes. Está nas mãos dos técnicos sublinhar aquilo que consideram mais valioso para deixar às gerações vindouras.

Os Arquitetos devem sentir o peso dessa responsabilidade, do impacto que o seu trabalho tem, tal como tinham as moiras na mitologia grega no fabrico, tecelagem e corte do destino das pessoas. Devem estar cientes de que dada a complexidade do domínio em que se propõem a intervir, a sua interpretação será o resultado da análise de uma pequena amostra que nunca será verdadeiramente representativa do todo, e que, excluirá fatores ou layers igualmente importantes.

Para prevenir futuras surpresas fruto de uma negligência incon-

sciente, devemos recorrer na conceção de projeto, ao maior número de abordagens metodológicas possíveis e ter bom senso, a fim de conseguirmos propor soluções com base num entendimento da realidade em causa. Como se constatou, durante a investigação estas abordagens incidem a diversas escalas e são sempre complementares umas às outras, permitindo uma ampla cobertura dos fatores que definem o território.

Os *regional surveys* de Patrick Geddes permitem reconhecer aspetos invisíveis que por vezes o corpo não consegue perceber sem ser através de recordações de dados estatísticos ou representações do mundo. Trata-se, de uma perspetiva vertical ou de ascensão em que nos distanciamos propositadamente do objeto de estudo, de forma a analisá-lo como um todo. Estes *surveys* permitem perspetivar sobre o território e estudar as suas alterações ao longo da história, entendendo assim o que motivou o seu desenvolvimento e o que está por detrás das suas problemáticas. Para este autor existe uma ideia de um movimento participativo e de partilha de informação que estuda a relação entre o bem-estar dos cidadãos e o desenvolvimento das cidades, os *civics*. Este revela-se numa iniciativa interessante e bastante democrática que pode contribuir para uma inversão no modo como hoje se faz cidade. Em vez de termos exclusivamente um corpo técnico de autarquias, engenheiros, arquitetos a decidir a partir de uma perspetiva *top-down* o destino das cidades, porque não motivar os cidadãos a envolverem-se nas escolhas que contribuem para o desenvolvimento dos espaços que habitam.

As transurbâncias levaram-nos a entender a evolução natural da AML, reconhecendo através do caminhar a geografia que existe dentro do aparente caos das periferias como Tercena. Esta perspetiva horizontal e sinuosa permite perceber a cidade difusa a partir dos seus vazios, conferindo-lhe um novo significado. Passamos a reconhecer a riqueza e diversidade até então, ocultas pela imagem do edificado precário e descaracterizado e a valorizar os vários lugares intersticiais e indeterminados que encontramos, já que estes são os últimos espaços verdadeiramente apropriáveis por todos.

Através desta experiência empírica do espaço conseguimos perceber os ambientes que este compreende, assim como determinar os principais circuitos que as pessoas ali estabelecem. Ao caminhar os nossos sentidos estão mais despertos para realidade do sítio e vamos captando e compilando informação nas nossas mentes. Sentimos o espaço e estabelecemos com este uma relação de proximidade, que nos leva a interiorizar melhor o que o define sendo depois, estas experiências em conjunto com a intuição que irão informar a ação de projeto.

“Olhar no sítio” conceito inspirado na posição de Manuel da Maia e Álvaro Siza Viera, ressaltou-nos sobre a importância de estar no sítio e observar com muita atenção as características específicas de cada território, previamente à ação do projeto. Ao estar no sítio, começamos a notar aspetos ou detalhes que nos passariam despercebidos se só estivéssemos de passagem. Reconhecemos o impacto dos problemas identificados numa macro escala, identificamos os utilizadores e as suas relações com o espaço e vamos assimilado as subtis variações que acontecem à superfície do terreno. Quanto mais tempo passarmos no terreno, melhor, já que assim apreendemos a sua realidade e podemos conceber o projeto em concordância, integrando-o nas suas dinâmicas.

Esta investigação comprova na perspectiva de um estudante de Arquitetura a pertinência do estudo das leituras do território e os benefícios da inclusão das abordagens evidenciadas no processo de projeto. Uma vez dominadas essas abordagens, é possível criar metodologias próprias de análise ao território, e assim, reconhecido o valor da experiência empírica do espaço, deparamo-nos com um novo modo de ver e fazer Arquitetura que nasce das condições do sítio e que reconhece e faculta respostas aos problemas reais que neste manifestam. Trata-se de um contributo para os profissionais e estudantes de Arquitetura, interessados no planeamento urbano e no território, já que aponta alguns fundamentos imprescindíveis à compreensão deste fenómeno.

O trabalho e todo o processo que o conduziu, permitiu-nos ganhar consciência da complexidade do fenómeno “território”. Os conhecimentos adquiridos poderão ser empregues não só na vida pessoal como profissional, permitindo que, pelo menos, quando confrontado com grandes desafios possa ser mais ponderado, flexível, menos egoísta e absoluto nas decisões a tomar já que o mundo é maior do que o que conseguimos ver com olhos ou alcançar com os pés e existirão sempre coisas que nos transcendem, coisas que nos escapam, ou coisas que nos deixam sépticos. Acreditamos, por isso, que é importante que aqueles que enveredem por este ofício detenham um certo grau de humilde e recetividade, reconhecendo as suas limitações e aceitando a ajuda e as opiniões dos outros, porque só assim podemos ter uma Arquitetura com sentido, que serve de pretexto para dar respostas aos problemas reais das pessoas, contribuindo para o desenvolvimento do território.

ALVAREZ, Dário – EL PAISAJE COMO OBRA DE ARTE TOTAL – Dimitris Pikionis y el entorno de la acrópolis [em linha] Universidade de Navarra 2016 [consulta a 10/02/2020] disponível em WWW :< <https://revistas.unav.edu/index.php/revista-de-arquitectura/article/view/4942>>.

ANDRÉ, Paula - Heranças e lições entre Portugal e o Brasil. Arquitectura e Urbanismo na Lisboa da primeira metade do Século XX. In Urbanismo de Origem Portuguesa, Património Urbano e Arquitectónico dos Países de Língua Portuguesa, nº 8 (Dezembro), 2008.

BATES, Charlotte e RHYS-TAYLOR, Alex - Walking through social research in routledge advances in research methods. Nº 22. New York: Routledge, 2017.

BAUDELAIRE, Charles. Poesia e prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.

BRETON, André - Primeiro manifesto do surrealismo [EM LINHA]. 1924. [CONSULTA A 03/06/2020]. DISPONÍVEL EM WWW:< <https://www.marxists.org/portugues/breton/1924/mes/surrealista.htm>>

BOIÇA, Joaquim . Cartografia de Oeiras- 4 Séculos de Representação do Território. 1ªEdição Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2003 pp.66.

CARERI, Francesco - Walkscapes. São Paulo: Editorial Gustavo Gil, 2013.

CARDOSO, João Luís - A Fábrica da Pólvora de Barcarena e os seus sistemas hidráulicos Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras , p.149

CARVALHO, Carina-Isaltino: abatalhaporOeiras. 1ªed.-Lisboa:Edeline,2005.

CAUQUELIN, Anne- A invenção da paisagem. São Paulo: Martins Fontes editora, 2007.

CMO - Oeiras factos e números. Oeiras: Município de Oeiras. 2013.

CORBOZ, André – El territorio como palimpsesto. Orden disperso. In Ensayos sobre arte, método, ciudad y territorio 1. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2000.

CMO-Oeiras Factos e Números .1ª edição. Oeiras.: Município de Oeiras, 2013

COUTO, Andreia et all – Optimistic suburbia? The students’ perspective 2: Lisboa e a área metropolitana. Urbanismo Português no pós-guerra (1938-1998) Lisboa: ISCTE-IUL, 2015.

CUTHBERT, Michael – The concept of the outlook tower in the work of Patrick Geddes St.Andrews: University of Sr Andrews, 1987. Tese de Doutoramento.

DAVEAU, Suzanne - Portugal Geográfico, Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1998.

DEBORD, Guy- “Theory of the dérive”. Trans. Kenn Knabb. Les Lèvres Nues. Nº 9 (1956). Reimpresso in Internationale Situationniste, Nº 2, 1958.

DEBORD, Guy- The society of the spectacle 1. Ed Paris: Buchet-Chastel. 1967.

DIÁRIO DA REPÚBLICA 2ª SÉRIE Nº 179 DE
14 de Setembro através do aviso Nº 10445/2015.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, SÉRIE I Nº
19/2016 DE 28 de Janeiro, Portaria N.º 8/2016.

DOMINGUES, Álvaro - A rua da Estrada. Porto: Dafne Edições. 2009.

DUARTE, Carla e ANDRÉ, Paula - Deixar-se perder na cidade: teorias ur-

banas a partir do século XIX. In Paula André (Ed.), *Antologia de ensaios: Laboratório Colaborativo. Dinâmicas urbanas, património e artes. Investigação, ensino e difusão*. Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL, 2017. (pp. 8-27).

GEDDES, Sir Patrick – *Cities in evolution. An introduction to the town planning movement and to the study of civics*. Londres: Williams & Northgate, 1915.

BALZAC, Honoré de – *Theorie de la demarche* 1.ed. Editorial Del Cardo 2003 [consulta a 19/01/2020]. disponível em WWW :< <https://www.biblioteca.org.ar/libros/168182.pdf>>.

JACQUES, Paola, *Errâncias urbanas: a arte de andar pela cidade*. ARQTEXTO. Nº7 (2005). pp.16-25.

LEBRETON, David – *Elogio del caminhar*. Recife: Titivillus. 2000.

LEFEBVRE, HENRI – *The Production of Space*. Oxford : Blackwell 1905.

LIRA, Lenice – *Percorrer o espaço: A imagem do território na pintura de paisagens*. Revista Espaço e Cultura. Nº 29. Rio de Janeiro: UERJ,2011. Pp. 55- 67.

MAGALHÃES, Manuela. “1. Morfologia do terreno”. In *Atlas da área metropolitana de Lisboa* (PDF. Lisboa: Área Metropolitana de Lisboa, 2003.

MAROT, Sébastian - *Suburbanismo y el arte de la memoria*. Barcelona: Gustavo Gili, 2006.

MELO, Julião – *Inovação e reorganização do espaço: o caso do Taguspark* Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2001

MUMFORD, Lewis – The culture of cities. New York: Harcourt, Brace and Company, 1938.

NORBERG-SCHULZ, CHRISTIAN - Genius loci: Towards a phenomenology of Architecture. New York: Rizzoli, 1996.

PEREIRA, Ana – Traços gerais da geografia física do concelho de Oeiras. 1º Ciclo de estudos oeirenses. Oeiras: Celta Editora, 1998. pp.23-30.

PIMENTEL, Teresa – Município de Oeiras. Diagnóstico demográfico e projeção da população 1960-2040 [em linha] Centro de estudos de sociologia da universidade nova de Lisboa, 2013 [consulta a 09/01/2020]. disponível em WWW :< http://www.educacao.cm-oeiras.pt/atividades_projetos/documents/oeiras%20diagnostico%20e%20projecao%20demografica%201960-2040.pdf>.

PORTAS, Nuno Planeamento Urbano e Política de Solos in Colóquio “A política das cidades” Lisboa: Conselho Económico Social, 1997

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João - O fim do puzzle. In Políticas urbanas II : transformações, regulação e projecto. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. pp. 167-186.

RIBEIRO, Orlando - Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, Coimbra: Coimbra Editora, 1945. [Consult. 14-01-2020] Disponível em [www:<http://purl.pt/421/5>](http://www.purl.pt/421/5).

RECLUS, Elisée - The evolution of cities. Petersham, Jura Books, 1995.

ROSA, Júlio Patrício - Cidades da tecnologia do conhecimento: um pensamento crítico sobre o Taguspark e o 22@BCN [Em

linha]. Lisboa: ISCTE, 2013. Dissertação de mestrado. [Consult. 14-08-2020] Disponível em [www.<http://hdl.handle.net/10071/7957>](http://hdl.handle.net/10071/7957). SANTOS, Maria - El proyecto de Manuel da Maia y la reconstrucción de la Baixa de Lisboa en el siglo XVIII. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2012. Tese de Doutoramento.

SARMENTO, João - O evolucionismo cultural e o planeamento urbano e regional [em linha] in Geo- working Papers, NIGP-Universidade do Minho, Guimarães. 2004 [consulta a 09/01/2020]. disponível em WWW :< <https://www.researchgate.net/publication/272166131> >.

SEPÚLVEDA, Christovam Aires – Manuel da Maia e os engenheiros militares portugueses no terramoto 1755. Lisboa: Imprensa Nacional, 1910.

SILVA, A. V.. Dispersos. Vol 1. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1968

SILVA, Fernando – Barcarena Ancestral – Desenvolvimento histórico e etnográfico das raízes da freguesia de Barcarena Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1999

SILVANO, FILOMENA - Antropologia do espaço. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.

SGARD, Anne- “Le Paysage dans L’Action publique: Du patrimoine au bien commun”, Développement durable et territoires [EM LINHA], Vol. 1, nº 2 Setembro 2010 JOURNALS OPENEDITION [CONSULTA A 03/003/2020]. DISPONÍVEL EM WWW :< <https://journals.openedition.org/developpementdurable/8565>>.

SIZA, Álvaro - Des mots de rien du tout. Saint-Étienne: Université de Saint-Étienne. 2002.

SOARES. João - Measuring with our memory, thinking with our feet: Patrick Geddes and Richard Serra, Two worldviews with waling in the centre. In Flaneur new urban narratives. Lisboa: Procur.arte. 2017.

Teixeira, T. & Sampaio, M. (2018). Lisboa e a sua área metropolitana: infraestruturas de conexão. In 7ª Conferência Anual da Rede Portuguesa de Morfologia Urbana, PNUM 2018. Porto

TZARA, Tristan - Excursions & visites DADA, 1ère visite: Église Saint Julien le Pauvre 1921 [CONSULTA A 03/06/2020]. DISPONÍVEL EM WWW:< <https://www.moma.org/collection/works/184056>>

Elementos caracterizadores de Unidade Curricular*

Docente responsável:	José Luís Saldanha
-----------------------------	--------------------

FICHA DE UNIDADE CURRICULAR

Nome (pt):	Projeto Final de Arquitetura
Name (en):	
Créditos ECTS:	45
Departamento:	Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Escola:	Escola de Tecnologias e Arquitetura
Curso em que é obrigatória:	Mestrado Integrado em Arquitetura
Curso em que é optativa:	
Optativa livre:	
Área científica:	Tecnologias da Arquitetura
Nível (1.º, 2.º ou 3.º ciclo):	2º
Língua(s) de ensino:	Português
Tipo:	

Horas de Contato:

Teóricas (T): 36
Teóricas-Práticas (TP):
Laboratório (PL): 144
Seminário (S): 24
Trabalho de Campo (TC):
Estágio (E):
Orientação Tutorial (OT): 2
Outras (O):

Horas de Trabalho Total (Horas de Contacto + Trabalho Autónomo): 206 + 883 = 1089

No FENIX os campos acima são editáveis exclusivamente pela Gestão Curricular

Pt	En
Pré-requisitos (1000 caracteres):	Pre-requisites:
Projeto de Arquitetura II	Projeto de Arquitetura II

Objetivos Gerais (1000 caracteres):	Objectives:
<p>A UC Projeto Final de Arquitetura (PFA) é um espaço de experimentação e investigação que congrega docentes e alunos em 3 momentos pedagógicos:</p> <p>i. Trabalho anual de Investigação</p> <p>Realizado em turmas tuteladas por um máximo de três docentes, aos quais cabem funções de orientação dos estudantes, correspondendo a temas, metodologias e objetivos específicos, que inicialmente enquadrarão um Trabalho de Projeto (TP) a desenvolver por cada grupo, e posteriormente por cada aluno.</p> <p>O trabalho adotará metodologias diversas, podendo articular o projeto com outras componentes de investigação, conforme os programas específicos de cada turma. Cada estudante terá um a dois orientadores, entre os quais se poderá contar, em casos justificados apresentados pelos estudantes, um orientador externo ao grupo docente atribuído a cada turma. A extensão máxima do corpo de texto é esclarecida em "observações".</p> <p>ii. Workshop de Projeto</p> <p>Reunião de todas as turmas-grupos, e de todo o grupo docente, num workshop semanal de projeto, de carga horária intensiva, podendo contar com convidados externos. O trabalho, desenvolvido em 24 horas seminariais e 12 horas de trabalho autónomo, perspetiva o alcance de respostas rápidas, intensas, no domínio do projeto e da sua representação e comunicação.</p> <p>iii. Júri final</p> <p>Apresentação e comunicação e defesa de todo o trabalho perante um júri final.</p>	<p>The Final Architecture Project (PFA) constitutes a space of experimentation and investigation that brings together teachers and students, organizing itself in three pedagogical moments:</p> <p>i. Annual Research Work</p> <p>Carried-out inside classes, lectured by a maximum of three teachers, corresponding to specific themes, methodologies and objectives, which will frame a Project Work (TP) to be developed by each group and by each student.</p> <p>This work will follow diverse methodologies, articulating the project with other research components, according to the specific programs of each work group. Each student will have one to two supervisors, one of which may be external to the teacher group in each class, in cases duly justified by students. The maximum size of text is clarified in "observations".</p> <p>ii. Project Workshop</p> <p>Gathering of all work groups and the whole teaching group in a week design workshop, with an intensive workload with guests from outside the academy. The project, developed along 24 hours of seminar work and 12 hours of autonomous work, aims at fast, intense responses in the field of design and its representation and communication.</p> <p>iii. Final jury</p> <p>Presentation and communication of all work before a final jury.</p>
<p>Objetivos de Aprendizagem (1000 caracteres):</p> <p>OA1: Aproximação crítica à complexidade do real e às potencialidades da Arquitetura e do Projeto como ferramentas de transformação crítica e poética do espaço edificado.</p> <p>OA2: Reflexão e consolidação do que são as práticas arquitetónicas, incluindo a investigação.</p> <p>OA3: Interligar valores e objetivos da investigação, com as práticas do projeto alargando as possibilidades críticas e instrumentais do projeto.</p> <p>OA4: Adquirir autonomia de pensamento crítico, que identifique, contextualize e operacionalize os recursos da Arquitetura na discussão dos problemas da organização e qualificação do território e da sociedade.</p> <p>OA5: Capacidade para integrar conhecimentos, lidar com questões complexas, desenvolvendo cenários no domínio disciplinar, que emitam juízos e reflexões sobre as implicações e responsabilidades éticas e sociais que resultem dessas soluções e desses juízos ou os condicionem;</p> <p>OA6: Capacidade de comunicar as suas conclusões, e os conhecimentos e raciocínios a elas subjacentes, quer a</p>	<p>Learning outcomes:</p> <p>LO1: Critical approach to the complexity of the real and the potential of Architecture and Design as tools of critical and poetic transformation of the built space.</p> <p>LO2: Reflection and consolidation of what architectural practices are, including research.</p> <p>LO3: To connect research values and objectives with project practices by broadening the project's critical and instrumental possibilities.</p> <p>LO4: Acquire autonomy of critical thinking, which identifies, contextualize and operationalize the resources of Architecture in the discussion of the problems of organization and qualification of the territory and of society.</p> <p>LO5: Ability to integrate knowledge, deal with complex issues, developing scenarios in the disciplinary field, to issue judgments and reflections on the ethical and social implications and responsibilities that result from these solutions or from these judgments or condition them;</p> <p>LO6: Be able to communicate their findings, and the knowledge and reasoning underlying them, to both Architecture and non-specialists in an effective way;</p>

<p>especialistas em Arquitetura, quer a não especialistas.</p>	
<p>Programa (1000 caracteres):</p> <p>O programa da UC divide-se em três momentos:</p> <p>i. Trabalho de anual de Investigação Enquadrado num grupo/turma de trabalho, articulando componente de projeto e componente teórica:</p> <p>CP1: Exercícios e temas de trabalho de cada grupo-turma, de acordo com enunciados correspondentes.</p> <p>CP2: O trabalho será organizado em redor de uma problemática lançada por cada turma, articulando componentes práticas e teóricas.</p> <p>CP3: O trabalho implicará o conhecimento e a interpretação crítica de uma dada problemática, a proposição de uma metodologia de investigação, o seu enquadramento filosófico, teórico e metodológico, a elaboração de uma estratégia de ação e a sua produção.</p> <p>ii. Workshop de Projeto</p> <p>Reunindo todos os grupos-turmas de trabalho, resultando num seminário intenso de projeto, com a duração de uma semana.</p> <p>CP4: Desenvolvimento de um projeto de arquitetura, respondendo a uma problemática claramente circunscrita, colocada por um convidado externo.</p> <p>iii. Júri Final</p> <p>CP5: Os trabalhos obedecerão a um formato de comunicação e apresentação, enquadrado por normativo específico.</p>	<p>Syllabus:</p> <p>The program is divided into three phases:</p> <p>i. Annual Research Work Within a working group, articulating a project component and a theoretical component:</p> <p>CP1: Exercises and work themes in each group-class, according to their work-sheets.</p> <p>CP2: The work will be organized around a problematic launched by each class, articulating practical and theoretical components.</p> <p>CP3: The work will involve the knowledge and the critical interpretation of a given problem, the proposition of a research methodology, its philosophical, theoretical and methodological framework, the elaboration of a strategy of action and its production.</p> <p>ii. Project Workshop</p> <p>Bringing together all working groups, resulting in an intensive one-week project seminar.</p> <p>CP4: Brisk development of an architecture project, responding to a clearly circumscribed problem posed by a guest outside the academy.</p> <p>iii. Final jury CP5: All the works will follow a format of communication and presentation, framed by specific regulations.</p>
<p>Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da UC: (1000 caracteres):</p> <p>A UC de PFA corresponde ao momento de conclusão de Mestrado Integrado, pelo que os alunos são convidados a explorar todas competências e conhecimentos adquiridos ao longo do ciclo de estudos.</p> <p>Solicita-se também aos alunos a experimentação pedagógica da construção de uma posição crítica e de autonomia, perante a UC e perante a própria disciplina, suas metodologias, práticas e relações com a realidade.</p> <p>O aluno terá a oportunidade de integrar grupos que problematizam o real, recorrendo ao projeto de arquitetura e, a abordagens e metodologias de investigação que desenvolvam conhecimento que possa ser utilizado em arquitetura.</p> <p>Neste contexto, os conteúdos programáticos procuram estabelecer sinergias entre o desenvolvimento de um projeto de arquitetura e a formulação teórica, entendida em sentido lato, articulando, de forma dinâmica, programa e objetivos de aprendizagem:</p> <p>CP1: OA1, OA2, OA3, OA4, OA5, OA6 CP2: OA1, OA2, OA3, OA4, OA5, OA6</p>	<p>Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:</p> <p>PFA is the moment of completion of Integrated Master's Degree, so the students are invited to explore all the skills and knowledge acquired throughout the study cycle.</p> <p>The students are also asked to experiment with the pedagogy of building a critical position and autonomy, before the UC and before the discipline itself, its methodologies, practices and relations with reality.</p> <p>The student will have the opportunity to integrate groups that problematize the real, resorting to the architectural project and to approaches and research methodologies that develop knowledge that can be used in architecture.</p> <p>In this context, the program contents seek to establish synergies between the development of an architecture project and the theoretical formulation, understood in a broad sense, dynamically articulating the program and learning objectives:</p> <p>CP1: LO1, LO2, LO3, LO4, LO5, LO6 CP2: LO1, LO2, LO3, LO4, LO5, LO6 CP3: LO1, LO2, LO3, LO4, LO5, LO6</p>

CP3: OA1, OA2, OA3, OA4, OA5, OA6	
<p>Processo de avaliação (500 caracteres):</p> <p>A avaliação de PFA será feita numa Prova Final (PF) com Júri. O acesso à PF resulta de três tipos de apreciação:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Contínua (40%), implicando participação activa, e presença em aulas igual ou superior a 70%. 2) Periódica (50%), associada ao desenvolvimento do trabalho e a entregas em etapas. 3) Workshop (10%), associado à frequência e aproveitamento deste momento pedagógico intermédio. <p>A classificação de acesso à PF terá que ser superior a 10 valores em 20 e representará 30% da nota final da UC, enquanto a PF produzirá os restantes 70%.</p> <p>As datas dos momentos de avaliação contínua e periódica são dadas nos programas de cada turma. As datas da PF são reguladas por calendário do MIA.</p>	<p>Assessment:</p> <p>Evaluation shall be carried-out in a Final Exam (PF) before a Jury. Access to PF results from three types of assessment:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Continuous (40%), involving active participation, and an attendance in class of 70%, or higher. 2) Periodic (50%), relating to the development of work and to deliveries in stages. 3) Workshop (10%), associated to the attendance and results at this intermediate pedagogical moment. <p>Grading for access to PF must be higher than 10 points out of 20, accounting for 30% of the final classification in the CU, with the remaining 70% shall be awarded at the PF.</p> <p>Dates for continuous and periodic evaluation moments are given in the programs of each class. Dates for the PF are regulated by MIA's schedule.</p>
<p>Processo de ensino-aprendizagem (500 caracteres):</p> <p>A UC organiza-se em dois momentos pedagógicos complementares:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. Trabalho de anual de Investigação <p>Organizado em 5 turmas (6h PL, 1h30 T).</p> <p>Laboratoriais: desenvolvimento e consolidação da prática do projeto e da investigação, com acompanhamento da equipa docente.</p> <p>A distribuição de carga horária e de aulas de PL e T poderão ser acertadas em cada turma, em função dos recursos disponíveis.</p> <ol style="list-style-type: none"> ii. Workshop de Projeto <p>Será realizado no começo do 2º semestre, duração de uma semana (24h S + 12h trabalho autónomo).</p>	<p>Teaching methodology:</p> <p>There curricular unit is arranged in two complementary pedagogical moments:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. Annual Research Work <p>Organized in five classes (6h PL, 1h30 T).</p> <p>Lab classes: development and consolidation of project and research, along with the teaching team.</p> <p>Partition of PL and T hours may be tuned according to each class, according to available resources.</p> <ol style="list-style-type: none"> ii. Project Workshop <p>To be held at the beginning of the 2nd Semestre, with the duration of a week (24h S + 12h of autonomous work).</p>
<p>Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objectivos de aprendizagem da UC: (3000 caracteres):</p> <p>A UC organiza-se em dois momentos pedagógicos complementares:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. Trabalho anual de Investigação <p>As questões metodológicas associadas à resolução dos problemas colocados, serão aferidas e acompanhadas no âmbito das aulas presenciais de prática laboratorial, aulas teóricas e seminários. Estas aulas serão ministradas por um ou mais docentes, em cada grupo de trabalho, convocando aproximações complementares, eventualmente multidisciplinares, aos problemas do espaço edificado.</p> <p>A coerência entre os objetivos de aprendizagem e as metodologias de ensino implica:</p>	<p>Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:</p> <p>PFA organizes itself in two complementary pedagogical moments:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. Annual Research Work <p>The methodological questions associated with solving the problems will be checked and monitored in the face of laboratory practice sessions, lectures and seminars. These classes will be taught by one or more teachers in each working group, calling for complementary, possibly multidisciplinary, approaches to the problems of built space.</p> <p>The coherence between learning objectives and teaching methodologies implies:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Circumscribe the identified architectural problem -

<p>1. Circunscrever a problemática arquitetônica identificada – proposta em cada grupo de trabalho;</p> <p>2. Escolher, em grupo e individualmente, o modo de abordagem à problemática identificada - proposta;</p> <p>3. Enquadrar teoricamente e metodologicamente a estratégia de abordagem, de grupo de individual, a esta problemática arquitetônica proposta em cada grupo de trabalho;</p> <p>4. Investigar as circunstâncias da problemática, investigando, inventariando e sistematizando informação, articulando esta e o seu tratamento com os objetivos e as metodologias identificados e propostos;</p> <p>5. Propor esquemas interpretativos e propositivos sobre a problemática arquitetônica proposta, seja mediante processos de projeto e/ou processos de investigação histórica, teórica, tecnológica e instrumental, ou outros, que se revelem pertinentes para o processo de trabalho;</p> <p>6. Desenvolver um sistema de representação e comunicação dessa problemática, da sua organização, interpretação e transformação, segundo o processo de trabalho seguido.</p> <p>7. Apresentar o processo e seus resultados em prova final, perante um júri externo.</p> <p>O trabalho a desenvolver é simultaneamente de grupo e individual, sendo acompanhado em práticas laboratoriais (PL), aulas teóricas (T) e seminários (S). A docência é assegurada por um a três docentes, com valências científicas distintas e complementares, eventualmente permitindo ambientes multidisciplinares.</p> <p>ii. Workshop de Projeto</p> <p>1. Este momento pedagógico sintetiza as condições gerais do trabalho de fundo, requerendo uma resposta rápida e ágil, fundamentalmente no domínio da representação gráfica tradicional do projeto.</p> <p>2. Os temas e as problemáticas específicas serão lançados e enquadrados por convidados provenientes da prática, permitindo um momento de crítica implícita ao trabalho anual, quer quanto aos temas, quer quanto às metodologias e sua eficácia geral e disciplinar.</p> <p>3. A rapidez deste momento obriga um tempo de interpretação, produção e comunicação ágil e eficaz.</p> <p>O trabalho a desenvolver é simultaneamente de grupo e individual, sendo eminentemente uma prática laboratorial (PL). A docência é assegurada por múltiplos docentes, com valências científicas distintas e complementares, eventualmente permitindo ambientes multidisciplinares.</p>	<p>proposed in each working group;</p> <p>2. Choose, in a group and individually, the approach to the problem identified - proposed;</p> <p>3. To theoretically and methodologically frame the strategy of individual group approach to this proposed architectural problem in each working group;</p> <p>4. Investigate the circumstances of the problem, investigating, inventing and systematizing information, articulating this and its treatment with the objectives and methodologies identified and proposed;</p> <p>5. Propose interpretative and propositional schemas on the proposed architectural problem, whether through project processes and / or processes of historical, theoretical, technological and instrumental research, or others, that are relevant to the work process;</p> <p>6. Develop a system of representation and communication of this problem, its organization, interpretation and transformation, according to the work process followed.</p> <p>7. Present the process and its results in final, before an external jury.</p> <p>The work to be developed is both group and individual, being followed in laboratory practices (PL), theory classes (T) and seminars (S). Teaching is provided by one to three lecturers, with different and complementary scientific values, possibly allowing multidisciplinary environments.</p> <p>ii. Project Workshop</p> <p>1. This pedagogical moment synthesizes the general conditions of the background work, requiring a quick and agile response, fundamentally in the field of traditional graphic representation of the project.</p> <p>2. The themes and specific problems will be launched and framed by guests from the practice, allowing a moment of implicit criticism of the annual work, both in terms of topics, as well as methodologies and their general and disciplinary effectiveness.</p> <p>3. The speed of this moment requires a time of interpretation, production and communication agile and effective.</p> <p>The work to be developed is both group and individual, being eminently a laboratory practice (PL). The teaching is assured by multiple teachers, with different scientific values and complementary, eventually allowing multidisciplinary environments.</p>
<p>Observações:</p> <p>O acesso à PF requer a indicação do Orientador (no sistema fénix) que o trabalho reúne as condições necessárias para ser apresentado e discutido em prova pública.</p>	<p>Observations:</p> <p>Access to the PF requires the indication of the Advisor (in the phoenix system) that the work meets the necessary conditions to be presented and discussed in public evidence.</p>

<p>O processo de avaliação é ainda regulamentado por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Regulamento nº 645/2018 do ISCTE (“Normas Regulamentares dos Mestrados do ISCTE –IUL” publicadas na 2ª Série – nº197 - do Diário da República, de 12 de outubro de 2018). - “Normas de apresentação e de harmonização gráfica para dissertação ou trabalho de projecto de mestrado ou tese de doutoramento”, na qual se coloca em evidência o número máximo de 50 páginas de texto para trabalhos de projecto de mestrado. À imagem da prática de anos anteriores em PFA, recomenda-se que os textos não superem as 10.000 palavras. - Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos e Competências do ISCTE-IUL (regulamento 499/2018 publicado na 2ª Série – nº148 - do Diário da República, de 2 de agosto de 2018). - Regulamento Específico de Avaliação de Conhecimentos e Competências da ISTA. <p>A classificação deverá cumprir o artigo 24º do DL 65/2018.</p> <p>Siglas: PL-Prática Laboratorial PF - Prova Final PFA - Projeto Final de Arquitetura RGACC do ISCTE-IUL - Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos e Competências do ISCTE-IUL. REACC da ISTA - Regulamento Específico de Avaliação de Conhecimentos e Competências da ISTA.</p> <p>A calendarização desta UC é definida por normativo específico.</p>	<p>The evaluation process is further regulated by:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Regulation 645/2018 (“ISCTE-IUL Master Regulation Norms” published on 12 October 2018 in Diário da República’ 2nd Series – nr 197). - “Presentation and graphic harmonization norms for masters dissertation or project work or doctoral thesis”, in which the maximum number of 50 text pages concerning masters’ project work must be enhanced. Along the practice in PFA on previous years, it is recommended that text does not exceed 10.000 words. - ISCTE-IUL General Regulations for the Evaluation of Knowledge and Competences (Regulation 499/2018 published on 2 August 2018 in the 2nd Series – nr148 - of Diário da República.). - ISTA’s the Specific Regulation for the Evaluation of Knowledge and Competences and ISCTE’s <p>The classification must comply with article 24 of DL 65/2018.</p> <p>Acronyms: PL - Laboratory Practice PF - Final Exam PFA - Final Architecture Project RGACC of ISCTE-IUL - General Regulation of Evaluation of Knowledge and Competences of ISCTE-IUL. ISAC REACC - Specific Regulation for the Evaluation of Knowledge and Competencies of ISTA.</p> <p>The schedule of this CU is defined by specific regulations.</p>
--	---

Bibliografia:**Básica** (1000 caracteres)

- _ Argyris, Chris; Schon, Donald A (1974) Theory in Practice Increasing Professional Effectiveness, São Francisco, Jossey-Bass inc. Publishers
- _ Fraser, Murray (ed) (2013) Design Research in Architecture. An Overview. Ashgate
- _ Groat, Linda N; Wang, David (2013) Architectural Research Methods. Wiley
- _ Lawson, Bryan (2006) How Designers Think. The design process demystified. (fourth edition) Architectural Press.
- _ Schon, Donald A (1984) The reflective practioner. How Professionals Think in Practice. Basic Books Inc
- _ ArisS, Carlos Martí, (2005). La cimbra y el arco, Espanha: Fund. Caja Arquitectos
- _ Aymonino, Carlo (1984). O significado das cidades. Vila da Feira: Presença
- _ Bacon, Edmund (1967). Design of cities, London: Thames & Hudson.
- _ Gregotti, Vittorio (1972). Território da arquitetura. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva
- _ Kostof, Spiro (1999). The city assembled. London: Thames & Hudson.
- _ Norberg-Schulz, C. (1979). Intenciones en arquitectura. Barcelona: Gustavo Gili

Complementar (máx. 50 títulos)

A indicar pelos professores de cada turma.

Indicar para cada tipo de metodologia adoptada o número de horas totais. Ex. T – 15; PL – 30. (T - Ensino teórico; TP - Ensino teórico-prático; PL - Ensino prático e laboratorial; TC - Trabalho de campo; S – Seminário; E – Estágio; OT - Orientação tutorial; O - Outra)

PROJETO FINAL DE ARQUITECTURA**Dados gerais:**

Unidade: PFA	Tipo: Anual	Segundo ciclo
Obrigatória: 45 créditos	Docência: Primeiro e Segundo semestre	

Professor/a responsável:**Teixeira de Sampayo, Mafalda****Professores:**André, Paula
Genin, Soraya**Departamento:**

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Requisitos:

Ter realizado a unidade curricular de Projecto de Arquitectura II

Horário: segunda quartas e sextas **9:30h-12:30 laboratoriais e teóricas****DESAFIO****ESPAÇO NATURAL, INFRAESTRUTURAS E ESPAÇO PÚBLICO
O CASO DO TAGUSPARK/FÁBRICA DA PÓLVORA**

O crescimento acelerado da área metropolitana de Lisboa deu lugar a uma variedade espacial, funcional e social muito grande. Este crescimento e o desenvolvimento das novas infraestruturas tem implicações nas periferias, nomeadamente, com a fragmentação do espaço. Assim a unidade curricular de Projecto Final de Arquitectura (PFA) procura, através duma estratégia de (re)qualificação urbana, evidenciar a importância das infraestruturas na estruturação dos núcleos urbanos metropolitanos.

O território de intervenção pertence ao concelho de Oeiras e corresponde à área definida no Plano Integrado do Parque de Ciência e Tecnologia (Taguspark) (1995) que abrange este parque e a Fábrica da Pólvora. Pretendemos que o aluno seja capaz de planejar uma estratégia de regeneração urbana e arquitectónica deste território através da leitura crítica do mesmo. Este é um território com uma situação geográfica complexa e contraditória, por um lado está afastado de Lisboa e na periferia do concelho de Oeiras, mas por outro lado ocupa uma posição central se o relacionarmos no contexto envolvente - Cascais, Sintra e Amadora.

A execução de PFA neste grupo de trabalho (Atelier) deve basear-se num exercício teórico e prático que engloba um profundo conhecimento do território em análise. As propostas serão implementadas à escala do plano de pormenor, na qual o desenho urbano deve ser articulado com a arquitectura. Procuraremos diversas metodologias de análise do espaço urbano. O conhecimento e interpretação do tema e do território de intervenção podem seguir especificidades apontadas pelos alunos, todavia numa primeira abordagem a área de intervenção deve ser investigada relativamente aos princípios fundamentais de composição urbana e aos componentes da forma urbana do território em estudo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO ATELIER:

No final desta UC o aluno deve ser capaz de:

- i) Refletir criticamente sobre o lugar e sobre as necessidades da sociedade atual, caracterizando e projectando a área de estudo como parte do todo (do concelho).
- ii) Propor e desenvolver uma estratégia geral e os programas de regeneração urbana e arquitectónica do território.
- iii) Propor estratégias de requalificação dos espaços públicos e de reestruturação funcional. O desenho da cidade consolidada implica pensar nos conceitos de cada um desses espaços, desenhando uma rede fluida, mas também pensar na necessidade de espaços de permanência (praças, largos), bem hierarquizados na estrutura urbana.

SÍTIO E PROGRAMA:

O programa deste Atelier procura aproximar-se tanto quanto possível de um assunto urgente e actual que a Câmara Municipal de Oeiras e a administração do Taguspark procuram solucionar. Assim este exercício resulta de um diálogo estabelecido com esta câmara e todo o processo de trabalho de PFA irá ser acompanhado por especialistas do município.

Considerando a possibilidade da expansão das redes de transporte que ligam a cidade de Lisboa ao Concelho de Oeiras (Metro, Comboio e Autocarros), e tendo em conta a extensão das redes de transporte deste Concelho (Comboio, Autocarros e SATUOEIRAS - Sistema Automático de Transporte Urbano de Oeiras), o território de estudo e intervenção do PFA recairá sobre a área de implantação definida no **Plano Integrado do Parque de Ciência e Tecnologia**.

Face à reativação do SATUOEIRAS e a uma possível extensão deste meio de transporte para Norte do Concelho os alunos devem procurar investigar numa macro análise a necessidade desta extensão e o percurso mais adequado para a sua realização, tendo em conta a morfologia do território e as preexistências.

Ponderada a extensão das redes de transporte quer entre concelho, quer a nível local (Oeiras) e interpretadas as consequências desse exercício de macro-escala no território do Plano Integrado do Parque de Ciência e Tecnologia poderemos pensar nas melhorias no espaço público do Taguspark e da Fábrica da Pólvora. Concomitantemente com os projectos de espaço público naqueles dois territórios deve ser pensada a articulação urbana entre os mesmos. A qualidade de vida destes territórios depende das conexões entre eles e naturalmente também das conexões com os restantes territórios dos concelhos vizinhos. Os novos espaços públicos a serem desenhados poderão servir para conectar o Taguspark e a Fábrica da Pólvora e para estruturar estes mesmos núcleos. Estas estruturas de conexão estruturam, mas também podem ajudar a homogeneizar o território urbano.

A Fábrica da Pólvora foi alvo de uma intervenção em 1995 que abrangeu a Fábrica da Pólvora de Baixo e a edificação da universidade Atlântica. As atuais necessidades prendem-se com a reabilitação da Fábrica da Pólvora de Cima no que diz respeito ao edificado existente e em ruína e à estruturação de um programa funcional para o mesmo.

HIPÓTESES DE PROJECTOS:

- i) A **extensão da linha do SATUOEIRAS**, o desenho de uma nova estação a Norte do concelho e a relação desta estação com o espaço público envolvente (Macroescala);
- ii) O **desenho de corredores verdes** agregadores das várias partes do território – com ligação ao EVA - Eixo Verde e Azul: (Macroescala);
- iii) O potenciar a relação entre escalas, entre redes e entre tecidos de natureza diversa, articulando **o Taguspark e a Fábrica da Pólvora** através de desenho de percursos e atalhos urbanos que resolvam dificuldades de circulação e facilitem acessos; estabelecer a ligação entre a Av. Casal de Cabanas e a Fábrica da Pólvora; rever as infraestruturas rodoviárias – a carreira de autocarros não para na estação de Barcarena (Macroescala).
- iv) O **potenciar a triangulação entre Taguspark, Fábrica da Pólvora e Porto Salvo** que poderá ser realizado através da estruturação da rede viária, mas também da criação de núcleos habitacionais; Este projecto poderá fomentar a enraização de habitantes; rever a ligação da fábrica com o bairro habitacional de Tercena (Macroescala).
- v) A definição de propostas para **resolução dos estacionamento** no Taguspark regenerando e reabilitando os existentes; os actuais estacionamento no Taguspark colaboram na indefinição dos espaços públicos e não usam elementos arbóreos;
- vi) O **desenho de uma praça central no Taguspark** pois o actual núcleo central não tem poder agregador; repensar a vegetação deste território, nomeadamente nos principais espaços públicos; desenho de um hotel que permita fechar o espaço actual de praça.
- vii) A valorização do património da **Fábrica da Pólvora** através da sua **reabilitação** no que concerne ao edificado, mas também às funções; redesenhar o bairro operário (ver projecto dos Arq.tos D. Cabral de Melo e M. Godinho de Almeida e projecto dos Arq. tos J. de Almeida e L. Torgal); reabilitar o edifício da memória; desenhar uma residência de estudantes nos edifícios da Fábrica de cima.
- viii) A **articulação das duas partes da Fábrica da Pólvora** através de percursos pedonais que valorizem a presença da Ribeira de Barcarena;
- ix) A **melhoria dos acessos à Fábrica da Pólvora**. Estudar a possibilidade de converter parte da Estrada do Cacém que contorna a fábrica em espaço público desta.

METODOLOGIA E FAZEMENTO:

A unidade curricular de PFA é uma disciplina de vocação prática e teórica onde se pretende realizar um exercício que aborde as diferentes escalas do projecto. A metodologia proposta nesta UC estimulará a criação de capacidades de investigação, onde é desenvolvida a análise e a crítica de projecto de arquitectura quer nas aulas, quer nos seminários e aulas teóricas de PFA.

O exercício desenvolver-se-á em três fases (blocos), a que corresponderão entregas formais de trabalho, individual ou de grupo. Serão preparadas sessões de crítica comparada entre as propostas apresentadas pelos alunos. A área em estudo será subdividida em três sectores trabalhados pelos diferentes grupos, procurando-se que respondam a uma estratégia global discutida e acordada pela turma.

BLOCO 1 – RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO

Trabalho em equipa (16 Setembro – 25 Outubro)

O exercício a realizar em PFA deverá inicialmente ser elaborado através de uma pesquisa e análise de grupo. A turma deve ser constituída por 3 grupos de trabalho com o máximo de quatro alunos em cada grupo, tendo como propósito uma interação em equipa. Um dos grupos de trabalho fará a análise da Fábrica da Pólvora, outro a análise do Taguspark e o outro grupo uma macro análise focada na área definida no Plano Integrado do Parque de Ciência e Tecnologia (Taguspark) que abrange este parque e a Fábrica da Pólvora. Estes 3 grupos de trabalho devem investigar os seguintes temas na análise do território:

- i) caracterização biofísica da área de intervenção;
- ii) evolução histórica da área em estudo;
- iii) caracterização da mobilidade;
- iv) caracterização da estrutura edificada e dos espaços públicos;
- v) planos urbanísticos, condicionantes, projectos mais relevantes para a área de intervenção.

Com as análises acima indicadas proceder-se-á à identificação da estrutura e diagnóstico da área de intervenção e ao reconhecimento das suas especificidades. Esta informação será necessária e útil para a elaboração de uma estratégia global que visa a requalificação dum sistema urbano, quer sob o ponto de vista morfológico quer funcional.

Os grupos de trabalho deveram elaborar as seguintes peças escritas relativas às preexistências:

- i) Plantas de enquadramento à escala 1.5000 e ou 1.2000
- ii) Planta da estrutura urbana à escala 1.1000
- iii) Cortes significativos às escalas 1.2000 e 1.500
- iv) Esquemas gráficos/esquissos relativos às análises
- v) Texto descritivo relativo à análise do território

Formato da Entrega - Caderno A3 e Político no formato A1. Todos os elementos em ficheiros de formato DWG, PNG e PDF.

BLOCO 2 – PLANO DE PORMENOR/Plano Estratégico (Macroescala)

Trabalho em equipa (16 Setembro – 22 Novembro)

Os 3 grupos de trabalho procuraram elaborar a melhor solução possível num Plano de Pormenor único para a zona total de intervenção que se enquadre numa estratégia de macroescala.

Este grande grupo de trabalho irá elaborar um projecto de reestruturação dos dois espaços urbanos consolidados, pertencente à área em estudo (Taguspark e a Fábrica da Pólvora) incluindo a melhoria de acessos entre estes dois núcleos urbanos com vista à procura de soluções para a regeneração do território.

O grupo de trabalho deverá elaborar as seguintes peças escritas para a proposta:

- i) Plantas de enquadramento à escala 1.5000 e ou 1.2000
- ii) Planta da estrutura urbana à escala 1.1000
- iii) Cortes significativos às escalas 1.2000 e 1.500
- iv) Maqueta à escala 1.1000
- v) Esquemas gráficos/esquissos que explicitem a proposta e a sua integração na área envolvente
- vi) Memória descritiva

Estas peças gráficas e escritas podem ser continuadas da análise dos grupos iniciais (trabalho realizado no Bloco 1) - por ex: o grupo que trabalhou a Fábrica da Pólvora usa os seus levantamentos.

Formato da Entrega - Caderno A3 e Político no formato A1. Todos os elementos em ficheiros de formato DWG, PNG e PDF.

BLOCO 3 – RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO

Trabalho individual (16 Setembro – 20 de Dezembro com entregas parciais)

Concomitantemente com o trabalho de grupo, solicita-se o trabalho individual que deve respeitar o plano estratégico apresentado pelo grupo. O trabalho individual de PFA obriga a recuos e avanços nas diferentes escalas do projecto urbano e a uma revisão do plano estratégico (trabalho de grupo).

Os programas a desenvolver a nível de projecto por cada aluno serão variados e devem ser especificados e desenvolvidos individualmente.

Cada aluno deve realizar um projeto que contribua para a construção de um espaço público estruturante da área de intervenção. Admite-se programas multifuncionais que colaborem no programa e implantação definida no Plano de Pormenor.

O resultado final deve corresponder a um problema concreto que resolva um programa de regeneração urbana e arquitectónica do território em análise. O projecto final deve ser definido na sua materialidade e construção até à fase de projecto de Execução.

O aluno deverá elaborar as seguintes peças escritas e gráficas para a proposta:

- i) **Ensaio escrito sobre o tema de investigação** – até 3000 palavras (25 de Outubro)
- ii) Maquetas de estudo - Escala 1.500 e a outras escalas que se considerem convenientes (abrangendo área envolvente ao projecto) (16 Outubro - 22 Novembro)
- iii) Planta de localização no Plano de Pormenor - Escala 1.2000 (16 Outubro - 22 Novembro)
- iv) Planta de implantação - Escala 1.500 (16 Outubro - 22 Novembro)
- v) Plantas, cortes e alçados - Escala 1.200 (16 Outubro - 22 Novembro)
- vi) Maquetas de estudo - Escala 1.500 -1.200 (abrangendo área envolvente ao projecto) (22 Novembro - 20 Dezembro)
- vii) Planta de localização - Escala 1.2000 (22 Novembro - 20 Dezembro)
- viii) Planta de implantação - Escala 1.200 (22 Novembro - 20 Dezembro)
- ix) Plantas, cortes e alçados - Escala 1.100 (22 Novembro - 20 Dezembro)
- x) Detalhes construtivos à escala 1.20 e outras (2º semestre)
- xi) **Desenvolvimento do ensaio escrito sobre o tema de investigação** – até 5000 palavras (20 de Dezembro)

Formato da Entrega - Caderno A3 e Político no formato A1. Todos os elementos em ficheiros de formato DWG, PNG e PDF.

Avaliação:

A avaliação de PFA será feita numa Prova Final (PF) com Júri. O acesso à PF resulta de três tipos de apreciação:

- 1) Contínua (40%), implicando participação activa, e presença em aulas igual ou superior a 70%.
- 2) Periódica (50%), associada ao desenvolvimento do trabalho e a entregas em etapas.
- 3) Workshop (10%), associado à frequência e aproveitamento deste momento pedagógico intermédio.

A classificação de acesso à PF terá que ser superior a 10 valores em 20 e representará 30% da nota final da UC, enquanto a PF produzirá os restantes 70%.

As datas dos momentos de avaliação contínua e periódica são dadas nos programas de cada turma. As datas da PF são reguladas por calendário do MIA.

Avaliação/Observações:

O percurso do semestre será acompanhado por um caderno diário de formato A4 onde se registarão apontamentos, desenhos de observação e projecto e as fases do trabalho expressamente indicadas para além de outros apontamentos extracurriculares relevantes.

Para um acompanhamento mais personalizado na avaliação contínua serão realizadas entregas semanais individuais todas as segundas-feiras (13 entregas). Estas entregas individuais constam de cinco folhas síntese A4 com o resultado do trabalho semanal. Estes registos podem incluir: esboços, desenhos técnicos, fotografias de maquetas, levantamento de referências ou outros elementos que se considerem importantes na abordagem ao tema do projecto.

As avaliações intermédias serão acompanhadas de uma avaliação crítica (qualitativa e quantitativa) pelos alunos aos dos trabalhos dos colegas (Exercício de Peer Marking –

https://www.academia.edu/10796132/Peer_Assessment_in_Architecture_Education).

BIBLIOGRAFIA:

- BACON, Edmund N., **Design of cities**, London, Thames and Hudson, 1978
- BEAUJEU-GARNIER, J., **Geografia urbana**, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- BENEVOLO, Leonardo, **Diseño de la ciudad**, Barcelona, G. Gili, 1977.
- CASTEX, J. e J. C. Depaule, Ph. Panerai, **Formes urbaines: de l'îlot à la barre**, Paris, Dunod, 1965
- CORREIA, Paulo, Pedro George e Fernando Alves, **Guião para apresentação e transição dos planos de pormenor**, CESUR-UTL, Direcção Geral de Ordenamento do Território, 1996
- COSTA LOBO, Manuel, Paulo V. D. Correia e Sidónio Pardal, **Normas urbanísticas, Vol. I, II, III e IV**, Direcção Geral do Ordenamento do Território, 1991-2000.
- DOMINGUES, A. (2009), **A rua da estrada: O problema é faze-los parar!**, Porto, Dafne.
- DUANY, Andreas e Elizabeth Plater-Zyberk, **Towns and town-making principles**, New-York, Rizzoli, 1992
- FERRÃO, J., Rede urbana, instrumento de equidade, coesão e desenvolvimento? In **Colóquio "A política das cidades"**, pp. 21-48, 1997.
- GONÇALVES, J., PDM no século XXI. In **Cadernos curso de doutoramento em geografia FLUP**, 1, 10-29, 2011.
- KOSTOF, Spiro, **The city assembled: The elements of urban form through history**, London, Thames and Hudson, 1992.
- KOSTOF, Spiro, **The city shaped: urban patterns and meanings through history**, London, Thames and Hudson, 1991.
- KRIER, Rob, **Urban space**, London, Academy Editions, 1979.
- KRIER, Rob, **On architecture**, London, Academy Editions, 1982.
- MANGIN, David e Philippe Panerai, **Project urbain**, Marseille, Éditions Parenthèses, 1999.
- NORBERG-SCHULZ, Christian, **Genius loci – paysage ambiance architecture**,

Bruxelles, Pierre Mardaga Éditeur, 1981.

PANERAI, Philippe e Jean-Charles Depaule, Marcelle Demorgon, **Analyse urbaine**, Marseille, Editions Parenthèse, 1999

PEREIRA, Luz Valente, **A leitura da imagem de uma área urbana como preparação/acção da sua reabilitação**, Lisboa, Laboratório nacional de Engenharia Civil, 1996.

PORTAS, N.; Domingues, Á.; Cabral, J., **Políticas urbanas I – Tendências, estratégias e oportunidades**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

PORTAS, N.; Domingues, Á.; Cabral, J., **Políticas urbanas II – Transformações, regulação e projetos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

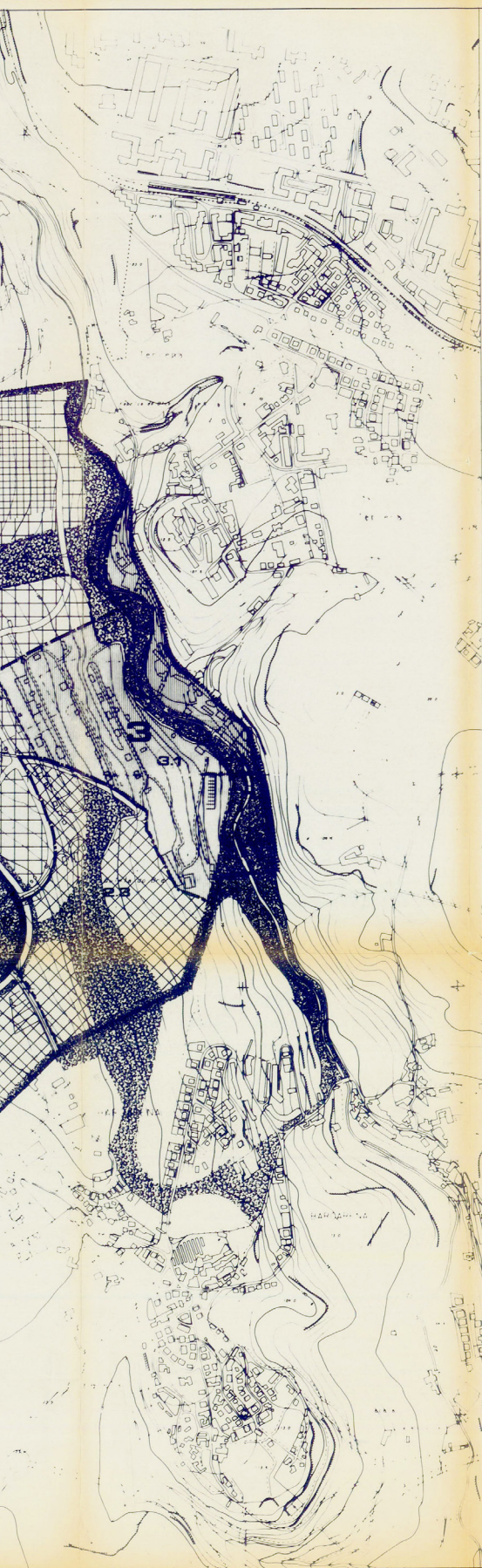
ROWE, Colin e Koester Fred, **Ciudad collage**, Barcelona, G. Gili, 1981.

SITE, Camillo, **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**, São Paulo, Ática, 1992

Nota- Consultar o Geoportal da CMOeiras

<http://geoportal.cm-oeiras.pt/>





..... LIMITE DA ÁREA PLANO

- GOLF
 - ZONAS VERDES DE PROTECÇÃO E ENQUADRAMENTO
 - ZONAS VERDES DE LAZER E RECREIO
 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA
 - HABITAÇÃO UNIFAMILIAR
 - HABITAÇÃO COLECTIVA
 - COMERCIO E SERVIÇOS
 - TURISMO - APARTHOTEL
 - INVESTIGAÇÃO ENSINO TECNOLOGIA
 - ESPACIO URBANO EXISTENTE
- E · ESCOLAR
T · TURISMO
D · DESPORTO
R · RESERVA

----- UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO:

- 1 - PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA 1ª fase
- 2 - PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2ª fase
- 3 - FÁBRICA DA PÓLVORA
- 4 - COMPLEXO CABANAS GOLF
- 5 - TALAÍDE · LEIÃO - 1ª fase
- 6 - TALAÍDE · LEIÃO EXPANSÃO URBANA
- 7 - LEIÃO · NÚCLEO PRIMITIVO

----- SUB-UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

PLANO INTEGRADO DA ÁREA DO PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÁREA DO PLANO 208,72 Ha
 ÍNDICE DE OCUPAÇÃO BRUTO GLOBAL MÁXIMO DA ÁREA DO PLANO ... 0,36
 PORCENTAGEM DE ESTRUTURA VERDE PRINCIPAL NA ÁREA DO PLANO ... 24%

1 - PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (1ª FASE) ÁREA TOTAL: 1.107.250 M2

U N I D E	USOS	ÁREA DO TERRENO m ²	ÍNDICE DE OCUPAÇÃO BRUTO GLOBAL MÁXIMO	ÍNDICE DE OCUPAÇÃO BRUTO ESPECÍFICO MÁXIMO	ÍNDICE DE IMPLANTAÇÃO ESPECÍFICO MÁXIMO	ÁREA MÍNIMA DOS LOTES m ²	AFAST. DA CONSTR. AOS LIMITES DOS LOTES	ALTURA MÁXIMA DA CONSTRUÇÃO
1	Ciência e Tecnologia	1.107.250	0,35	(1)	(2)	—	15-15-15	3P(3)

OBSEV.: (1) - Empresa: 0,30 - Investigação e Desenvolvimento: 0,35 - Núcleo Central: 0,36
 (2) - Empresa, Investigação e Desenvolvimento: 0,15 - Núcleo Central: 0,36 - Lote 10: 0,36
 (3) - Núcleo Central: 4 P

2 - PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (2ª e 3ª Fases) ÁREA TOTAL: 627.700 M2

U N I D E	USOS	ÁREA DO TERRENO m ²	ÍNDICE DE OCUPAÇÃO BRUTO GLOBAL MÁXIMO	ÍNDICE DE OCUPAÇÃO BRUTO ESPECÍFICO MÁXIMO	ÍNDICE DE IMPLANTAÇÃO ESPECÍFICO MÁXIMO	ÁREA MÍNIMA DOS LOTES m ²	AFAST. DA CONSTR. AOS LIMITES DOS LOTES	ALTURA MÁXIMA DA CONSTRUÇÃO
2.1	Ciência e Tecnologia	378.500	0,30	0,35	0,15	—	15-15-15	3P(1)
2.2	Zona Verde de Lazer e Recreio	59.250	—	—	—	—	—	2P
2.3	Ciência e Tecnologia	137.600	0,35	0,35	0,15	—	15-15-15	3P(1)
2.3	Tecnologia Zona Verde de Lazer e Recreio	62.600	0,23	—	—	—	—	3P(1)
		190.000						

OBSEV.: (1) - Edifícios Centrais de apoio geral: 4 P
 (2) - Edifícios Centrais de apoio geral: 4 P
 (3) - Edifícios Centrais de apoio geral: 4 P

3 - FÁBRICA DA PÓLVORA ÁREA TOTAL: 349.370 M2

U N I D E	USOS	ÁREA DO TERRENO m ²	ÍNDICE DE OCUPAÇÃO BRUTO GLOBAL MÁXIMO	ÍNDICE DE OCUPAÇÃO BRUTO ESPECÍFICO MÁXIMO	ÍNDICE DE IMPLANTAÇÃO ESPECÍFICO MÁXIMO	ÁREA MÍNIMA DOS LOTES m ²	AFAST. DA CONSTR. AOS LIMITES DOS LOTES	ALTURA MÁXIMA DA CONSTRUÇÃO
3.1	Investigação, Ensino, Cultura e Tecnologia	235.230	0,35	—	—	—	—	3P(1)
3.2	Habitado Unifamiliar Isolado em um Grupo	94.120	0,30	0,35	0,16	1.200	10-10-10	2P + Care no Sítio
		600				600	(2)	

OBSEV.: (1) - Edifícios Centrais de apoio geral: 4 P
 (2) - Edifícios Centrais de apoio geral: 4 P

4 - COMPLEXO CABANAS GOLF ÁREA TOTAL: 1.119.880 M2

U N I D E	USOS	ÁREA DO TERRENO m ²	ÍNDICE DE OCUPAÇÃO BRUTO GLOBAL MÁXIMO	ÍNDICE DE OCUPAÇÃO BRUTO ESPECÍFICO MÁXIMO	ÍNDICE DE IMPLANTAÇÃO ESPECÍFICO MÁXIMO	ÁREA MÍNIMA DOS LOTES m ²	AFAST. DA CONSTR. AOS LIMITES DOS LOTES	ALTURA MÁXIMA DA CONSTRUÇÃO
4.1	Equipamento Turístico, Restaurantes, Condições e serviços de apoio Golf	75.500	0,12	—	0,80	—	—	5P
4.2	Habitado Unifamiliar Isolado em um Grupo	448.500	—	—	—	—	—	—
		324.000						
4.2	Habitado Unifamiliar Isolado em um Grupo	275.150	0,30	0,35	0,16	1.200	10-10-10	2P + Care no Sítio
						600	(1)	
4.3	Habitado Colectivo comunitário	125.275	—	(3)	—	—	—	4P
		55.510		(3)				
4.3	Habitado Colectivo em um Grupo	28.380	0,40	0,35	0,16	1.200	10-10-10	2P + Care no Sítio
		111.365				600	(1)	
		220.750						

OBSEV.: (1) - Alojamento turístico: 12 m
 (2) - Alojamento turístico: 12 m
 (3) - Alojamento turístico: 12 m

5 - TALAÍDE · LEIÃO (1ª Fase) ÁREA TOTAL: 385.00 M2

U N I D E	USOS	ÁREA DO TERRENO m ²	ÍNDICE DE OCUPAÇÃO BRUTO GLOBAL MÁXIMO	ÍNDICE DE OCUPAÇÃO BRUTO ESPECÍFICO MÁXIMO	ÍNDICE DE IMPLANTAÇÃO ESPECÍFICO MÁXIMO	ÁREA MÍNIMA DOS LOTES m ²	AFAST. DA CONSTR. AOS LIMITES DOS LOTES	ALTURA MÁXIMA DA CONSTRUÇÃO
5.1	Condição e serviços em controlo habitado	89.750	—	—	3 m ² /m ²	0,10	2.500	(1)
		30.250						
		120.000						
5.2	Habitado Unifamiliar Isolado em um Grupo	53.950	0,30(2)	0,40	0,20	600	5-5-6	2P + Care no Sítio
		23.900				300	5-6	(3)
		77.950						
5.3	Condição e serviços	7.400	0,60(4)	0,40	0,20	600	5-5-6	2P + Care no Sítio
		4.750				300	5-6	(3)
		31.600						
		63.300						
5.4	Habitado Colectivo Equipamento Escolas	41.000	0,75(5)	—	0,30	—	—	3P + Escudo
		6.000						
		47.000						
5.5	Habitado Colectivo	38.500	0,75	—	0,30	—	—	3P + Escudo
5.6	Habitado Colectivo Zona Verde de Lazer e Recreio	21.200	0,50(6)	—	0,30	—	—	3P + Escudo
		11.550						
		5.500						
		38.250						

OBSEV.: (1) - Alojamento turístico de 15 m a via principal (Obrigatório de tratamento paisagístico em toda a largura da faixa de 15 m atrás referida, com índice de permeabilidade de 30% e 20 m de altura dos edifícios laterais não pode ser inferior a 20 m com um mínimo de 8 m nos dois lados. Alojamento turístico a partir de 10 m. Pargamento no se livre obrigatório. Material em material não impermeável.
 (2) - Índice de Ocupação Bruto Global calculado incluindo área destinada a equipamento escolar e Edifícios Escolas.
 (3) - Alojamento turístico: 12 m
 (4) - Índice de Ocupação Bruto Global calculado incluindo Equip. Urbano e Zona Verde Existente (31.600 m²)
 (5) - Índice de Ocupação Bruto Global calculado incluindo área destinada a Equipamento Escolar (6.000 m²)
 (6) - Índice de Ocupação Bruto Global calculado incluindo Equip. Urbano Existente (5.500 m²)
 NOTA: Os Índices de Ocupação Bruto Específicos são referidos em relação às áreas dos lotes.

	GABINETE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL		
	PLANO INTEGRADO DA ÁREA DO PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA		95 FEV
	PLANTA DE ZONAMENTO		1:5000
	UNIDADES E SUB-UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO		

PROJECTO: Cabanas Golfe – Fase A, Fase B e Fase C
 LOCAL: Barcarena /Oeiras
 FASE: PROJECTO DE LOTEAMENTO
 CLIENTE: PIMENTA & RENDEIRO – URBANIZAÇÕES E CONSTRUÇÕES S.A.

Fase A

Área Total do Terreno – 147.680,30 m²
 Área Total de Construção – 117.389,34 m²
 511 habitação colectiva + comércio + serviços



Fase B

Área Total do Terreno – 827.275,80 m²
 Área Total de Construção – 110.978,39 m²
 208 moradias unifamiliares + campo de golfe+turismo



Fase C

Área Total do Terreno – 137.060,80 m²
 Área Total de Construção – 45.349,27 m²
 281 habitação colectiva + 12 moradias unifamiliares



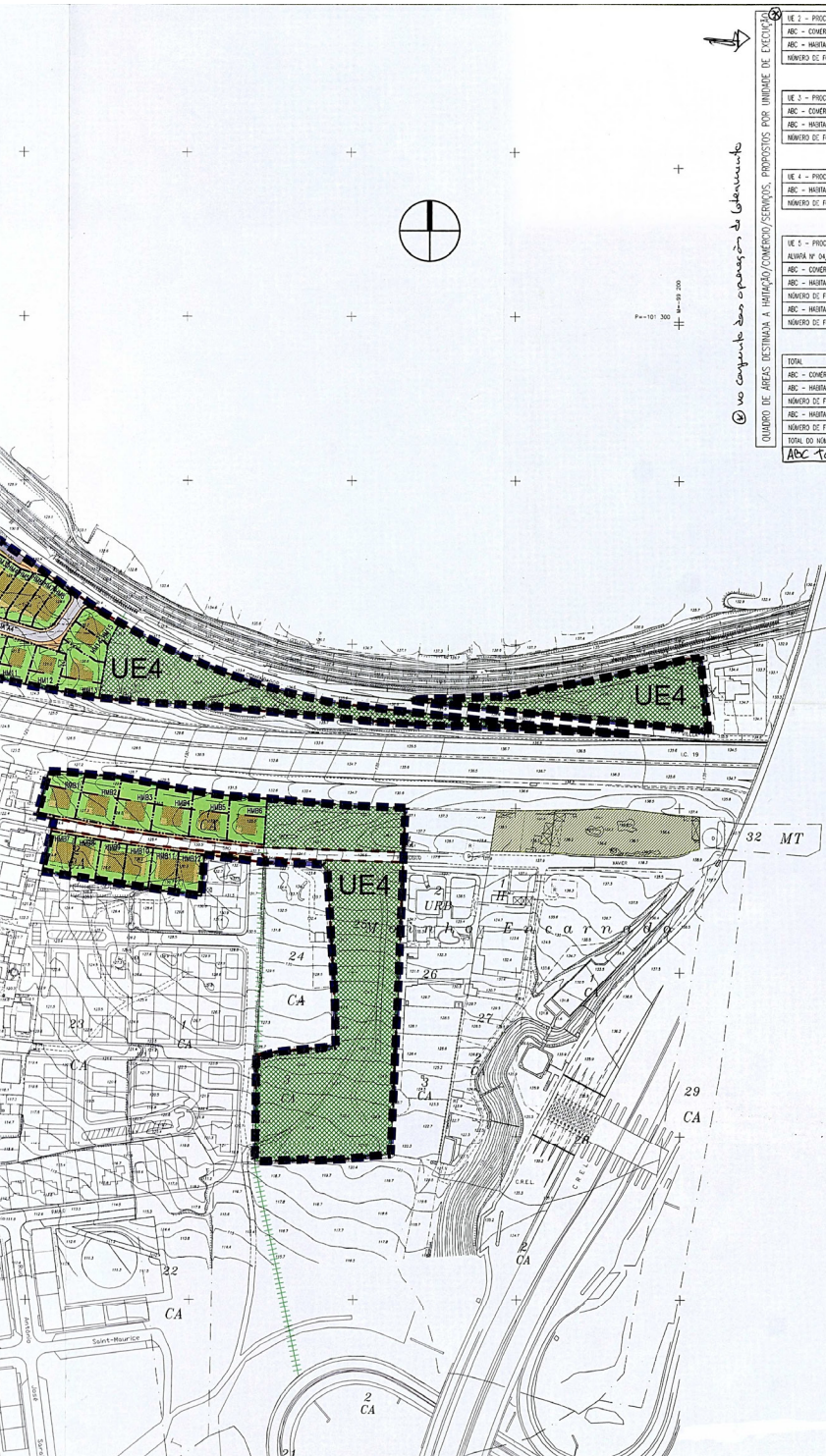
Data: Abril.2010

Plantas do projeto loteamento Cabanas Golf - Oeiras Golf & Residence Fonte: <https://www.skyscrapercity.com/threads/oeiras-projectos-e-not%C3%ADcias.574046/>



Planta do projeto loteamento da fábrica da pólvora, cedida pelo Arquivo Municipal de Oeiras.





QUADRO DE ÁREAS DESTINADAS À HABITAÇÃO/COMERCIO/SERVIÇOS, PROPOSTOS POR UNIDADE DE EXECUÇÃO

② no campo das operações de loteamento

UE 2 - PROCESSO Nº 07/2004	ABC - COMERCIO / SERVIÇOS	14 720,00 m ²
	ABC - HABITAÇÃO COLECTIVA	22 368,00 m ²
	NÚMERO DE FOGOS (HC)	158
UE 3 - PROCESSO Nº 276/2003	ABC - COMERCIO / SERVIÇOS	3 015,00 m ²
	ABC - HABITAÇÃO COLECTIVA	2 882,00 m ²
	NÚMERO DE FOGOS (HC)	23
UE 4 - PROCESSO Nº 249/2003	ABC - COMERCIO / SERVIÇOS	5 370,00 m ²
	ABC - HABITAÇÃO UNIFAMILIAR	5 370,00 m ²
	NÚMERO DE FOGOS (HM)	27
UE 5 - PROCESSO Nº 250/2003	ALMOTA Nº 04/2007	
	ABC - COMERCIO / SERVIÇOS	120,00 m ²
	ABC - HABITAÇÃO COLECTIVA	1 492,00 m ²
	NÚMERO DE FOGOS (HC)	11
	ABC - HABITAÇÃO UNIFAMILIAR	830,00 m ²
	NÚMERO DE FOGOS (HM)	4
TOTAL		
ABC - COMERCIO / SERVIÇOS		2 920,00 m ²
ABC - HABITAÇÃO COLECTIVA		2 706,00 m ²
NÚMERO DE FOGOS (HC)		189
ABC - HABITAÇÃO UNIFAMILIAR		6 200,00 m ²
NÚMERO DE FOGOS (HM)		31
TOTAL DO NÚMERO DE FOGOS		220
ABC TOTAL		141 932,00 m²

QUADRO DE PARÂMETROS GERAIS PREVISTOS NOS TERRENOS SOBREPANTES, PROPRIEDADE DA FUNDAÇÃO OTILIA PESSOA E MARIDO (C.G. P.I. R.M.M.)

ÁREA DE TERRENO NÃO EDIFICADO, PROPRIEDADE DA F.O.P. DESTINADO A INTEGRAR OPERAÇÕES URBANÍSTICAS - A CEDER PARA O DOMÍNIO DISPONÍVEL DO MUNICÍPIO	119 000,00m ²
ÁREA DESTINADA A ACESSOS INFRAESTRUTURAS OU DE DESENHO URBANO - A CEDER PARA O DOMÍNIO DISPONÍVEL DO MUNICÍPIO	3 700,00m ²
ÁREA DE TERRENO NÃO EDIFICADO, DESTINADO A INTEGRAR AS UNIDADES DE EXECUÇÃO PROPOSTAS DESIGNADAS POR UE2, UE3, UE4 e UE5	115 300,00m ²
ÁREA TOTAL DOS LOTES PROPOSTOS NOS TERRENOS A LOTEAR	25 470,00m ²
LOTE DESTINADO A EQUIPAMENTO PRIVADO, NA ÁREA DA SAÚDE/EDUCAÇÃO	4 200,00m ²
ÁREAS A CEDER PARA O DOMÍNIO DISPONÍVEL DO MUNICÍPIO:	
ÁREA DESTINADA A PROMOÇÃO HABITACIONAL MUNICIPAL (E22)	8 780,00m ²
ÁREA DESTINADA PARA EQUIPAMENTO DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA (E23)	3 100,00m ²
ÁREA DESTINADA A ZONA VERDE EQUIPADA (ZVE2)	10 330,00m ²
ÁREA DESTINADA A VERDE URBANO PROGRAMADO	20 430,00m ²
ÁREA DE LOTE (L) A CEDER À C.M.O. DESTINADO A POSTERIOR PERÍCIA COM ESTATUÇÃO DECORADA POR LE (L) (Máx. 20%)	310,00m ²
ÁREAS A CEDER PARA O DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO:	
ZONA VERDE DE ENCLAUSURAMENTO E PROTEÇÃO A LINHA DE ÁGUA	9 420,00m ²
ZONA VERDE DE PROTEÇÃO E ENCLAUSURAMENTO	7 150,00m ²
ZONA CENTRAL ESCURADA A ESTADA E RECREIO (ZC3)	6 200,00m ²
ZONA AJUSTADA E/OU PRINCIMADA, DESTINADA A ESTADA E RECREIO	5 700,00m ²
ARRUAMENTOS, ESTACIONAMENTO EXTERIOR E PASEIOS	13 545,00m ²
ÁREA BRUTA DE COBERTURA:	
DESTINADA A HABITAÇÃO UNIFAMILIAR (HM)	6 410,00m ²
DESTINADA A HABITAÇÃO COLECTIVA (HC)	27 060,00m ²
TOTAL DESTINADA A HABITAÇÃO (HC+HM)	33 470,00m ²
DESTINADA A COMERCIO/SERVIÇOS	8 170,00m ²
TOTAL A.B.C.	41 640,00m ²
DESTINADA A EQUIPAMENTO PRIVADO NA ÁREA DA SAÚDE/EDUCAÇÃO (E25/E1)	1 450,00m ²
NÚMERO DE FOGOS:	
HABITAÇÃO COLECTIVA (HC)	189
HABITAÇÃO EM MORADA (HM)	31
TOTAL (HC+HM)	220
ÍNDICES GERAIS:	
ÍNDICE DE CONSERVAÇÃO	0,35
ÍNDICE DE IMPLANTAÇÃO	0,15

- LIMITE DE INTERVENÇÃO
 - LIMITE DE ÁREA A LOTEAR
 - LIMITE DE ÁREA PLANO DESTINADA A ZONA VERDE PROGRAMADA
 - LIMITE DE IMPLANTAÇÃO A TERÇOZ
 - UNIDADE EXECUÇÃO 5
- NOTA: O PRESENTE LOTEAMENTO É TUTELADO POR UM REGULAMENTO

Data JUN 2011 Revisão ÁREAS E NÚMERO DE FOGOS PROPOSTOS POR UNIDADE DE EXECUÇÃO

Indica ÁREA A Nome GONÇALO PALMA

MIGUEL ABRANCHES ALMEIDA
 av. miguel bombarda, 12 r/c: 2780-343 oeiras apartamento 30 2781-901 oeiras tel: 21 442 48 83 / fax : 21 442 49 58 e.mail: ml.almeida@mail.telepac.pt

Cliente _____ Cota _____

FUNDAÇÃO OTILIA PESSOA
LOURENÇO E MARIDO

Especialidade _____ Fase _____

LOTEAMENTO EM TERCENA - UE5
LICENCIAMENTO

Designação **PLANTA DE CARACTERIZAÇÃO E PREVISÃO GRÁFICA DAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS A DESENVOLVER NOS TERRENOS DISPONÍVEIS, PROPRIEDADE DA FUNDAÇÃO**

O Técnico Inscrição C.M.O. Nº	Data	Escala	Projecto Nº	Parte	Especialidade	Fase	Desenho Nº	Revisão
5041	16/05/2003	1:2 000	0 7 9	-	0 3	PL	2 0 2	A

Este desenho é propriedade dos autores e não pode ser reproduzido, divulgado ou copiado, no todo ou em parte, sem autorização expressa. Reservados todos os direitos pela legislação em vigor. DEC-LEI 6385/14 Maio

Planta do projeto de Loteamento da Fundação Otilia Pessoa Lourenço e Marido para Tercena, cedida pelo Arquivo Municipal de Oeiras. Reprodução autorizada pelo Arqº Miguel Abranches Almeida e Arqª Isabel Vaz Serra responsáveis pelo projeto.

Anexo G



Render espaço de articulação/ Barcarena/ Tercena/ Queluz de baixo. Autor desconhecido. Fonte: http://i34.photobucket.com/albums/d130/fred_mendonca/esp_2.jpg



Render espaço de articulação/ Barcarena/ Tercena/ Queluz de baixo. Autor desconhecido. Fonte: http://i34.photobucket.com/albums/d130/fred_mendonca/esp_1.jpg

LOCAL LISBOA

Câmara Municipal de Oeiras quer urbanizar 82 hectares do vale de Barcarena

José António Cerejo e Alexandra Reis · 13 de Maio de 2007, 0:00

0 PARTILHAS     

Aos votos do movimento de Isaltino Morais juntaram-se os do PS para abrir as portas a um complexo desportivo e urbanização de terrenos entre Queluz de Baixo e Barcarena

A Câmara de Oeiras quer urbanizar grande parte dos terrenos da Reserva Agrícola Nacional que separam os núcleos urbanos de Queluz de Baixo, Tercena e Barcarena. A ideia foi chumbada em 2002 pela direcção regional do Ambiente, mas, no mês passado, os vereadores do movimento liderado por Isaltino Morais, com o apoio de dois eleitos do PS, aprovaram os termos do plano de pormenor que poderá levar à abertura de uma nova frente urbana no vale de Barcarena. PSD e CDU votaram contra. De acordo com os termos de referência aprovados, a âncora "da nova centralidade" deverá ser um complexo desportivo de alta competição, ao qual se juntará uma quantidade indeterminada de fogos habitacionais (na versão chumbada em 2002 previa-se um total de 2100), bem como espaços de comércio e serviços. O plano deverá contemplar também a construção de um centro de saúde numa parcela com quatro mil m², além de "uma ou duas unidades de lar/centro de dia para a terceira idade", de um equipamento escolar que ocupará 25 mil m² e da expansão da Universidade Atlântica, junto à Fábrica da Pólvora de Barcarena. O espaço abrangido pelo plano a elaborar e a integrar na revisão em curso do Plano Director Municipal soma cerca de 82 hectares e é atravessado a meio pela CREL e pela estrada que liga Queluz de Baixo a Barcarena. Uma das justificações desta expansão urbana, lê-se na proposta levada por Isaltino à câmara, consiste no "interesse manifestado por diversos proprietários em vir a desenvolver intervenções urbanísticas na área em causa e no interesse emergente em vir a consolidar a estrutura urbana dos aglomerados" vizinhos. Sobre o chamado complexo desportivo de alta competição, a câmara nada adianta em concreto, falando apenas em dimensões e enquadramento de "qualidade superior", com características para permitir a prática de "um leque diversificado de actividades e servir eventualmente de base a eventos/competições internacionais". Isto porque a ideia original de ali construir um grande complexo de ténis que deveria vir a acolher o Estoril Open foi posta de parte por desinteresse do promotor da prova. Em todo o caso o equipamento programado deverá fazer o "contraponto" em relação à zona ocidental do município que já é servida pelo Complexo Desportivo do Jamor.

Face a esta proposta a vereadora social-democrata Teresa Zambujo, ex-presidente da câmara local, disse-se "assustadíssima" com a possibilidade de ali virem a surgir mais 2100 fogos. "Admito o repensar de toda a zona para que não se prejudique a criação de riqueza, mas não a qualquer custo", afirmou. Isaltino Morais respondeu, entretanto, que os 2100 fogos têm a ver com a proposta antes chumbada e que "não é possível falar já no número" de habitações.

Os termos de referência sublinham a necessidade de ligar a zona de Tercena e de Queluz de Baixo à CREL, sem ser necessário entrar no IC19 como acontece actualmente, "tendo em consideração a geração de tráfego previsível para a nova centralidade".

LOCAL LISBOA

Moradores de Tercena contestam plano habitacional da Câmara de Oeiras

José António Cerejo · 6 de Junho de 2008, 0:00

0 PARTILHAS 

Autarquia quer habitação a custos controlados junto à ribeira de Barcarena, mas os residentes dizem que o local não tem condições e estranham pressa na aprovação do projecto

A construção de 72 habitações em regime de custos controlados, por iniciativa da Câmara de Oeiras, está a ser contestada por cidadãos residentes em Tercena, nas imediações do local onde a autarquia pretende erguer o bairro. De acordo com os adversários do plano habitacional, a localização escolhida - um lote cedido ao município junto à Ribeira de Barcarena e perto da antiga Fábrica da Pólvora - é inadequada e levará à descaracterização de um importante vale, até aqui preservado. Alertados há cerca de dois meses pela realização de levantamentos topográficos num terreno ocupado por hortas e situado entre a Estrada do Cacém, paralela à ribeira de Barcarena, e uma zona de antigas moradias no limite urbano de Tercena, os moradores ficaram estupefactos quando se aperceberam de que a câmara queria ali construir um conjunto habitacional. Mais surpreendidos ficaram quando tomaram conhecimento de que o vereador da habitação social, o socialista Emanuel Martins, assinara no dia 18 de Abril a proposta de lançamento de um concurso público para a concepção, construção e aquisição dos fogos a construir naquele local ao abrigo de um Contrato de Desenvolvimento Habitacional. Motivo da surpresa: 18 de Abril foi o dia seguinte àquele em que um representante dos moradores se reuniu com a directora de Urbanismo e Habitação, Antónia Lima, para lhe transmitir as objecções ao projecto.

Carta de protesto

Sem retirar quaisquer ilações desta coincidência, os moradores limitam-se a estranhá-la, sublinhando-a numa carta de protesto que dirigiram na passada semana a cerca de duas dezenas de entidades. Além disso notam que a directora municipal, conforme consta da ficha de atendimento por ela elaborada, manifestou, na reunião do dia 17 de Abril, "a total disponibilidade da câmara para ponderar, técnica e politicamente, uma exposição que o interessado considerou apresentar".

Sem saberem que Emanuel Martins formalizara de imediato a proposta pouco depois aprovada pela câmara e de imediato enviada à assembleia municipal, os moradores dirigiram a 21 de Abril uma exposição ao presidente da câmara, Isaltino Morais, em que enunciam todas as suas reservas e pedem para ser reconsiderada a localização do bairro. A resposta foi conhecida em meados de Maio, através de uma informação dos serviços sobre a qual Isaltino Morais exarou um despacho de concordância, já depois de a câmara ter aprovado a proposta de Emanuel Martins.

E qual foi a resposta que mereceu a aprovação de Isaltino? Foi a de que "os fundamentos apresentados pelo requerente não são suficientes para legitimar a alteração" da intervenção prevista para o local. A fundamentar esta conclusão, a informação dos serviços diz apenas que o mesmo local "oferece condições que se mostram adequadas" à construção do bairro, "comparativamente com a alternativa proposta" pelos moradores. Sucede que a exposição dirigida por estes ao presidente da câmara não refere qualquer alternativa e que os serviços se limitaram a analisar

desenvolvimento os condicionalismos de uma outra localização por eles identificada, sem pôr em causa nenhuma das objecções dos moradores à solução que contestam. "É com espanto que constato que a resposta assenta nestes argumentos quando na minha exposição não refiro qualquer local alternativo", afirma o representante dos moradores, Jeremias Rodrigues, na carta que entregou ao presidente da assembleia municipal no dia 19, dia em que a assembleia, sem conhecer a posição dos críticos, ratificou o lançamento do concurso.

Face ao fracasso de todas as suas diligências junto da câmara e à forma como a autarquia lidou com a sua reclamação, os moradores começaram na semana passada a recolher assinaturas para um abaixo-assinado de protesto, ao mesmo tempo que solicitaram a intervenção de entidades como o Instituto da Água, a Inspeção-Geral da Administração Local e o Instituto do Ambiente.



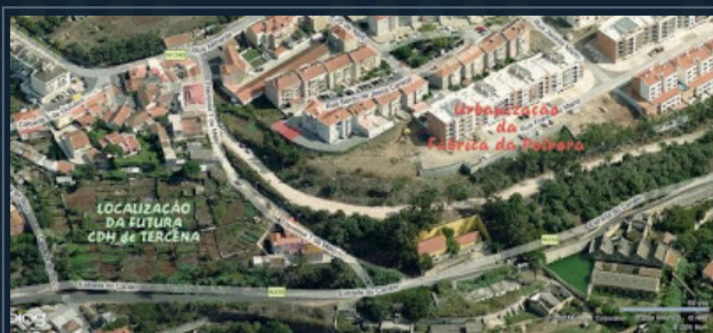
quinta-feira, 13 de agosto de 2009

● ● ● CDH de Tercena :: Projecto em fase adiantada

O cartaz publicitário já lá está...

O concurso público já foi lançado em 2008 ([ver aqui](#))...

Resta pouco mais que contruir o novo CDH de Tercena, ou seja, um projecto habitacional para venda a custos controlados, a pessoas carenciadas do Concelho de Oeiras. Foi um projecto que criou alguma polémica em Tercena, questionando-se que tipo de projecto (pensou-se inicialmente ser para realojar pessoas de barracas do Concelho) iria surgir ali e o impacto que irá ter na aldeia, principalmente no que respeita ao trânsito. O projecto vai ser edificado pertinho da nossa urbanização, conforme se pode ver pelo mapa a seguir. Esperemos que se venha a concluir que é de facto um projecto que não vai dificultar a vida dos moradores de Tercena e da nossa urbanização em particular.





Maquetes retiradas deste [link](#)

Publicada por [Urbanização da Fábrica da Pólvora à\(s\)](#) 11:50



Etiquetas: [cdh de tercena](#), [tercena](#)

1 comentário:



splchina [10 de maio de 2019 às 15:08](#)

Boa tarde,
Podem pf atualizar este artigo dado que se encontra desatualizado em 10 anos ?
Existem seguramente novidades para a freguesia sobre este tem que devem ser do conhecimento dos seus munícipes.
Grato pela atenção
Saul Lopes

[Responder](#)

Introduza o seu comentário...



OEIRAS

Moradores de Tercena tentam impedir construção junto à ribeira de Barcarena

04 | 06 | 2008 11.36H

O problema surgiu há dois meses, quando Jeremias Rodrigues, representante de uma comissão de moradores, questionou a autarquia sobre um levantamento topográfico que estava então a ser feito num terreno da Fundação Otilia Pessoa Murta Lourenço ocupado por pequenas hortas, a maioria das quais ao cuidado de pessoas fora do bairro.

Ao conhecer a intenção camarária de construir 72 fogos de custos controlados, o responsável reuniu-se a 17 de Abril com a directora municipal da Habitação, com quem combinou entregar uma exposição contra o projecto, quatro dias depois.

No entanto, o executivo liderado por Isaltino Morais aprovou, dia 18, o lançamento do concurso público para concepção, construção e aquisição das casas, depois de o terreno ter sido cedido como contrapartida de construção de lotes habitacionais na mesma localidade.

Insatisfeito com uma resposta escrita da Câmara e com a aprovação do concurso pela Assembleia Municipal, Jeremias Rodrigues lançou no passado fim-de-semana um abaixo-assinado, distribuído por cerca de uma dezena de estabelecimentos de Tercena e que deverá já ultrapassar a meia centena de assinaturas.

No documento, os habitantes lembram que a ribeira de Barcarena é um curso de água «muito problemático, que extravasa o seu leito frequentemente», e que as duas margens foram até agora «preservadas de forma a não permitir construção urbana».

com Lusa

COMENTAR

Deixe aqui o seu comentário

Nome

Email (obrigatório)

 Pretendo receber a

Para poder comentar este artigo, o seu email não será publicado na nossa base de dados. A opinião expressa neste comentário é da responsabilidade dos intervenientes e não da Destak.

Também aqui vigora a lei de acesso ao direito ao bom nome. Reservamo-nos o direito de remover comentários que sejam considerados ofensivos ou que não tenham respeito ao tema em questão. Para mais informações sobre a nossa política de utilização, clique aqui.

ENVIAR

O(s) email(s) para o qual enviar o comentário (separar por vírgulas)

O seu nome

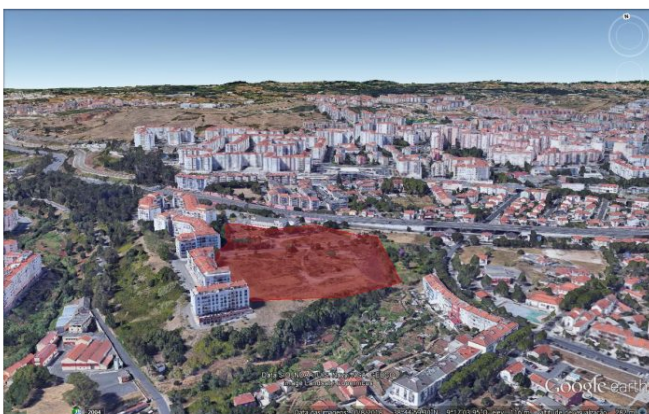
O seu email

Oeiras licencia urbanização em Sintra

A autarquia sintrense já notificou o município de Oeiras para inverter a decisão

De **Jorge Tavares** - 29 Agosto, 2019

Gosto 326



A Câmara de Oeiras licenciou uma urbanização que viola os limites territoriais do concelho de Sintra. A autarquia sintrense já notificou o município de Oeiras para inverter a decisão.

Em 2016 a Câmara Municipal de Oeiras aprovou uma operação de loteamento no Alto de Tercena. A construção dos prédios na zona, junto de Massamá no concelho de Sintra, teve parecer desfavorável da autarquia sintrense com base na "deterioração das condições de trânsito", ao que acresce a implantação de dois lotes parcialmente em Sintra.

O SINTRA NOTÍCIAS teve acesso ao processo da operação de loteamento "Unidade de execução 2" (mancha vermelha na imagem) da Fundação Otilia Pessoa Murta Lourenço e marido José Lourenço Júnior, o qual ocupa cerca de 6,62 hectares, prevê 158 fogos e 485 lugares de estacionamento (231 lugares no exterior), espaços verdes e área destinada a promoção habitacional municipal.

O loteamento aprovado em 2016, com o parecer desfavorável da autarquia de Sintra, teve a renovação da aprovação já em 2019.

A construção da urbanização tem causado preocupação junto dos moradores locais, tendo sido lançado um abaixo assinado. Um dos problemas levantados é o impacto do loteamento, nomeadamente na Rua Helena de Aragão, no único acesso viário ao bairro e, à rotunda das seleções para o IC19.

A Rua Helena de Aragão será o único acesso à nova urbanização, sem que esteja previsto o seu alargamento e apenas a colocação de estacionamento nas suas laterais.

PUBLICIDAD



PUBLICIDAD

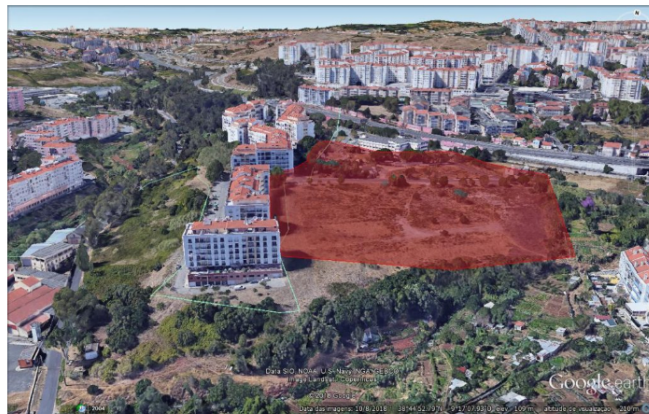


PUBLICIDAD



PUBLICIDAD





Urbanização prevista em Oeiras viola território do município de Sintra (linha verde). Remate urbano com as traseiras dos edifícios existentes na Rua Alexandre Cabral 1 a 5, não respeita distância de segurança.

O SINTRA NOTÍCIAS apurou ainda que a nova urbanização faz o remate urbano com as traseiras dos edifícios existentes na Rua Alexandre Cabral 1 a 5, com desenho em espelho, mas sem deixar as distâncias devidas.

Os moradores locais estão preocupados com o perigo para a segurança e a possível falta de iluminação natural das atuais habitações nos pisos térreos.

O presidente da Câmara Municipal de Sintra, Basílio Horta, já notificou o construtor e a autarquia de Oeiras para a necessidade de regularização desta situação, nomeadamente a urgência de serem respeitados os limites administrativos territoriais.

O SINTRA NOTÍCIAS solicitou esclarecimentos à Câmara Municipal de Oeiras, mas até ao momento não obteve resposta.

👍 Gostei 326



Durante 3



PUBLICIDADE

SABA

máx

Durante 3 sem comp

EXPERIM



PUBLICIDADE



PUBLICIDADE

SABA